



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 27

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 20 de junho de 2013

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos.

A sessão iniciou-se com o **debate, por iniciativa do Governo Regional, sobre a proposta de reestruturação do Serviço Regional de Saúde.**

Após a intervenção do Sr. Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*), iniciou-se o debate com a participação dos Srs. Deputados Duarte Freitas (*PSD*), Domingos Cunha (*PS*), Judite Parreira (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Luís Silveira (*CDS-PP*), José San-Bento (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), Luís Rendeiro (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*), bem como o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*) e o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Em seguida procedeu-se à continuação da votação na especialidade da **[Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 7/X – “Estabelece o III Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada”.](#)**

No debate dos diversos artigos usaram da palavra os Srs. Deputados José Andrade (*PSD*), Francisco Coelho (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Submetida à votação a proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por maioria.

Proferiram declarações de voto os/as Srs./as Deputados/as José Andrade (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*), Francisco Coelho (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Posteriormente usou da palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*), para a apresentação do [Projeto de Resolução n.º 39/X - Recomenda ao Governo Regional que desenvolva os estudos técnicos necessários com vista à criação de um sistema de proteção e incentivo à reutilização produtiva das zonas de currais de vinha dos Açores, bem como reforce os apoios à criação de atividades turísticas relacionadas com a produção de vinho e com a paisagem da vinha.](#)

Seguiu-se o debate do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 11/X – “Programa de Auto Emprego Jovem”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a intervenção do Sr. Deputado Cláudio Almeida, usou da palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*). Usaram ainda da palavra a Sra. Deputada Marta Couto (*PS*) e os Srs. Deputados Francisco César (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Para interpelar a Mesa usaram da palavra os Srs. Deputados Jorge Macedo (*PSD*), Humberto Melo (*PSD*) e António Marinho (*PSD*).

Por solicitação do Grupo Parlamentar do PSD foi votado e aprovado por unanimidade um requerimento de baixa à Comissão.

Em seguida iniciou-se o debate da **Anteproposta de Lei n.º 2/X – [“Lei da paridade: estabelece que as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as Autarquias Locais são compostas de modo a assegurar a representação mínima de 33% de cada um dos sexos”](#)**, apresentada pela Representação Parlamentar do BE.

Após a intervenção da Sra. Deputada Zuraída Soares, usaram da palavra as Sras. Deputadas Judite Parreira (*PSD*), Cláudia Cardoso (*PS*), bem como os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Francisco Coelho (*PS*) e Paulo Borges (*PS*).

Submetida à votação a Anteposta de Lei foi aprovada por maioria.

Proferiram declarações de voto as Sras. Deputadas Zuraída Soares (*BE*) e Cláudia Cardoso (*PS*).

Usou ainda da palavra a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*) para informar a Mesa da entrada de uma declaração de voto escrita, apresentada por um grupo de deputados.

Em seguida usou da palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*) para apresentar a [**Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 9/X – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2011/A, de 16 de junho, que regula o exercício da atividade dos profissionais de informação turística na Região Autónoma dos Açores”**](#).

Iniciado o debate usaram da palavra os/as Srs. Deputados/as António Pedroso (*PSD*), Marta Couto (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

O diploma em apreço foi aprovado por maioria.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 56 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Vamos proceder à chamada. Sr. Secretário faça o favor.

Eram 10 horas e 08 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste **Parreira**
Arlinda Maria Focha **Nunes**
Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**
Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**
Berto José Branco **Messias**
Catarina Paula **Moniz Furtado**
Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**
Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa
Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**
Duarte Manuel Braga **Moreira**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Iasalde Fraga **Nunes**
Isabel Maria Duarte de **Almeida Rodrigues**
José António Vieira da Silva **Contente**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
José Manuel Gregório de **Ávila**
Lizuarte Manuel **Machado**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Luís Carlos Martins **Maciel**
Manuel Alberto da Silva **Pereira**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Marta Cristina Moniz do **Couto**
Miguel António Moniz da **Costa**
Paulo Alexandre Vieira **Borges**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Renata **Correia Botelho**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo **Amaral**
António Augusto Baptista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Cláudio Borges **Almeida**
Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
José Maria de Medeiros **Andrade**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís **Maurício** Mendonça Santos
Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**
Maria **Judite** Gomes **Parreira**
Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**
Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**
Francisco José Ferreira **Silva**
Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Entramos hoje no ponto 2 da nossa agenda: **Debate por iniciativa do Governo Regional, sobre a proposta de reestruturação do Serviço Regional de Saúde.**

A Conferência de Líderes organizou o debate, tendo sido atribuídos os seguintes tempos:

Governo e PS dispõe de 32 minutos; PSD 24 de minutos; CDS-PP de 13; BE, PCP e PPM de 10 minutos.

Para abrir o debate tem a palavra o Sr. Secretário da Saúde.

Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Foi nossa intenção proporcionar uma discussão tão alargada quanto possível, quer à sociedade, através de sessões de esclarecimento públicas ou por iniciativa de entidades, como os conselhos de ilha, quer também aos partidos aqui representados, afirmando o princípio – como disse há pouco – de não abandonar esta metodologia aberta e verdadeiramente democrática.

Este é o lugar por excelência para esse debate - como casa da democracia – de modo a ficar a conhecer-se o que pretendem as forças políticas que representam o povo dos Açores sobre este tema.

Queremos saber com o que concordam e com o que discordam, mas sobretudo queremos que transformem essas ideias em propostas concretas e fundamentadas, para que, na altura própria, possam integrar as conclusões dos trabalhos que estamos a desenvolver.

De acordo, de resto, com a metodologia que propusemos, de apresentar um documento aberto, para que pudesse ser enriquecido com as participações que nos possam chegar.

Quando tomou posse, o Governo dos Açores definiu como uma das suas principais prioridades a reestruturação do Serviço Regional de Saúde, a pensar no futuro, a pensar na viabilidade de um serviço público de saúde para as próximas gerações.

O objetivo foi o de definir os princípios essenciais de um serviço público de saúde devidamente dimensionado, eficaz no aproveitamento dos recursos e na organização dos meios e adaptado às evoluções tecnológicas.

Pretendeu-se igualmente estabelecer um conjunto de propostas e de medidas calendarizadas de concretização desses propósitos, visando garantir que, em toda a sua amplitude, o Serviço Regional de Saúde será, nos próximos tempos, um serviço de saúde ainda mais próximo, mais eficiente e, sobretudo, mais estável, justificando e compensando cada vez mais o esforço financeiro que todos os Açorianos fazem.

Este documento procura contribuir de forma positiva e integrada para o cumprimento dos seguintes objetivos:

- reforço da acessibilidade ao Serviço Regional de Saúde por parte dos Açorianos;
- permanente melhoria da qualidade dos cuidados de saúde prestados;
- e a sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde a longo prazo, sobretudo uma sustentabilidade funcional.

O documento colocado a debate público resulta, assim, de uma análise aprofundada ao nosso Serviço Regional de Saúde, que, por ter sido desenhado ao longo de pelo menos três décadas, necessitava necessariamente de ser adaptado à evolução natural dos fatores externos que o influenciam, nomeadamente geográficos, demográficos, socioeconómicos e até legais, assim como à consideração dos principais problemas do sistema, identificados ao longo dos últimos anos e que necessitavam de um ajustamento ao contexto social e económico atual.

É neste enquadramento que se propõe um conjunto de medidas que visam reformular a gestão do sistema e concentrar os profissionais de saúde na prestação de cuidados e no exercício das suas competências específicas.

Paralelamente, criam-se as condições necessárias para melhorar a articulação entre cuidados de saúde primários e hospitalares, de modo a que os centros de saúde e os hospitais se complementem em favor do atendimento atempado e com qualidade, definindo-se claramente a capacidade de resposta, o leque de serviços e o tipo de atendimento de cada unidade de saúde.

Vão nesse sentido as propostas que visam uma melhor organização da rede de prestação de cuidados de saúde, focalizando os médicos de família na prestação de cuidados de saúde primários, em horário alargado.

No caso dos centros de saúde, pretende-se fundamentalmente reforçar a sua função nas atividades de medicina preventiva. Para tal, propôs-se manter todos postos e extensões e reforçar os serviços domiciliários, que existem já em algumas unidades de ilha com grande êxito.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: Só para se ter uma ideia do que é exatamente essa proximidade na Região Autónoma dos Açores, refira-se que existem três hospitais, nove Unidades de Saúde, 16 centros de saúde e 99 postos e extensões de saúde.

Deve ainda ter-se em consideração os efeitos e os benefícios para a população resultantes da introdução da rede de emergência médica pré-hospitalar, fornecendo um sistema organizado de resposta às emergências médicas a qualquer doente que sofra de uma doença súbita em ambiente não hospitalar.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Não é justo o ataque que se tem feito a este serviço dizendo que está hiperbolizado, quando antes da sua instituição os Açores apareciam em todos os indicadores da União Europeia em último lugar e agora, segundo dados extrapolados, ocupa entre o 4.º e 5.º lugar nos critérios de qualidade de um serviço de emergência médica pré-hospitalar.

No que concerne aos cuidados de saúde hospitalares, o documento prevê ainda a definição de uma carteira de serviços por especialidade nos três hospitais para que exista efetiva complementaridade e articulação entre ele, tal como prometido no Programa de Governo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Falso!

O Orador: No caso das alterações dos serviços hospitalares, as propostas têm a ver, fundamentalmente, com segurança clínica. Precisamos criar capacidades diferenciadas ao nível da Região para que as pessoas tenham confiança e que nas situações de maior risco não tenham de sair da Região. Cá estamos, como temos estado e cá estaremos para ouvir e acolher os contributos sobre esta matéria em concreto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Falso!

O Orador: Todos conhecemos relatos de amigos ou familiares que não obtiveram o desejado tratamento a nível da Região e que tiveram de se socorrer das estruturas nacionais e internacionais para a resolução definitiva, ou a possível, da sua situação clínica.

É disso que estamos a falar. Este assunto não pode continuar a ser debatido em voz baixa, nem pode ter resposta apenas para quem tem capacidade de escolher o local de tratamento. Politicamente é nossa obrigação encontrar uma solução.

É também importante que fique claro que não se propõe no documento que serviços ou valências de referência fiquem todos centralizados em S. Miguel.

Precisamente no espírito autonómico que nos une, propõe-se a complementaridade dos serviços, podendo residir os médicos em qualquer das ilhas desde que garantam o funcionamento do conjunto e os serviços de urgência que técnica e politicamente forem definidos.

Cá estamos, como temos estado e cá estaremos para ouvir e acolher os contributos sobre esta matéria em concreto.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Gostaria, aliás, de realçar que muito do que tem sido dito sobre os hospitais da Terceira e do Faial, não corresponde ao que se propõe no documento. Talvez fruto da redação, talvez porque foi proveitoso interpretar essas dúvidas num determinado sentido, sem perguntar previamente o que se propunha efetivamente para cada um dos hospitais.

De igual modo, a controvérsia que se tem visto em algumas sessões de esclarecimento, não traduz a parte mais significativa deste debate. O mais significativo está materializado em contributos e opiniões que nos têm chegado

por carta, e-mail ou fax, ou então no âmbito de debates que temos promovido e participado.

São contributos em vários sentidos: há propostas no sentido de articular de forma diferente as valências hospitalares e há recomendações no sentido de se dar mais atenção a alguns aspetos que não foram tão evidenciados.

Durante as sessões de esclarecimento houve também quem dissesse que, antes de mais, era preciso tornar os atuais serviços mais eficientes, ser mais rigoroso no cumprimento dos horários dos profissionais de saúde, ser mais eficaz nos objetivos, pautando-se inclusivamente por parâmetros que estão já estabelecidos em termos de produtividade na área da saúde.

Têm toda a razão. É fundamental garantir um atendimento uniforme dos utentes nos diferentes hospitais da Região e garantir o mesmo número de consultas e cirurgias por serviço, idênticos na Região e idênticos aos indicadores de referência nesta matéria.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Não queremos mais que nos digam que o médico dá mais consultas no consultório particular do que no horário público no hospital.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Outro dos valores fundamentais que o Governo dos Açores faz questão de preservar e reforçar diz respeito às condições de conforto e facilidade do utente no acesso dos cuidados de saúde.

Para isso muito vão contribuir o *call center* da saúde e a telemedicina.

Já se realizam muitos atos médicos com recurso à telemedicina, seja na transmissão imagens, de exames complementares de diagnóstico, em consultas online ou na ajuda à decisão de algumas evacuações. É também um excelente exemplo de aplicação desta tecnologia a transmissão em tempo real dos parâmetros de monitorização para decisões no âmbito da emergência médica, que permite ao médico do hospital receber o eletrocardiograma ainda da casa do utente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para a Coreia do Norte!

O Orador: É agora necessário utilizar os melhores exemplos, aperfeiçoar os aspetos em que isso se revele necessário e tornar este recurso numa prática regular.

Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Todos temos consciência e talvez estejamos todos de acordo que são necessárias grandes intervenções nestas áreas.

De resto, na campanha eleitoral para legislativas de 2012 ouvimos todos os partidos prometerem reestruturações na saúde.

É altura de colocarem em prática essas palavras, apresentando contributos concretos, que consubstanciem essas intenções de mudança para este documento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso era o que o senhor queria! Os senhores é que são Governo!

O Orador: Foi um desafio que quisemos partilhar com todos, pois só com um processo participativo e democrático se encontram as melhores soluções.

Escusado, pois, dizer que esperamos que o documento que vier a sair na sequência deste período de debate será diferente do que foi inicialmente colocado à discussão.

Nunca, no entanto, prescindiremos de utilizar uma metodologia aberta, autónoma e verdadeiramente democrática, mesmo que outros tenham medo de o fazer".

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de reestruturação do Serviço Regional de Saúde apresentada pelo Governo Regional e defendida pelo Partido Socialista é uma má proposta para as açorianas e para os açorianos.

Ela é uma má proposta porque corta serviços onde foi prometida a sua ampliação; amputa especialidades onde foi prometido o seu incremento.

Afasta os açorianos de cuidados de saúde.

Esta proposta é má porque, os açorianos vão passar a ter de se deslocar mais vezes e mais longe para poder aceder a cuidados de saúde. Vão ter mais despesas e cuidados de saúde mais distantes.

Esta proposta não é má por causa dos partidos da oposição. Ela é má para os açorianos, é má porque os açorianos a rejeitaram claramente.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Ao contrário do que tem sido dito, esta proposta não resulta de compromisso eleitoral nenhum. Ela representa a quebra de muitos compromissos eleitorais do Partido Socialista para a Saúde.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

O Orador: Se assim não fosse, como explica o Partido Socialista que ela reduza serviços nos centros de saúde? Prometeu o PS na campanha reduzir serviços nos centros de saúde?

Prometeu o Partido Socialista na campanha reduzir as especialidades dos hospitais de Angra e Horta?

Alguma vez o Partido Socialista disse aos açorianos: votem PS porque o Partido Socialista vai fechar o centro de saúde à noite?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

O Orador: O Partido Socialista apresenta uma proposta de austeridade para o Serviço Regional de Saúde e ainda vem ao Parlamento dizer que está a honrar os seus compromissos eleitorais. É obra.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Falso!

O Orador: Aliás, o governo regional é único nesta matéria: pede contributos, ignora esses contributos, apresenta uma má proposta e depois ainda se desculpa dizendo que anda à procura de contributos e que os partidos da oposição não querem dialogar. É fantástico!

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: Chama abertura e diálogo à sua incompetência, mas este é o Partido Socialista que diz que quer dialogar e depois queixa-se se algum não socialista aparece numa das suas sessões de esclarecimento.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A má proposta do governo regional só não foi recusada, ainda, pelo próprio governo e por alguns deputados do Partido Socialista. Mas falta pouco.

Até ao dia 1 de setembro virá o governo aqui, seguramente, apresentar a sua proposta como a vitória do diálogo socialista.

Deputados António Marinho e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Não é bem assim Sras. e Srs. Deputados.

Se até ao dia 1 de setembro os cidadãos do Nordeste, da Ribeira Grande ou da Praia da Vitória, por exemplo, ouvirem que o seu centro de Saúde não vai fechar à noite, isso não se deve ao diálogo socialista.

Não fossem os cidadãos desses lugares, os seus autarcas, até os seus autarcas socialistas que recusaram o diálogo socialista, os profissionais de saúde, os deputados da oposição e alguns deputados socialistas, o acesso à saúde para esses açorianos seria pior e mais distante.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

O Orador: Se até ao dia 1 de Setembro, os terceirenses, os jorgenses, ou os faialenses, por exemplo, ficarem a saber que afinal as especialidades dos hospitais vão continuar e talvez até mais uma ou outra nos próximos 50 anos, não se admirem.

Mas isso não se deve ao diálogo socialista.

Isso deve-se aos açorianos dessas e de outras ilhas, aos seus autarcas, ao seu conselho de ilha, aos profissionais da saúde, aos partidos da oposição e a um ou outros deputados socialista.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

O Orador: Se valesse o diálogo socialista o hospital de Angra ficaria com mais espaço é certo, e o hospital da Horta menos capacitado, mas os açorianos do grupo ocidental e central ficariam com cuidados de saúde piores e mais distantes.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

E vamos a ver se o plano de austeridade da Saúde não terá uma nova versão no próximo dia 1 de outubro, isto é, depois das Autárquicas, porque já se vai

percebendo que com este Partido Socialista, cada vez mais, compromisso assumido é compromisso desaparecido.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Até ao dia 1 de setembro o governo regional apresentará aqui a sua proposta.

Para o PSD/Açores o mais importante é que ela seja uma nova proposta.

Se o governo regional quiser, até pode ter o mesmo nome, para esconder e fingir que não a mandou para o lixo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Isso significa que os açorianos vão continuar a ter aquilo em que todos têm a mesma opinião: os Açores têm um bom Serviço Regional de Saúde, com uma boa proximidade mas que se está a degradar por problemas de sustentabilidade, mesmo que o governo regional não goste muito de falar nisso e o queira esconder.

O PSD/Açores não está aqui para agradar ao Partido Socialista ou ao governo regional.

Está aqui para defender os açorianos.

E é isso que fará sempre!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não se esqueça do serviço de oncologia!

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Serviço Regional de Saúde (SRS), após mais de duas décadas de funcionamento, apresenta claras evidências de ser um bom serviço de saúde, servido por profissionais competentes e dedicados, a par da evolução das novas tecnologias e da melhoria das infra-estruturas.

É certo, que ainda apresenta algumas disfunções que importa corrigir.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Muito bem!

O Orador: Em matéria de interesse específico, a Região através dos seus órgãos próprios, integra matérias referentes à reestruturação do Serviço Regional de Saúde, que promovam um maior equilíbrio e integração entre as diversas unidades de saúde, tal como uma maior adequação do sistema de saúde às especificidades da Região.

A proposta de reestruturação do Serviço Regional de Saúde que o Governo apresentou e que se encontra em debate público até ao dia 17 de julho, propõe modificações de modelos de organização, sem preocupações de cariz economicista, mas buscando a maior racionalização da utilização dos recursos disponibilizados, na lógica de obtenção de mais e melhores ganhos em saúde para as populações.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: A Saúde é uma das prioridades para o Partido Socialista e para o seu Governo.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Sem dúvida!

O Orador: Assegurar a sustentabilidade da Saúde, a par da continuidade da prestação de cuidados de saúde com qualidade e com segurança, é um dos objetivos do Governo Regional.

A modernidade e o progresso a que hoje assistimos no sector da Saúde, nos Açores, são evidências que os indicadores, dos últimos anos, tornam significativos.

Tal como aqui foi afirmado pelo Senhor Presidente do Governo aumentaram consideravelmente os recursos humanos especializados, a par do aumento do número de consultas, de cirurgias programadas, de meios auxiliares de

diagnóstico e terapêutica, tal como o aumento das consultas de especialidade por consequência da deslocação de médicos especialistas.

Para o Partido Socialista o essencial é os utentes e os doentes, sendo evidente uma melhoria significativa da Saúde nos Açores.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: *“Nós não queremos reformar porque temos um mau Serviço Regional de Saúde.”*

“Nós queremos reformar para garantir que, no futuro, continuamos a ter um bom Serviço Regional de Saúde.”

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Acabo de citar o Senhor Presidente do Governo Regional, Vasco Cordeiro.

A questão da Saúde para o Partido Socialista/Açores é muito clara: somos nós que temos de decidir qual a forma mais eficaz de sustentabilidade do SRS e como a implementar e gerir.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Não queremos nem aceitamos que outros o façam por nós, mas queremos, sempre, e em primeiro lugar, respeitar e garantir o direito à saúde.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: Definir prioridades, estratégias, conhecer as necessidades e adequá-las à nossa geografia, é o que a proposta de reestruturação do SRS trouxe a debate. Tal como desde a sua apresentação foi afirmado, é uma proposta aberta, passível de ser melhorada com o contributo de todos quantos, partidos políticos, profissionais de saúde, órgãos do poder local ou cidadãos a título individual, queiram participar, através das suas avaliações, das suas críticas, das suas sugestões e com a suas propostas.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Promovemos um amplo e alargado debate público, promovemos sessões de esclarecimento junto de entidades e populações que assim o solicitaram, e iremos continuar a fazê-lo, porque consideramos que só assim é possível explicarmos e elucidarmos sobre uma proposta de reorganização do sistema de saúde e de reafecção dos recursos existentes.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queremos continuar a assegurar a todos os Açorianos o acesso a cuidados de saúde de qualidade, eficazes e eficientes, dignos para quem os recebe como para quem os pratica.

Queremos continuar a rentabilizar todos os recursos – humanos, técnicos e tecnológicos; queremos melhorar os níveis de produtividade e queremos um SRS para o futuro, sustentável.

Para isso, impõe-se modelos de organização e planeamento actualizados, coerentes e eficazes. O Partido Socialista entende que não há outra forma que não seja reestruturar, para que consigamos implementar uma orgânica articulada e sustentada.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Exige-se a todos nós um grande esforço para continuarmos a identificar as insuficiências do sistema, como da proposta agora em discussão.

O Grupo Parlamentar do PS continuará o seu trabalho de auscultações, apreciação, avaliação de impactos, de observações, sugestões e críticas, como é natural numa discussão aberta de um documento estruturante que pode ser melhorado, sempre com a responsabilidade de minimizar quaisquer impactos, como na prestação e garantia devida dos cuidados a todos os cidadãos.

Reconhecemos que é importante detetar as condicionantes da saúde, os indicativos das necessidades das populações, as principais diferenças regionais e a importância relativa das várias especialidades, e resolver:

- as falhas de articulação entre as unidades de saúde, sejam as USI sejam os Hospitais;

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: Melhorar a articulação entre as USI e os Hospitais;

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: Melhorar a acessibilidade e potenciar a telemedicina;

- Melhorar o processo de deslocação de médicos especialistas às ilhas sem hospital;

- Aperfeiçoar muitos procedimentos e avaliar, continuamente, a prestação dos cuidados de saúde a todos os utentes;

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Aumentar a produtividade, sem nunca diminuir a segurança e a qualidade dos cuidados a prestar;

- Incentivar a utilização das Normas de Orientação Clínica (NOC's), a par de um registo e prática administrativa que permita determinar o custo médio de todos os procedimentos em saúde, nas diferentes unidades de saúde da Região;

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mal!

O Orador: Melhorar no planeamento, na gestão e administração dos recursos humanos e financeiros.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Agora!

O Orador: Estas são algumas das propostas para a reestruturação do SRS que consideramos positivas, mas que podem ser melhoradas, sempre com o objetivo de garantir e melhorar a acessibilidade, a qualidade, a celeridade e a dignidade/humanização dos cuidados prestados, tanto para quem recebe como para quem os pratica.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: A estratégia proposta pelo Governo Regional visa, essencialmente, tornar sustentável um SRS que continue a acompanhar a evolução técnica e científica, a modernização e o progresso, e invista na igualdade de tratamento das pessoas.

Para isso, impõe-se planear, reorganizar, implementar e operacionalizar recursos, com determinação, com exactidão e com uma avaliação rigorosa de todos os procedimentos, na sequência do acompanhamento das determinantes da Saúde das populações e suas tendências.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera que é importante apostar no aumento da eficiência e da produtividade dos recursos humanos existentes no sector da saúde, que são um vetor fundamental e essencial para a melhoria da Saúde de todos nós, tal como é importante a reorganização dos serviços de acordo com a sua história, os aspectos geodemográficos e as necessidades efetivas das nossas populações.

A dispersão geográfica das nossas ilhas implica a segurança dos doentes e a qualidade dos serviços, pelo que se torna pertinente a implementação de medidas proactivas, reestruturando-se o SRS sem comprometer a qualidade dos cuidados de saúde ou a equidade no acesso a eles.

Temos a certeza que ainda é possível fazer **mais e melhor**, para apostarmos na sustentabilidade de um SRS que queremos de qualidade e uma saúde de e para todos, e uma saúde que garanta o futuro.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É para isso que estamos a trabalhar e, em sede e momento próprios, apresentaremos as nossas críticas, as nossas sugestões e propostas, que esperamos possam contribuir para melhorar a proposta de reestruturação do SRS.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Assim, façam os demais partidos políticos, cidadãos, organizações ou entidades diretamente ligadas à Saúde, contrariando discursos partidários irresponsáveis de que, e cito: “*O Governo Socialista quer concretizar no Serviço Regional de Saúde o maior ataque ao Estado Social construído pela Autonomia*”, como ainda há pouco aqui disse o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Porque não é, e nunca foi esse o objetivo do Partido Socialista, reafirmamos uma vez mais a nossa disponibilidade e a do Governo Regional para acolhermos sugestões e propostas que melhorem a reestruturação do SRS, sempre em benefício dos utentes e dos doentes, porque **AQUI O QUE NOS INTERESSA E MOVE SÃO AS PESSOAS E A SUA SAÚDE.**

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Judite Parreira.

(*) Deputada Judite Parreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ontem o Sr. Presidente do Governo disse que o documento que propõe a reestruturação do Serviço Regional de Saúde, e o Sr. Secretário da Saúde já hoje voltou a reiterar isso, não ia ser retirado, conforme a proposta do PSD, na pessoa do seu Presidente, para que todos os açorianos tivessem oportunidade de o analisar e de se pronunciar sobre ele.

Ora muito bem, eu quero dizer-lhe que os açorianos da Praia da Vitória, e permitam-me que me refira apenas aos da Praia da Vitória porque são os que me estão mais próximos,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Porque é onde a senhora é candidata!

A Oradora: ... mas o mesmo acontece em todas as ilhas e em todos os concelhos, sobretudo naqueles que têm uma realidade mais parecida com a da Praia da Vitória.

Todos os açorianos da Praia da Vitória já tiveram oportunidade de se pronunciarem sobre o documento, desde comunicados a votos de protesto, passando por artigos de opinião e abaixo assinados, da esquerda à direita, passando pelos profissionais de saúde e pela sociedade civil e se consideram que isto é fazer aproveitamento político partidário com vista às eleições autárquicas que se aproximam, então vão ter que explicar isso ao candidato à Câmara Municipal da Praia da Vitória e atual Presidente da Câmara, Dr. Roberto Monteiro, porque se houve alguém que se tivesse pronunciado de forma bastante exuberante e efusiva foi ele.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Vai votar nele!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Olhe que ele arrisca-se a ter 100%!

A Oradora: Dizia eu que os praienses já se pronunciaram e a nossa resposta é não. Nós não queremos o encerramento do Centro de Saúde da Praia da Vitória às oito horas da noite e menos ainda queremos que esteja encerrado ao sábado à tarde e ao domingo todo o dia.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Olhe que assim nem os 8% dá!

A Oradora: Nós não queremos o encerramento de um serviço de saúde que tem mais de trinta anos, se tivermos em conta que começou ainda no antigo hospital concelhio da Praia da Vitória.

Encerrar um serviço de saúde numa cidade, parece-vos razoável? É assim que o Governo pretende contribuir para o desenvolvimento económico e turístico para a Praia da Vitória, num concelho como o da Praia? É assim que o Governo pretende apoiar as populações sobretudo os grupos sócio económicos mais carenciados?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Os praienses já se manifestaram e disseram que não, agora o Governo que interprete os sinais.

O que o Governo não pode esperar é que a opinião das pessoas seja coincidente com a vossa.

Deputados Cláudio Almeida e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Não pode querer, nem pode pensar que quando o PSD diz que está disponível para colaborar isso quer dizer que vai estar de acordo com tudo o que fizerem, ainda que isso contribua para prejudicar as populações. Não contem connosco para isso.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

A Oradora: Contem connosco para ajudar a resolver os problemas dos açorianos e açorianas. É para isso que nós estamos aqui e é isso que nós vamos continuar a fazer.

Muito obrigada.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu estava à espera que o Sr. Secretário da Saúde viesse aqui reconhecer os seus erros, reconhecer que não pode dizer que aumenta o número de valências quando este diminui.

Não pode dizer que aumenta a acessibilidade, quando de facto, diminui a acessibilidade.

Portanto, o que aqui está escrito é exatamente o contrário do que veio afirmar.

Mas eu tenho uma explicação ao descontentamento dos autarcas do PS, ao descontentamento da oposição, ao descontentamento da população, ao descontentamento dos diversos órgãos que já interpretaram este documento. A explicação é que existe uma má interpretação e dificuldades de interpretação no texto.

Por isso, usando uma intervenção anterior, eu devo dizer que nós agora cada vez que lermos este documento, “Proposta de Reestruturação do Serviço Regional da Saúde”, devemos fazer-nos acompanhar sempre deste livrinho “Grandes dúvidas da língua portuguesa”.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

É absolutamente fundamental que para interpretar o documento se tenha um conhecimento muito avantajado, digamos assim, muito criativo daquela que é a interpretação que se deve fazer daquilo que aqui está escrito.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Ajuda sempre!

O Orador: Ajuda sempre.

Eu já estive a ler e aqui o que diz, fundamentalmente, logo na primeira linha, é que menos acessibilidade, significa menos acessibilidade; menos serviços, significa menos serviços.

Portanto, é difícil apesar da ajuda académica e da ajuda livresca poder interpretar outra coisa a não ser aquilo que aqui está escrito.

Sr. Secretário da Saúde, o problema não é dos autarcas do PS que lêem mal e interpretam mal, dos médicos que interpretam mal os textos, da oposição que interpreta mal os textos, do próprio PS que discorda de muita coisa. O problema não está aí. O problema é de facto o conteúdo do documento que não corresponde em nada ao que V. Exa. acabou de transmitir.

Devo dizer, num segundo ponto de análise, que eu esperava também alguma novidade do PS e do Governo para o início deste debate, esperava que tivessem uma carta na manga, digamos assim, qualquer coisa que de facto entusiasmasse as hostes do PS depois da derrota estrondosa que os senhores tiveram no debate de ontem.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Leia o livro outra vez!

O Orador: Acontece que o Sr. Secretário chegou com uma mão cheia de nada, que há para aí uns pagamentos de dívidas que já têm 2 anos, 3 anos, 4 anos.

Deputado Domingos Cunha (PS): Leia o livro! Leia o livro!

O Orador: Eu sei, eu sei que essa é a novidade que o Partido Socialista está a escolher em relação ao *timing*.

Mas eu faço-vos o favor de introduzir esta temática, eu penso que por aí a novidade não é nenhuma, porque quando se paga o que se deve não se faz mais do que se deve.

Portanto, em relação a esta matéria, a novidade que ainda não chegou, desde já deixem que vos diga, é que considero que não é assim um grande trunfo político. Qual é o habitante, qual é o Deputado, qual é o Governo que tem um grande trunfo e diz o seguinte: “meus senhores, meus senhores, tenho aqui uma grande vitória. Finalmente com um ano, dois anos, três anos de atraso, paguei um pouco do que devo”?

Portanto, em relação a esta matéria e em relação ao anúncio que pressuponho que por aí vem, também considero que essa não é a melhor forma de entrar neste debate.

Por isso, e para já à espera de melhores novidades, termino esta intervenção à espera que o Governo Regional traga algo de novo para o debate que solicitou.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez hoje analisamos aqui o documento da reestruturação do SRS nos Açores e ouvi com muita atenção aquela que foi a intervenção do Sr. Secretário Regional.

De facto não posso dizer outra coisa que não seja que foi uma intervenção contraditória. Foi contraditória em relação ao documento e em relação àquilo que está a ser colocado em prática pelo próprio Sr. Secretário e pelo Governo.

Ontem, já no âmbito da discussão deste documento, tive oportunidade de lhe colocar aqui uma série de questões e infelizmente não tive resposta a nenhuma delas.

Se nós queremos ter um documento aberto à população, em que a população se possa pronunciar em relação ao mesmo e possa emitir a sua opinião, é preciso que essa população saiba em concreto qual é o objetivo deste documento, deste Governo e o seu propósito.

Para isso são precisas respostas conclusivas e diretas e isso o documento não as tem.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Por isso, mais uma vez, Sr. Secretário, quero colocar-lhe aqui algumas questões muito diretas e muito frontais e gostava que o Sr. Secretário nos respondesse para bem dos jorgenses saberem com o que é que contam.

A primeira questão, e vou voltar a reformular, é se o Sr. Secretário pretende ou não manter os postos de saúde nas freguesias de Manadas, Santo Amaro e Rosais, porque o documento visa mantê-los? O senhor acabou de dizer na sua

intervenção que até os quer reforçar, mas há dois meses atrás o senhor mandou encerrá-los. Vai ou não reabrir estes postos de saúde na Ilha de S. Jorge (Manadas, Santo Amaro e Rosais)?

Outra questão muito concreta que aqui já foi colocada e o senhor não respondeu é: pretende ou não centralizar os serviços de radiologia em S. Jorge? Se não pretende quando é que vai voltar a estar o RX das Velas em funcionamento?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É outra questão muito concreta que eu gostaria de ouvir ser respondida pelo senhor.

Outra questão é a das análises clínicas. Sr. Secretário, o senhor colocou as análises clínicas em S. Jorge sem serviço de prevenção após as dezasseis horas da tarde até às oito da manhã.

Vamos ou não continuar com esta teoria de poupar na prevenção, continuar a ter máquinas das quatro às oito da manhã, as famosas *point-of-care*, que tem uma margem de erro entre 5 e 25% na análise que fazem?

Deputado Domingos Cunha (PS): Quando se fazem mais de 12 horas de diferença!

O Orador: Portanto, se é esse o serviço que o senhor quer prestar aos utentes de S. Jorge com este tipo de equipamentos ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não é!

O Orador: ...e se entende que este é um bom serviço de prestação de cuidados de saúde aos utentes, ter uma análise clínica feita através de uma máquina qualquer que tem esta margem de erro? A informação que eu tenho é dada pelos próprios médicos de que ela tem uma margem de erro entre 5 e 25%.

É ou não sua pretensão manter este tipo de equipamentos e deixar de ter em toda a ilha um serviço de prevenção em análises clínicas? Esta é outra questão.

Para concluir Sr. Secretário, pretende ou não centralizar os serviços de internamento em S. Jorge? É esse ou não o seu objetivo? Pretende ou não centralizar os serviços de urgência noturna só numa unidade de saúde e se esse médico é presencial ou não?

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente apenas para registar uma intervenção neste debate e também para prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado Duarte Freitas.

Queria começar por referir que quem teve alguma dúvida sobre o desfecho do debate de ontem, hoje compreende com esta necessidade do Presidente do PSD de subir à tribuna, o que está aqui em causa.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Queria deixar absolutamente claro, em primeiro lugar, o registo que o PS faz muito positivo da atitude do Governo neste processo. Abertura e incentivo à participação de todos é uma lição democrática, é algo que nós não podemos deixar de salientar.

Reafirmar também que estamos perante um documento que é uma base de trabalho para uma reforma importante e necessária. Portanto, corresponde de facto a um compromisso eleitoral do PS e nós continuaremos fiéis aos nossos compromissos.

Srs. Deputados, nós não estamos perante um plano de austeridade para a saúde. Isto é uma frase de *marketing* que alguém lhe disse para o senhor dizer.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não! Isto é a realidade!

O Orador: Nós estamos perante um documento que visa assegurar que no futuro continuaremos a ter um bom Serviço Regional de Saúde e é um documento que nós, o PS, queremos e vamos apresentar propostas para a sua melhoria.

Nós estamos perante um orçamento da saúde em 2013 que desmente absolutamente aquilo que disse o Deputado Duarte Freitas. Nós reforçamos em 12%, em cerca de 30 milhões de euros, o orçamento da saúde para 2013, face ao ano anterior.

Portanto, isto não é austeridade, não está em causa gastar menos na saúde, está em causa é adicionar aos efeitos do reforço orçamental os impactos da melhoria da eficiência e da melhoria da eficácia. É isso que está em causa.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Aquilo que nós estamos aqui a assistir e acabámos de assistir, por parte do Deputado Duarte Freitas, é uma manobra de diversão que só prova a sua absoluta inconsistência neste capítulo.

O PSD precipitou-se ao desistir, ao baixar os braços, ao ter medo de debater a meio de um processo de auscultação das pessoas.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: É isso que está em causa.

O PSD faz isso porque sabe e tem medo de ouvir os técnicos, as pessoas e os açorianos que apoiam esta reforma ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Onde é que eles estão? Venham eles!

O Orador: ... e que acham que apesar daquilo que consta neste documento é possível melhorá-lo e é possível com isso contribuir para um melhor Serviço Regional de Saúde. Se não vejamos esta inconsistência do Sr. Deputado Duarte Freitas que parece preocupado apenas em trabalhar para a imagem e aparecer na fotografia.

O PSD mostra disponibilidade mas no fundo nunca está disponível, o porta-voz do PSD para a saúde refere que o documento tem vários aspetos positivos, mas afinal globalmente é muito mau e já não serve.

Depois, o Sr. Deputado Duarte Freitas dá orientações ao seu partido para estender de 30 para 60 dias o período de debate público desta proposta e no meio de tudo isso o PSD desiste, baixa os braços e já tem medo de debater.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: É esta postura incoerente, inconsistente, particularmente do Presidente do PSD, que está aqui em causa. Isto significa que este PSD não está à altura do desafio, nem das responsabilidades que tinha obrigação de assumir.

Por isso é que eu ontem afirmei aqui que se necessário for o PS, nem que seja sozinho, terá que assumir essas responsabilidades, as responsabilidades de

implementar uma reforma difícil contra os partidos da oposição que pode ser possível com os açorianos e em conjunto com muitas pessoas e muitos técnicos que apoiam esta reforma e que acham que este documento tem é que ser trabalhado, desenvolvido e aprofundado para nós termos um bom sistema de saúde no futuro.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Primeira constatação que quero aqui fazer é que após os sucessivos pedidos de esclarecimento do Sr. Presidente do Governo ontem à minha pessoa, e ao CDS, sobre o SIV, equipamento do SIV e o DAE, aqui não foi respondido nada por parte do Sr. Secretário da Saúde e muito menos pelo Sr. Presidente do Governo, mas para espanto nosso há uma nota do GaCS às oito e vinte da noite que se refere quase única e exclusivamente a um cidadão chamado Dr. Luís Mendes Cabral, o que é para nós inusitado que um organismo público venha fazer esse esclarecimento às oito e vinte da noite quando aqui no órgão da autonomia não se fez.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Secretário, tenho uma pergunta muito concreta para lhe fazer: conhece a empresa Ocean Medical? Essa empresa teve relações comerciais com o Governo Regional dos Açores ou com alguma das suas dependências? Essa empresa tem atualmente relações comerciais com o Governo ou alguns dos seus departamentos? Essa empresa tem para o futuro contratos com o Governo ou com alguns dos seus departamentos? Contratos comerciais?

É isso que lhe quero perguntar.

Deputado Berto Messias (PS): Isto é que é política!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente só para responder de uma forma muito direta ao Sr. Deputado Artur Lima para que fique esclarecido de uma vez por todas este assunto.

Em 2008 foi formado por mim e mais dois colegas, uma empresa chamada Ocean Medical com a qual o Governo Regional dos Açores nunca teve qualquer tipo de relação.

Não houve qualquer tipo de contrato com o Governo Regional dos Açores, nem enquanto eu estava em Lisboa a fazer a minha especialidade, nem enquanto eu fui médico no Hospital do Divino Espírito Santo, nem enquanto eu fui Diretor do Serviço de Urgência do Hospital do Divino Espírito Santo, nem enquanto eu fui responsável clínico pelo Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores nas minhas funções, naquilo que o senhor designa pelos “tinonis”.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

O Orador: Não houve qualquer tipo de relacionamento por minha iniciativa própria ...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

O Orador: ... para que houvesse esse tipo de dúvidas sobre a minha idoneidade enquanto cidadão.

Deputado José Ávila (*PS*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas devo dizê-lo: se do meu lado está clarificado que não há qualquer tipo de “rabo de palha” relativamente a este assunto, o mesmo não se pode dizer sobre alguns boatos que se passam sobre o Sr. Deputado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Para interpelar o Sr. Secretário.

Presidente: Tem a palavra.

Deputado Berto Messias (PS): Não me diga que está indignado agora! Não é inimputável!

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, agradeço que concretize. Para já espanta-me uma coisa: ...

Deputado José San-Bento (PS): Espanta-se!

O Orador: ... eu não levantei boatos, eu fiz ontem afirmações baseadas nos seus artigos do *Açoriano Oriental*.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor fez insinuações!

O Orador: Agora o senhor aqui vai explicar quais são os boatos e vai aqui dizer quais são os boatos a meu respeito.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional da Saúde para responder ao esclarecimento tem dois minutos.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tenho todo o gosto em responder-lhe quais são os boatos, da mesma forma que o senhor teve todo o gosto de lançar esta confusão sobre esta matéria.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual confusão?

O Orador: Os boatos que eu ouvi sobre a sua pessoa dizem respeito à sua postura dentro deste plenário, que quando o senhor perde debates aquilo que faz é atacar pessoalmente cada uma das pessoas que a si se dirigem e é um boato que neste caso se confirma.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Artur Lima está inscrito. Tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Berto Messias (PS): Não dê razão aos boatos!

Deputado Francisco César (PS): Esta parte é mesmo verdade!

O Orador: Sr. Secretário Regional, eu não lhe fiz ataques pessoais.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Ohhhh!

O Orador: Eu estou aqui a questionar a aplicação de dinheiros públicos e os seus cargos públicos. Certo? Não são os seus cargos pessoais, nem a sua vida pessoal que não tenho nada a ver com isso. Tenho a ver com os seus cargos públicos.

O senhor foi responsável clínico pelo Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores entre março de 2012 e novembro de 2012. Confirma?

O senhor foi Diretor Médico da Blue Ocean Medical, entre março de 2008 e outubro de 2012. Confirma?

Isto que eu tenho aqui é o calendário de formação da Ocean Medical contratado para os Açores. Confirma isto?

Suporte Básico de Vida para profissionais de saúde em S. Miguel - 14 de agosto de 2013. Quem é que contratou isto?

Portanto, quando eu afirmo está aqui: Suporte Avançado de Vida Cardiovascular - 17 e 18 de agosto, S. Miguel - 390 euros. Abertas as inscrições. É a tal empresa.

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Abertas as inscrições!

O Orador: Abertas as inscrições.

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Disse agosto de 2013?

O Orador: Portanto, a que público é que se dirigem estas ações de formação,

...

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Diga as datas!

O Orador: ...já que é esta empresa?

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Médicos e enfermeiros!

O Orador: Se foram no passado contratadas com esta empresa algumas ações de formação e se nessa altura era Diretor Clínico desta empresa?

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Tenha seriedade!

O Orador: Portanto são tudo questões concretas que eu estou a colocar-lhe e que coincidem com as suas funções públicas enquanto Diretor da Emergência Médica nos Açores e enquanto ainda Diretor Médico da Blue Ocean. Portanto Sr. Secretário, não são insinuações, são coincidências de datas que aqui estão e há um plano de formação aqui contratado com essa empresa.

Quem é que fez esse contrato? Foi a Proteção Vivil? Foi o Governo dos Açores? É reconhecida esta formação? É isto que o senhor tem que explicar.

Isto Sr. Secretário eu tenho o dever de lhe perguntar. Não são ataques pessoais, ...

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Não!

O Orador: ... são perguntas sobre a sua atividade política, sobre os seus cargos de nomeação política. O senhor foi nomeado responsável clínico pelo Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, que coincidiu quando o senhor era diretor da empresa, que fez formação em DAE para a RAA e para o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros.

Portanto, é ou não verdade Sr. Secretário?

Deputado Berto Messias (PS): Isto não tem é nada a ver com o debate!

Está sempre a fazer insinuações. O senhor não é mais sério do que ninguém aqui!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É inegável!

Deputado José San-Bento (PS): É inegável, o quê?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados pergunto se há mais inscrições, mas também alerta para o tema do nosso debate e que nos pudéssemos centrar nas questões que estamos hoje aqui a discutir.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este Governo Regional tem um problema de Saúde: está construído não em volta do seu Presidente mas sim, em volta do Vice-Presidente do Governo. E a

Saúde também está centrada em Sérgio Ávila, cuja acção de tem sido incontornável na desorçamentação e conseqüente sobre-endividamento da área da Saúde da Região. Miraculosamente, o vice-presidente tem passado ao lado deste debate, com sorrisos.

Os Secretários Regionais da Saúde têm sido muitas vezes meros peões nas mãos de Sérgio Ávila. Os últimos, quase marionetas...

O Vice-presidente do Governo Regional, já anunciou que esta “reformulação” dos cuidados de Saúde na Região não se deve a motivos económico-financeiros, mas sim a uma “melhoria na operacionalização dos serviços”... Ou seja: é uma decisão política!

Todos sabemos que Sérgio Ávila concentrou propositadamente dívida na área da Saúde de modo a fazer desorçamentação nas finanças Regionais, criando os tais falsos *superavits* orçamentais. A Saudaçon foi criada para isso.

Das duas, uma: ou, ao contrário daquilo que sempre afirmou Sérgio Ávila, há mesmo um gravíssimo problema de falência financeira da Saúde nos Açores; ou durante os 16 anos da governação socialista os cuidados de saúde não conseguiram ser bons como se julgava e têm de ser melhorados tipo tábua rasa? Em que ficamos?

A resposta parece ser clara e óbvia... Não é por acaso que se leva mais de 30 anos a aproximar os cuidados de saúde das populações e a dotá-los de melhores meios técnicos, humanos e infraestruturais, para agora ter de haver um “encolhimento” desta dimensão, centralizando tudo em São Miguel e esvaziando as outras ilhas.

Se todos somos Deputados Regionais, todos fomos eleitos por círculos de ilha. Eu não aceito o que este documento faz à Terceira.

A polémica proposta de reestruturação do Serviço Regional de Saúde teve, também, alguns méritos dignos de registo. Em primeiro lugar, fez com que toda a gente começasse a discutir o Serviço Regional de Saúde, que há muito merecia ser discutido.

Em segundo lugar, e pelo facto de o documento em causa ser tão mau, conseguiu-se algo inédito que foi a união das mais variadas áreas profissionais

ligadas, ou não, à Saúde, incluindo os médicos, em torno de um objectivo comum: a rejeição do documento.

Retirado ou reescrito, este documento não pode ficar como está!

Na sessão de esclarecimento que ocorreu na Praia da Vitória, ficou claro, pela voz de Norberto Messias, membro do conselho consultivo da Unidade de Saúde da Ilha Terceira, que o que está escrito na proposta "raramente corresponde ao que é dito oficialmente".

Por outro lado, o ainda líder parlamentar do Partido Socialista, Berto Messias, acelerou a fundo, na comunicação social, acusando os partidos da oposição de serem "perigosos críticos, demagogos e populistas, dotados de um alarmismo irresponsável", ...

Deputado Berto Messias (PS): O que é que o senhor sabe que eu não sei?

O Orador: ... que "aparentavam estar mais preocupados em capitalizar descontentamentos do que, verdadeiramente, contribuir para a necessária Reforma da Saúde". De imediato, depois de atacar, veio com a tal "narrativa" da abertura do PS/Açores a propostas da oposição desde que as mesmas sejam "tecnicamente fundamentadas, rigorosas e exequíveis".

Deputado José San-Bento (PS): Os senhores têm uma fixação!

O Orador: Mas desde quando é que o documento que o Governo do PS/Açores apresentou está fundamentado, é rigoroso ou exequível? Em algum lado se fazem contas naquela proposta? Como se pode exigir aos outros aquilo que não se cumpre? Não terá sido o próprio documento o causador do actual estado de espírito da população? E, já agora, serão as câmaras socialistas de Angra do Heroísmo, Praia da Vitória e Horta, os Conselhos de Ilha, o Dr. Roberto Monteiro ou a Dra. Cláudia Cardoso, perigosos críticos populistas e demagogos, por já se terem publicamente manifestado contra a proposta de reestruturação do SRS apresentada pelo governo?

Estará toda esta gente preocupada apenas "com os calendários eleitorais deste ano e, conseqüentemente, andam a promover uma campanha de alarmismo e de susto junto da população"?

Estas são palavras suas, Sr. Deputado Berto Messias.

Com este documento, saem das ilhas mais pequenas, que já são oito, os empregos, os técnicos, a massa crítica e os jovens qualificados, em busca de oportunidades de trabalho. Para além disso, desviam-se também as aquisições de bens e serviços para o mercado da ilha maior e mais populosa, condenando a restante economia a uma lenta e penosa agonia. É o fim da coesão Regional.

O novo hospital da Terceira foi prometido, construído e anunciado como sendo um hospital para o futuro, “um hospital para os próximos 50 anos”. Assumiram-se compromissos no sentido de que, com o novo hospital, a Terceira seria capaz de atrair e de ter, novos médicos e novas especialidades. O novo hospital assumia-se como um símbolo de mais e melhores cuidados de saúde para a população e junto da população. As obras de ampliação do hospital da Horta, indiciavam o mesmo e não o seu oposto.

Agora o Partido Socialista vem tirar, aos hospitais novos, funções e valências que já tínhamos nos antigos hospitais, reduzindo especialidades nas quais temos cá os médicos especialistas a trabalhar, e bem, em prol da população.

Se era para isto, então para que é que se foi construir um hospital novo na Terceira, caro que se farta e para pagar durante trinta anos? Para quê ampliar o hospital da Horta? Estaremos a mandar embora os médicos especialistas para conseguir pagar a conta da construção dos hospitais?

Os Hospitais de Angra e Horta vão ter menos serviço. Vão sobrar assistentes, auxiliares, médicos e enfermeiros. Atualmente dependem, direta e indiretamente, dos hospitais muitos postos de trabalho que se perdem na Terceira e no Faial, e que vão, já se sabe, para a ilha grande.

O Hospital de Ponta Delgada, passará a ser o único “hospital certificado” dos Açores, passando os restantes a “hospitais de segunda linha”. Nesta medida, fica em risco a possibilidade de novos internatos ou especialidades no Hospital de Angra e Horta, que perderão, inevitavelmente, a idoneidade formativa, com a conseqüente redução da capacidade de atração e fixação de novos médicos (e outros profissionais de saúde). Logo, menos população, menos dinheiro a circular nas ilhas, piores dias para o nosso comércio.

Claro que tudo isto vai permitir criar um mega-hospital (e uma mega administração) em Ponta Delgada. A medida fará com que os centros de decisão, que existem distribuídos por Angra, Horta e Ponta Delgada se concentrem apenas nesta última. É em Ponta Delgada que se decidirá onde se compra o quê, a quem e onde, podendo levar a que muito consumo que era realizado nas outras ilhas, deixe de o ser. É o centralismo absoluto!

Qualquer reestruturação do SRS que não seja baseada no reforço dos cuidados primários de saúde é uma bronca e uma asneira imensa. É o que temos em mãos.

Em boa hora, alguns socialistas, mais avisados, perceberam o que este documento era e souberam fazer ouvir a sua voz crítica, demarcando-se desta coisa que pretende virar do avesso a Saúde na Região. O Governo, e o seu Presidente, continuam sem perceber, nem, tampouco, querer perceber, o nível de rejeição da população àquilo que os Senhores se propõem a fazer.

Meus Senhores organizem-se!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo mais inscrições, tem o Governo a possibilidade de encerrar o debate.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgo que em relação a esta matéria e a este debate há algumas considerações que gostaria de tecer como contributo para o mesmo e que se prendem ainda e também com o posicionamento dos partidos políticos e, desde logo, com o principal partido da oposição.

Algo que ficou claro aqui na intervenção inicial da parte do PSD é que está totalmente enriçado na teia que ele próprio criou, (completamente enriçado na teia que ele próprio criou), porque se não repare-se.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa é boa!

O Orador: O PSD entrou neste debate a dizer “retirem este documento, acabem com o debate público” que é a consequência direta e imediata para retirar o documento.

A seguir o que o PSD vem dizer é o seguinte: se o Governo alterar o documento isso tem a ver com os contributos que foram apresentados por parte de autarquias locais, da Ordem dos Médicos, da Ordem dos Enfermeiros, dos partidos políticos. Mas então como é que nós ficamos?

Deputado José San-Bento (PS): Um pouco confusos!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ficam os senhores enriquecidos com isso tudo!

O Orador: Bom, o que resulta claramente daqui é uma grande capacidade da parte deste PSD, saltos à frente, saltos atrás, tamanha é a velocidade, que acaba por estatelar-se no chão enriquecido nas suas próprias contradições.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Isso, julgo que é algo que merece ser colocado também à consideração das açorianas e açorianos.

Se efetivamente o Governo alterar este documento que está em discussão pública e continuará em discussão pública, é porque o Governo manteve o documento em debate público.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Se o Governo alterar este documento é a vitória do diálogo ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Sim, sim!

O Orador: ...promovido pelo PS e pelo Governo que o PSD não quer.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Se o Governo alterar este documento é a vitória da participação cívica que o Governo insiste em manter e o PSD não quer.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Se o Governo alterar este documento é a vitória do esforço de consenso, do esforço de esclarecimento, do esforço de diálogo que o Governo e o PS mantêm e que o PSD não queria e não quer.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Se o Governo alterar este documento que está em debate público é porque as açorianas e açorianos tiveram a possibilidade de debater, ...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: ... esclarecer, de dar contributos e isso o Governo quer e o PSD não quer.

Deputada Catarina Moniz Furtado e Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Depois há outra questão que já foi salienta aqui por diversos Srs. Deputados: então e o candidato do PS à Câmara Municipal de um determinado município? Então e o Deputado? Então e o que escreveu o Deputado ou o líder parlamentar? O que escreveram vários Deputados do PS?

Bom, era só o que mais faltava que toda a gente pudesse contribuir para o debate e só o PS é que não podia.

(Risos e aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Homessa!

Assim se vê o diálogo que quer o PSD.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgo que o que fica claro neste debate é, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): É que os senhores vão alterar a proposta. Vão “meter o rabinho entre as pernas” e vão alterar tudo!

O Orador: ... primeiro: o PS tem a coragem, o Governo tem a coragem de avançar com o cumprimento do seu compromisso eleitoral e de pôr a debate público, por muito que isso custe aos senhores. É assim a democracia. Por muito que custe aos senhores é assim que este partido e este Governo entendem que uma matéria estruturante para o nosso futuro coletivo deve ser tratada.

Aquilo que resulta de todas as intervenções é que para o PSD o que ele queria ontem já não quer hoje, aquilo que ele dizia que ontem devia ser, hoje já não é, mas afinal surge todo polido a dizer: bem, se houver alterações foi porque nós estávamos aqui.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgo que há limite para tanta cambalhota, inclusive, mesmo na política há limite para tanta cambalhota.

Por último Sr. Deputado Paulo Estêvão não queria deixar-lhe sem resposta.

Devo dizer-lhe que a novidade que V. Exa. queria trazer a este debate, bom, o Governo nem falou nela, nem ia falar nela...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não?!

O Orador: ... exatamente porque, em primeiro lugar, já tinha falado, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não reparei!

O Orador: ... ou seja, dizer que até ao final do primeiro semestre deste ano concluiria o processo de pagamento da dívida do SRS aos fornecedores regionais. Aquilo que eu gostava de dizer é que, efetivamente, já que V. Exa., quis dar essa boa novidade, a mim resta-me confirmar que realmente até ao final do primeiro semestre a dívida aos fornecedores regionais do SRS está paga.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem! Está em grande forma, Sr. Presidente!

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É sempre um gosto perceber que continua a ser no PSD, o maior partido da oposição, a principal fixação do Governo do PS.

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: Muito obrigado Sr. Presidente. Esta já é uma história longa que pelos vistos se perpetua, embora eu tivesse a ideia de que talvez V. Exa. não enveredasse por esse caminho, mas às vezes também temos as nossas pequenas desilusões em relação a pessoas por quem até temos consideração, Sr. Presidente.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor é que obriga a isso, as suas incoerências!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação ao seu último anúncio Sr. Presidente ...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não fiz anúncio nenhum! Repeti o que disse o Deputado Paulo Estêvão!

O Orador: ... nós ficámos satisfeitos que de facto paguem aquilo que devem, o que achamos extraordinário é que o Governo anuncie aquilo que vai pagar, aquilo que deve, e que antes dizia que não devia. Isso é que é verdadeiramente extraordinário! Isso é que é um facto extraordinário!

Deputado José San-Bento (PS): Isso é mentira!

Deputado Luís Garcia (PSD): É verdade!

O Orador: Mas também lhe digo mais uma coisa Sr. Presidente. Eu entendo essa sua afirmação, confirmando aquilo que o Sr. Vice-Presidente tinha dito há alguns dias, como o sentido de que vamos ter agora permanentemente pagamentos a 30 dias a todos os fornecedores no Setor Público Empresarial

Regional e também dos serviços públicos regionais. Isso é uma boa notícia para os Açores e uma boa notícia para os açorianos.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): E a República vai pagar-nos o que nos deve!

O Orador: Queria continuar a dizer o seguinte Sr. Presidente: aquilo que os açorinos sabem hoje é que se a Proposta do PS e do Governo Socialista fosse para a frente iam fechar serviços e valências nos hospitais; ...

Deputado António Ventura (*PSD*): Muito bem!

O Orador: ... iam fechar centros de saúde. Aquilo que os açorianos sabem hoje é que a proposta do seu Governo é para fechar centros de saúde, é para fechar valências.

Deputado José San-Bento (*PS*): Isso é mentira!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Só pela luta de muita gente os senhores estão agora a começar a enveredar por outro caminho.

Mas é não só grave que esta seja a sua postura, a sua proposta. Mais grave é que ela contraria aquilo que são os seus compromissos eleitorais.

Em relação a compromissos eleitorais nós estamos aqui para ir anotando aqueles de gravidade que o senhor começa a não cumprir.

Já falei aqui ontem na saúde, mas também falei-lhe na EDA e vamos ver o que é que vai acontecer. Atenção, é porque este Governo tem um contrato eleitoral com os açorianos e se todos compreendemos que cá e lá, algumas coisas, em função das circunstâncias possam não se cumprir, há matérias tão estruturais, tão importantes, como a saúde ou a energia, que a quebra desse compromisso é uma grave quebra para o compromisso eleitoral deste Governo para com os açorianos.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Quero dizer também Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Da parte do PSD-Açores, e o senhor sabe bem, nós demos um contributo. Aquilo que é a vossa proposta que corta serviços, que corta valências, que fecha centros de saúde ...

Deputado José San-Bento (PS): Isso é mentira!

O Orador: ... vai ao contrário daquilo que foram as propostas de todos os partidos da oposição.

Penso que o senhor sabe bem, e penso que os açorianos também saberão, e se não souberem terão que saber, que o PSD-Açores e os outros partidos apresentaram propostas no âmbito do diálogo que foi aberto. Nós apresentámos propostas e os senhores não respeitaram essas propostas, como não respeitaram os vossos compromissos eleitorais. É sobre isso que o povo açoriano se tem revoltado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Deixe-me dizer-lhe que quem está entalado, quem está enriquecido é o senhor e o seu Governo no seu próprio Grupo Parlamentar, nos seus próprios Presidentes de Câmara. É isso que o está fazendo recuar. Os senhores, se calhar, noutros partidos, noutras circunstâncias, naquilo que alguém diverge é uma facção interna, quando é dentro do PS é diálogo. É extraordinário.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Entalados entre os vossos incumprimentos e promessas eleitorais; entalados entra a incoerência de pedirem contributos a todos e não respeitarem esses contributos; enriquecidos no vosso próprio Grupo Parlamentar, nos vossos autarcas que têm dito ao Sr. Presidente Vaso Cordeiro “não”, coisa que nunca disseram a Carlos César. A verdade é esta e é preciso dizer-se aqui.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Outros partidos, se calhar, podiam ser acusados que haviam dificuldades internas e é assim Sr. Presidente: quais são essas dificuldades? O senhor nega que tem dificuldades internas com o seu Grupo Parlamentar e com os autarcas? O senhor nega isto? O senhor está cheio de dificuldades internas. Pela primeira vez eu vejo o PS nos Açores, desde que há eleições, fraturado internamente por causa de uma proposta e da falta de um compromisso que assumiu perante os açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Essa fratura no PS o senhor é que tem que resolver. Mas ainda bem que existe para bem dos açorianos, porque além das oposições, além dos concelhos de ilha, além das câmaras municipais, além das assembleias municipais...

Deputado Berto Messias (PS): É isso que o PSD-Açores tem para dar de contributo?!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Está mesmo a correr mal. Peça um intervalo!

O Orador: ... ainda há alguém dentro do PS que finalmente ergue a voz contra aquilo que são as decisões erradas e a falta de comprometimento dos compromissos que o senhor tem.

É isso também que é preciso o senhor explicar.

Também fica aqui, e já ficou registado, que o eufemismo que os senhores utilizam (e não passa de um eufemismo) para dizer que vão apresentar uma proposta reformulada é apenas um eufemismo, para dizer que vão deitar esta má proposta para o lixo e vão construir uma nova proposta, felizmente, pela luta de muitos açorianos, muitas açorianas e também pela luta dos partidos e do PSD-Açores, que estará sempre ao lado das açorianas e açorianos para fazer o senhor corrigir as más propostas que tem para os açorianos.

Deputado Berto Messias (PS): É isso que o PSD tem para dar ao debate! Ao que isto chegou!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Berto Messias (PS): O PPM tem mais consistência política do que o PSD!

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente do Governo deixe-me que lhe faça esta pergunta: por que razão pediu o Sr. Presidente do Governo Regional este debate?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Boa pergunta!

O Orador: Por que razão o pediu?

De facto eu considero que o senhor procedeu a um autêntico haraquíri, ...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD)

O Orador: ... porque não tem nenhuma novidade para transmitir e o que o senhor aqui deixou registado foram as insuficiências do documento que apresentou...

Deputado Berto Messias (PS): Espero que a comunicação social esteja atenta a este debate!

O Orador: ... e foram as insuficiências, do ponto de vista do debate, onde não tinha argumentos, não tinha novidades a não ser ...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Falarei até que voz me doa!

O Orador: É verdade.

... acrescentar mais umas paginazinhas àquele célebre livro “A arte da guerra”.

O que o Sr. Presidente do Governo aqui veio fazer foi: é possível ganhar, perdendo; é possível avançar, recuando; é possível ganhar esta guerra e este documento, não deixando pedra sobre pedra, escrito sobre escrito, daquilo que apresentou inicialmente. Portanto, Sr. Presidente do Governo Regional, o senhor acrescentou mais umas paginazinhas a esta obra de referência “A arte da guerra”.

Deixe-me que lhe diga também o seguinte: o Sr. Presidente do Governo diz que manter o debate público significa manter este documento. Há aqui um axioma, há aqui dois fatores que estão interligados. Deixe-me que lhe diga que eu considero que este documento, como ficou demonstrado neste debate, como ficou demonstrado nos debates que antecederam esta discussão parlamentar um pouco por todos os concelhos da RAA, nem serve para rascunho.

Portanto, o que nós temos aqui é o seguinte: os senhores vão abandonar 80 ou 90% do documento. Diga-me uma coisa: quando 80 ou 90% do documento não serve e os senhores não estão de acordo, os agentes sociais não estão de acordo, os Deputados do PS não estão de acordo, as câmaras não estão de acordo, a oposição não está de acordo, ou seja, ninguém está de acordo, (talvez nalgumas coisas o médico do Corvo é que esteja de acordo) ...

(Risos de alguns deputados da bancada do PSD)

... quando não se está de acordo com 80 ou 90% de um documento este documento deixa de existir, nem sequer merece ser tratado como um rascunho.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: O que nós vamos fazer, depois deste segundo debate, desta segunda ronda de diálogo, é um documento inteiramente novo.

Sr. Presidente do Governo Regional, assumo isso! Vamos fazer um documento inteiramente novo, porque o que está a ser discutido não presta! Não presta! Não presta nem sequer para rascunho e não vai ficar deste documento uma única pedra! Não vai ficar deste documento nada que o possa, futuramente, identificar ...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Mais uma vez profundamente enganado!

O Orador: ... e isso é uma felicidade para os açorianos, isso é uma felicidade para os utentes do Serviço Regional de Saúde.

Termino, também lamentando a posição política em que o Sr. Secretário da Saúde ficou no âmbito deste debate.

Sr. Secretário Regional da Saúde, não posso sentir outra coisa que não seja uma solidariedade com a situação em que ficou, porque o que o Sr. Secretário Regional da Saúde veio aqui dizer é que a forma como está a ser sovado pelos dirigentes do PS, pelos autarcas do PS, pelo PS e pelo Grupo Parlamentar do PS, ...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Não apoiado!

O Orador: ... a forma como o Sr. Secretário Regional da Saúde está a ser sovado do ponto de vista retórico, do ponto de vista dos argumentos, ...

Deputado Domingos Cunha (PS): Isso é falso!

O Orador: Está! Está! Ah, está, está!

Deputado José San-Bento (PS): Como é que o senhor sabe?

O Orador: Como é que eu sei? Sei tudo. Querem que eu vos conte o que aconteceu na Praia da Vitória na reunião?

Deputado Francisco César (PS): Nem foi na Praia da Vitória!

O Orador: Querem que eu vos conte as críticas que foram dirigidas ao Sr. Secretário Regional em S. Miguel? Querem que eu vos conte? Eu não tenho tempo para poder agora descrever todo o conjunto de episódios, mas o Sr. Secretário Regional da Saúde está politicamente fragilizado.

Deputado Berto Messias (PS): É só intrigas!

O Orador: Sai completamente desautorizado deste debate. Sai completamente desautorizado deste debate porque o seu documento é largamente contestado (tendo ouvido previamente o PS, é preciso ter em atenção isso). O senhor sai com um documento completamente fragilizado.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Não apoiado!

O Orador: Aquilo que irá ser feito, não é nada daquilo que o senhor propôs e portanto, nesse sentido, eu não vejo maior desautorização política do que essa.

Sr. Secretário coloco a questão apenas e exclusivamente na questão política e o Sr. Secretário sai deste debate muito menos Secretário e muito mais ex-Secretário da Saúde.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para começar por essa parte. Relativamente à sua afirmação de que nada subsistirá deste documento, nada se manterá deste documento. Oh Sr. Deputado, deixe-me que lhe diga, na consideração de todos os contributos que foram dados para este debate, acredite que eu vou ter em consideração especial as propostas apresentadas pelo PPM e nas quais se revê nesse documento. Vamos ver se a gente consegue manter essa parte.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Bom caminho!

O Orador: Sr. Deputado Duarte Freitas há algo efetivamente que os açorianos sabem hoje: é que só têm a possibilidade de continuar a debater o SRS, esta proposta concreta, porque o PS e o Governo Regional não vão na sua tentativa de acabar com o diálogo, acabar com o debate e impedir os açorianos de debateram.

Deputado Ricardo Cabral (*PS*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Em terceiro lugar gostava de lhe dizer o seguinte: tanto não tem o Governo qualquer tipo de problema com as propostas que foram apresentadas dos diversos partidos sobre esta matéria que tomou a iniciativa de colocar esses mesmos contributos disponíveis na página *Web* do Governo, exatamente ao lado da proposta. Sabe por quê? Para que os açorianos pudessem ver o que é que foi contemplado, o que é que não foi, as propostas que cada partido tem.

Deputado José San-Bento (*PS*): Muito bem!

O Orador: Portanto, desse ponto de vista estamos conversados em relação a receios e a medos das propostas apresentadas pelo partido da oposição.

Gostava ainda de lhe dizer o seguinte: estamos efetivamente a cumprir os compromissos eleitorais do PS de pôr a debate público essa questão. Estamos! Eu estou a cumprir aqueles que são os meus compromissos eleitorais. É algo que o senhor não pode dizer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Se não estamos no Governo, como é que vamos cumprir os nossos compromissos?

O Orador: Por último gostava de lhe dizer o seguinte, mais duas questões. Relativamente à questão da dívida, enveredo por esse caminho, com gosto de pagar aquilo que são dívidas, que é algo que este Governo do PS pode dizer e o Governo do seu partido na República não pode dizer em relação aos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Por último Sr. Deputado Duarte Freitas, deixe-me que com todo o respeito, com toda a consideração pessoal e política que tenho por si, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): É mútua!

O Orador: ... que lhe dê um conselho, permita-me essa ousadia: em relação a dificuldades internas eu recomendava-o vivamente que olhasse mais para trás do que para a frente. Olhe mais para as suas costas do que para o Grupo Parlamentar do PS.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.
Tem apenas dois minutos.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): E não é preciso sair desta sala! Basta olhar para trás!

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Embora tendo só mais dois minutos do meu tempo, como V. Exa sabe, tenho sempre muito gosto em termos aqui estes debates e a capacidade que vamos tendo para entender e desentender, com a elevação que é necessária.

Eu quero apenas dizer-lhe o seguinte: eu acho que todos nós e os açorianos podem estar satisfeitos, porque o Governo dizendo que não vai fazer aquilo que o PSD-Açores pediu, está fazendo e isso é bom para os açorianos.

O Governo dizendo que não retira esta proposta está a retirar todo o seu conteúdo e isso é bom para os açorianos.

Mais uma vez a posição do PSD dos Açores foi amiga e ajudou as açorianas e açorianos, colocando a questão no devido lugar e fazendo com que o Governo, eufemisticamente dizendo que não retira na prática, retirando, continua tudo. Isto é, o Sr. Presidente Vasco Cordeiro mantém a capa do documento da proposta e muda todo o seu conteúdo.

Deputado Berto Messias (PS): Oh Sr. Deputado, misericórdia!...

O Orador: Isto ao fim e ao cabo é bom para aos açorianos. O senhor retira a proposta como o PSD propôs sem querer assumir que a retira e com isso vai retirar a sua proposta de fechar centros de saúde, vai retirar a sua proposta de retirar especialidades médicas, vai retirar a sua proposta de cortar na saúde. Isso é bom para os açorianos e o PSD-Açores sente-se satisfeito de poder dar esse contributo aos açorianos forçando o Governo a mudar tudo, mesmo dizendo que não muda nada. Isso é bom para as açorianas e açorianos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ou será que não?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: A terminar Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, com toda a consideração e amizade eu digo-lhe: o senhor sabe bem que pode contar sempre comigo quando for preciso defender os Açores até contra o Governo da República do meu partido.

Deputado Francisco César (PS): Pois, pois! Mas esquecem-se disso quando é preciso!

O Orador: O senhor sabe isso muito bem como os açorianos sabem e já disse aqui que em seis meses da minha liderança, acho que me pronunciei mais vezes contra o Governo da República do que os senhores em onze anos do consulado de Sócrates que desgraçou Portugal e os Açores.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Já vamos falar nisso!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Essa intervenção do Sr. Deputado Duarte Freitas só me suscita um comentário: “o galo também pensa que é por cantar que o sol nasce”.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Duarte Freitas (PSD): Mas a verdade é que o sol nasce, como vai nascer um novo documento!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 12 horas e 15 minutos.

Eram 11 horas e 45 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 31 minutos.

Peço ao Sr. Secretário o favor de anunciar os tempos restantes para o debate.

Secretário: Governo – 10 minutos e 43 segundos;

PS – 17 minutos e 50 segundos;

CDS – 6 minutos;

BE – 10 minutos;

PCP – 10 minutos;

PPM – 30 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estava inscrito o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começar por registar a falta de respostas do Sr. Secretário às diversas questões que lhe coloquei, quer no debate de ontem, quer no debate de hoje.

Entendo que uma não resposta também é uma resposta.

Fico seriamente preocupado porque o ditado diz que “quem cala, consente”.

Não quero acreditar Sr. Secretário que as questões que lhe coloquei não merecem resposta, porque de facto aquilo é o que se pretende fazer na Ilha de S. Jorge.

Portanto, uma vez mais, Sr. Secretário apelo à sua boa vontade para que responda àquelas questões, porque não é uma questão de me responder a mim, é uma questão de responder aos jorgenses, essa é uma grande preocupação dos jorgenses, dos açorianos em geral.

Portanto, peço-lhe essa atenção e essa resposta se possível e deixo-lhe aqui mais uma questão.

Se o Sr. Secretário tem conhecimento dos constrangimentos que têm acontecido em S. Jorge com a centralização do laboratório de análises clínicas em que por

diversas vezes o sangue que é retirado às pessoas no laboratório chega ao outro laboratório já coagulado. Isso tem acontecido sucessivas vezes. Isso é grave e pergunto ao Sr. Secretário se tem conhecimento dessa situação e se pretende manter o sistema atual do laboratório de análises clínicas centralizado numa só unidade de ilha?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pode ser só impressão minha mas com toda a franqueza, Sras. e Srs. Deputados, eu penso que ao longo desta manhã falou-se muito pouco de saúde e de SRS.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Também com toda a franqueza eu esperaria, sendo este um debate suscitado pelo Governo sobre o seu documento da reestruturação da saúde, que o Governo Regional, nomeadamente através do Sr. Secretário Regional da Saúde e o PS, como partido maioritário, tivessem um maior protagonismo neste debate atendendo a que são, no fundo, promotores do mesmo.

Chegamos a esta hora da manhã e na realidade eu não consegui constatar isso.

Houve muito *fait divers*, houve muito debate lateral à saúde, mas relativamente àquilo que diz respeito à reestruturação do SRS, porque é este o tema do debate de hoje, muito pouco foi dito.

Também não posso deixar de constatar que algumas perguntas feitas por Deputados desta Casa, no sentido de porem no centro do debate exatamente a proposta de reestruturação, ainda não obtiveram resposta.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Como eu vou repetir algumas das que formulei ontem, espero que a saúde volte novamente para o centro do nosso debate e que o Sr. Secretário Regional da Saúde possa esclarecer algumas dúvidas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Queria contudo, antes de repetir as perguntas e pedir ao Sr. Secretário que as esclarecesse, de tecer dois comentários.

O Sr. Presidente do Governo Regional, ontem chamou aqui a atenção, com estranheza se bem percebi, para uma espécie de frentismo dos diferentes partidos das oposições relativamente à rejeição liminar do desmantelamento do nosso SRS.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso foi no início!

A Oradora: Gostava de dizer que eu vejo exatamente o mesmo frentismo no Governo Regional e no PS.

Mais, são dois frentismos de sentido completamente contrário. O frentismo das oposições aqui dentro reflete o frentismo da sociedade no seu todo, lá fora, que desde os cidadãos em nome individual até representantes e entidades representativas dos profissionais de saúde, autarcas, conselhos de ilha e tudo o mais, estão unidos num frentismo contra este documento.

Não é de estranhar que Deputados e Deputadas desta Casa reflitam neste Parlamento esse frentismo.

Agora, do meu ponto de vista já é de estranhar que um partido que suporta o Governo que suscitou este debate, não tenha uma palavra para dizer o que é que no documento apresentado pelo Governo, no caso o PS considera que está mal e quais são as suas propostas de alteração.

Sras. e Srs. Deputados, ontem, durante todo o debate suscitado pelas oposições ouvimos as invetivas do PS: quais são as vossas propostas? Onde estão as vossas propostas? Ousaram mesmo dizer que não haviam propostas dos partidos das oposições.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade! Bem lembrado!

A Oradora: Por acaso o Sr. Presidente do Governo Regional fez o favor de trazer algumas delas à colação e provar ao PS que estava enganado. Mas nós estamos a chegar ao fim deste debate e do PS ainda não ouvimos uma única crítica ao documento, nem uma única proposta alternativa.

Portanto, não posso deixar de fazer este registo com estranheza.

Depois, também, trazer a dívida do SRS ainda mais uma vez ao debate, o que ontem também fiz.

Perguntar diretamente ao Sr. Presidente se de ontem para hoje já encontrou o veículo que possa gerir a dívida da saúde para que ela não penalize os açorianos e açorianas. Vou explicar, Sr. Vice-Presidente, como é que ela penaliza.

Quando o Governo Regional, e no caso o Sr. Secretário Regional da Saúde, faz chantagem com os médicos e diz-lhes que para eles terem acesso a um subsídio de produtividade têm que cortar no atendimento, têm que cortar nos serviços que prestam aos utentes, está a falar indiretamente da dívida.

Quando o Governo Regional diz aos prestadores de serviços para quem tem dívidas para eles fazerem um desconto entre 3 a 7%, porque se o fizerem pagará as dívidas nos próximos meses, isto é o resultado da dívida, ou seja, os hospitais e os utentes estão condicionados, os hospitais não cumprem a sua função primordial que é assistir quem está doente. Estão preocupados com o quê? Com a dívida. Com a sua própria dívida. Com a gestão da dívida que foram acumulando por anos e anos de suborçamentação, por anos e anos de engenharia financeira que lhes foi imposta.

Os prestadores de serviços exatamente a mesma coisa e no caso concreto há muitos médicos, como todos sabemos, que também são prestadores de serviços. Ou seja, a dívida é uma sombra negra que condiciona o SRS e Sras. e Srs. Deputados digam-me se eu estou enganada, condiciona a totalidade da proposta do Governo Regional para a sua reestruturação, por isso é que há tanto corte, por isso é que há tanto serviço que deixa de ser prestado, por isso é que há tanto impedimento no acesso das pessoas à saúde, porque a dívida quão fantasma está lá em cima. É por isso que pela terceira vez eu desafio o Sr. Vice-Presidente a dizer aos açorianos e açorianas, como é que vai fazer e o que é que vai fazer para tirar de vez este fantasma de cima do SRS que o condiciona, o limita e vai minguando-o de dia para dia.

Volto também a perguntar se uma empresa veículo para gerir esta dívida não pode ser um ponto de partida.

Finalmente, Secretário Regional da Saúde, vou repetir-lhe as perguntas, se me permite, que lhe fiz ontem.

A primeira foi, se bem se lembra, orçamento de base zero, sim? Sim, já foi dito que sim, mas como nada aconteceu pergunto: sim ou não? Se sim, quando e o que é que o Sr. Secretário entende por orçamento de base zero, porque obviamente há uma diferença de interpretação e de concetualização entre o BE e o Sr. Secretário?

Médicos de família para a nossa Região: que tipos de políticas, que medidas vai o Sr. Secretário tomar para garantir que estes 40 a 50 médicos que faltam vão progressivamente (ninguém está à espera que de um dia para o outro isso aconteça, mas qual é o plano) vir para a nossa Região?

Unidade de Saúde Familiar: porque não? Foi o que eu perguntei ontem.

Modelo de gestão estratégica para o SRS: o BE tem uma proposta concreta, que aliás entregou ao Governo. Gostaria de ouvir o Sr. Secretário Regional, dizer alguma coisa sobre ela. Sim, não? Qual é a alternativa.

Sr. Secretário Regional, modelo de gestão estratégica para o SRS é coisa que não consta em lado nenhum do documento que está em análise.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este debate, designadamente o que é promovido pelo Governo Regional, a Representação Parlamentar do PCP dá-lhe de facto um imenso valor e acho que é muito importante, embora comungo de algumas críticas que foram feitas pela Deputada que me antecedeu relativamente ao facto de em termos de conteúdo, pouco se ter aqui discutido sobre a proposta que está à discussão pública.

Ontem tive oportunidade de fazer uma crítica ao PS, designadamente ao seu Grupo Parlamentar, pelo facto de estar encurralado na defesa de uma proposta que está à discussão pública e essa defesa, eu utilizei o termo encurralado, cego, enfim, mas eu até quero crer que foi apenas pelo facto de fazerem frente àquilo

que designaram por frentismo e até quero crer que o documento que está à discussão pública sofrerá profundas alterações, sob pena daquilo que o Sr. Presidente do Governo Regional há pouco transmitiu, não tenha nenhum valor político. Não quero acreditar que isso venha a acontecer. O que quero acreditar é que o documento que sair deste período de discussão pública e dos contributos que todos estão a dar para a melhoria do funcionamento do SRS será substantivamente diferente daquele que foi apresentado.

Julgo que aqui há um consenso. O SRS tem um problema, está identificado e tem um problema de dívida que está identificado. Funciona, é um bom SRS, mas é necessário melhorar ainda esse SRS.

Eu julgo que aí estamos todos de acordo. Está de acordo o PS e todos os partidos com assento neste Parlamento. É necessário introduzir melhorias ao funcionamento do SRS, designadamente à atuação de novas necessidades, até aos avanços tecnológicos, o modelo de gestão e financiamento.

Há uma questão que é a seguinte, relativamente ao modelo de gestão e financiamento: esta proposta não pode, em nome da racionalização dos recursos financeiros e humanos e até da capacidade instalada, traduzir-se em racionamento.

Permitam-me que diga, na leitura que se faz do documento que está à discussão pública, a ideia que transborda da análise deste documento é que de facto as alterações que estão a ser propostas traduzem racionamento. Não rentabilização, mas racionamento, ou se preferirem como eu ontem disse da tribuna, encolher um pouco o SRS com a centralização de serviços com o fecho de alguns serviços, encerramento dos centros de saúde, enfim, um conjunto de circunstâncias que já foram aqui objeto de algumas intervenções e que dispense-me de as voltar a referir.

Portanto, a preocupação da Representação Parlamentar do PCP traduz-se no seguinte: é necessário introduzirmos melhorias, certamente, por vários motivos, novas necessidades, novas tecnologias, tudo bem, estamos perfeitamente de acordo, mas tendo sempre como princípio, e eu julgo que este princípio tem que estar subjacente, de que os serviços não devem ser afastados das populações.

Não devem ser afastados das populações independentemente de terem acontecido nos últimos anos um conjunto de avanços tecnológicos que até permitem que se possam utilizar, mas isso para determinadas circunstâncias, porque encerrar um serviço público ou afastar um serviço público essencial, como é a saúde, afastá-la dos cidadãos, julgo que é um profundo erro.

Portanto, penso que esta questão deve ser devidamente considerada em territórios contínuos, mas deve ser particularmente considerada num território como é o nosso, disperso e com uma vasta área de um Atlântico Norte, mas depois até atender às diferenças de cada uma das ilhas. Hoje já foi dado aqui o exemplo de S. Jorge e efetivamente quando nós olhamos para S. Jorge, não se pode olhar para S. Jorge da mesma maneira que se olha para o Faial, porque as distâncias são completamente diferentes.

Portanto, é preciso também atender a cada uma. Quando olhamos para a organização dos serviços públicos, seja os de saúde, seja os de educação, ou outros quaisquer, devemos ter em consideração que nem todas as ilhas são iguais, há aqui diferenças substantivas que devem ser atendidas.

Essa preocupação tem que estar subjacente a qualquer melhoria que se pretenda introduzir no SRS.

Uma outra questão, eu sei claramente que isso não é responsabilidade da Região, nem dos governos do PSD, nem dos governos do PS na Região, mas é responsabilidade do PS e do PSD nos governos da República.

Um dos problemas do nosso SRS tem a ver com a falta de algumas especialidades médicas, designadamente (se não disser corretamente peço que me corrijam) os médicos de medicina geral e familiar, que é um problema com o qual nós nos confrontamos, porque na opinião do PCP julgo que essa especialidade médica é fundamental, se quisermos desenhar aqui políticas para a saúde e não políticas para a doença.

Parece-me claro para todos que ficará sempre muito mais barato se nós tivermos uma população saudável, isto é se prevenirmos, se mantivermos a população saudável e isso só é possível se tivermos de facto uma rede de cuidados de saúde primários que previna a doença, que promova hábitos de vida

saudável. Isso só é possível não só a nível da medicina, mas se tivermos aqui uma boa rede com médicos de clínica geral e familiar.

Como eu estava a dizer de facto não há aqui responsabilidade dos Governos da Região, nem dos anteriores, nem do presente, que tem a ver com a falta desses profissionais médicos, mas a responsabilidade é atribuída ao PSD e ao PS na República porque deixou de se fazer formação desses médicos, privilegiaram-se determinadas especialidades em detrimento desta especialidade que é aquela que deve, no fundo, ser a mais valorizada (digamos entes aspas), mas que é fundamental em qualquer Serviço Regional de Saúde.

Essa responsabilidade é atribuída ao PSD e ao PS na República, porque de facto a formação de médicos encaminhou-se para um rumo que nos trouxe hoje à situação em que nós vivemos.

Eu penso que ela irá agravar-se se entretanto não for possível recrutar mais médicos, porque os chamados P3, os médicos da periferia, eles são da minha geração e alguns mais velhos, estão a chegar ao fim da carreira. Nós sabemos que em alguns centros de saúde esses médicos estão à beira da reforma.

Portanto, essa situação vai agravar-se ainda mais.

Isto é uma preocupação que nós temos, porque julgo que as políticas de saúde têm de ser desenhadas para a saúde e não para a doença.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é da altura do “FMA”!

O Orador: Eu sei que é muito difícil contrariar os interesses da indústria farmacêutica, por exemplo, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: ... porque a indústria farmacêutica não ganha dinheiro na prevenção é no tratamento. Sei que é muito difícil contrariar isso, mas temos que ter a coragem de o contrariar e para contrariar isso temos de facto de fazer a tal medicina preventiva, de modo a mantermos a nossa população saudável e evitar assim ... ou melhor, é mais barato do que curar.

Julgo que há aqui um outro aspeto que deve ser devidamente considerado no documento final, se assim o entenderem, que tem a ver com o aproveitamento da capacidade instalada na Região, porque a capacidade instalada ao nível das

infraestruturas e dos equipamentos de saúde é boa. Na nossa opinião ela não está é bem aproveitada, devia estar melhor aproveitada.

Portanto, julgo também que este aspecto deveria ser tomado em consideração e ligar isso a uma outra questão. Eu sei, tenho essa consciência, que não é fácil, não se pode fazer de um dia para o outro, mas julgo que é fundamental a valorização do serviço público na saúde....

Presidente: Tem que terminar Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar Sra. Presidente.

... e essa valorização do serviço público na saúde tem a ver, de facto, com as carreiras de serviço público em saúde. Elas devem ser em exclusividade e deve-se evitar a promiscuidade atualmente existente entre aquilo que é o exercício público, e estou a falar de todas as carreiras, dos médicos, dos enfermeiros e dos técnicos de diagnóstico e terapêutica.

Portanto, deve-se caminhar claramente para uma separação e evitar a promiscuidade que existe no SRS, essa promiscuidade que existe entre o que é serviço público e aquilo que é serviço privado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é verdade!

Presidente: Tem que terminar Sr. Deputado.

O Orador: Termino já Sra. Presidente.

Sr. Secretário Regional, poderei depois dar outros contributos, mas gostaria que ficasse com esta nota em termos muito gerais sobre aquilo que é a posição do PCP, relativamente às alterações do SRS.

Muito obrigado Sra. Presidente e perdoe-me ter ido além.

Presidente: Está perdoado Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ora muito bem! Agora sim!

O Orador: Muito rapidamente só para esclarecer a Sra. Deputada Zuraida Soares, para lhe dizer que evidentemente a Região e o Governo Regional não

irão criar nenhuma sociedade veículo, nem nenhuma medida, porque essa é uma matéria que não se coloca por duas ordens de razão.

Primeiro, porque a questão em relação à dívida do SRS está devidamente regularizada, aliás como o Sr. Presidente do Governo teve oportunidade de anunciar aqui hoje em relação aos fornecedores.

Em relação à componente financeira posso também dizer que a mesma já foi, toda ela, devidamente reestruturada, está devidamente regularizada e estabilizada, aliás por um trabalho desenvolvido pelo Dr. Fernando Gabriel Mesquita, e neste momento, ao longo destes meses, foi possível criar essa estabilização e o SRS não tem incumprimento com qualquer instituição financeira. Desse ponto de vista está também a situação estabilizada, reestruturada, sem que daí decorra qualquer incumprimento e qualquer necessidade de alguma medida adicional.

Portanto, desse ponto de vista a matéria está devidamente estável, regularizada e como foi anunciado há pouco pelo Sr. Presidente do Governo o pagamento da dívida a fornecedores será feito até ao final deste mês.

Deputado Luís Garcia (PSD): É preciso ter coragem para dizer uma coisa dessas. Por que é que a agência que trata da deslocação de doentes cancelou o crédito da SAUDAÇOR?

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: Em primeiro lugar para manifestar o meu agrado pelas últimas intervenções, principalmente a intervenção do Sr. Deputado Aníbal Pires e a da Sra. Deputada Zuraida Soares também, por terem recentrado a discussão deste debate naquilo que é o fundamental, discutirmos saúde.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Olha para esta!

Deputado Luís Garcia (PSD): Coisa que o senhor não fez!

O Orador: Isso é fundamental.

Para não alterar a ordem, gostaria primeiro de responder às questões do Sr. Deputado Luís Silveira que manifestou a sua preocupação em relação à minha ausência de respostas, não por uma questão de nós não podermos responder, mas sim por uma questão de gestão dos *timings* e das inscrições em cada um destes debates.

Primeiro: as extensões das Manadas de Santo Amaro e Rosais, como já foi explicado, acho que neste aspecto nós já tivemos esta discussão anteriormente neste Plenário, acho que estou aqui a ter um *deja vu* sobre esse assunto. Já foi explicado que foram reestruturadas e foram encerradas por questões de limitação da própria USI de S. Jorge que não conseguiu ter nessas infraestruturas ou os médicos em quantidade suficiente, ou as infraestruturas informáticas que permitissem esse tipo de consulta em proximidade.

É precisamente por isso que neste documento se fala novamente dessas extensões para que as estruturas de S. Jorge possam discutir, dentro daquilo que é o Conselho de Ilha, dentro daquilo que são as várias forças políticas de S. Jorge, se essas extensões fazem sentido ou não e se devem ser mantidas ou não, porque se se chegar à conclusão, no final deste documento, que essas extensões devem ser mantidas e são para ser mantidas, tem que se encontrar aqui forma de garantir não só os médicos em quantidade suficiente para fazer as consultas nessas extensões, mas também os sistemas informáticos e os sistemas de telecomunicações que garantam que o médico tenha acesso aos mesmos dados clínicos nessas extensões, que na sua sede de origem.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: A centralização dos serviços de radiologia em S. Jorge não está a acontecer. Como sabe não esteve a funcionar em S. Jorge nas últimas semanas, mas foi colocado já à disposição no Centro de Saúde das Velas um equipamento portátil de RX para colmatar a avaria no equipamento que estava instalado no próprio Centro de Saúde e obviamente irá ser promovido o arranjo da ampola desse equipamento.

Outra questão tem a ver com aquilo que disse (eu às vezes tenho dificuldade em perceber de onde é que estes dados saem) que as análises *point-of-care* são

entre 5 a 25% menos fiáveis que as análises convencionais. Ou é 5, ou é 25, porque estamos aqui a falar de uma grande diferença e eu além disso não percebo como consegue ser mais preciso que o Infarmed, que o FDA, que todos os institutos reguladores que aprovam essas máquinas para funcionar dentro destes sistemas.

A história do sangue ser coagulado ou não, é bom que algumas colheitas de sangue cheguem coaguladas a outro Centro de Saúde porque as químicas secas são feitas através de sangue coagulado. Agora, não é pelo facto de estarmos a fazer transferências de sangue de um lado para o outro, e devo dizer que algumas análises neste momento nem sequer são feitas nos Açores, são feitas a nível do continente, se houve essa preocupação nós não teríamos capacidade de fazer essas análises. Por isso, condução de tubos, de hemograma, obviamente, não podem chegar coagulados a outro centro de saúde; condução de tubos de química seca obviamente devem chegar coagulados.

Os internamentos em S. Jorge, e o serviço de urgência, segundo aquilo que está proposto no documento, não têm qualquer tipo de alteração à estrutura que está atualmente em funcionamento.

Sra. Deputada Zuraida Soares, o orçamento de base zero. Concordo consigo e já lhe disse que será algo em que nós teremos que trabalhar.

Para clarificar o conceito de orçamento de base zero e segundo aquilo que tivemos oportunidade de discutir, trata-se das próprias estruturas poderem fazer o seu orçamento funcional, agora tem que haver capacidade dessas estruturas funcionais conhecerem os seus custos antes de podermos avançar para aí, ou seja, as estruturas têm que perceber quanto é que gastam.

Por exemplo, um serviço de cirurgia para fazer um orçamento de base zero tem que saber quanto é que gasta em tempo do bloco operatório, porque não pode ser imputado ao bloco operatório o tempo do orçamento de base zero do funcionamento do serviço de cirurgia, do serviço de cirurgia vascular, do serviço de ortopedia. Ou seja, tem que ser imputado a cada um dos serviços os custos e é esse trabalho que nós estamos a fazer de fundo que é perceber quanto é que custa cada um dos serviços, quanto é que custa cada uma das técnicas a

nível do SRS, para que depois os próprios serviços, as próprias estruturas, possam construir o seu orçamento a partir daí.

Médicos de família: temos 32 internos de medicina geral e familiar em formação, que irão já suprir grande parte dessas necessidades. Mais entrarão em formação, porque como lhe disse temos um excesso de produção de médicos nos últimos tempos.

Agora, temos que chegar aqui a um consenso entre aquilo que é a opinião e a posição do BE, aquilo que é proposto pelo Governo e aquilo que é a posição, por exemplo, do CDS-PP.

Ainda ontem foi referido que nós estávamos a fazer a alteração daquilo que eram as bolsas de estudo na área da formação da medicina, porque o Governo entendeu, e bem, que havendo excesso de formação de médicos não deve ser feito um esforço, no sentido de promover mais açorianos a irem fazer um curso que neste momento já está sobrelotado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não está!

O Orador: Em que área é que deve ser feito o esforço? Em que área é que deve ser direcionada a nossa atenção?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é um erro estratégico!

O Orador: Em subsídios de fixação de forma a que os médicos quando se formam possam vir e fixar-se nos Açores, ou seja, em vez de nós estarmos a financiar a formação em que muitas das situações nós sabemos que até agora esses médicos faziam a formação e não voltavam à Região, é preferível nós fazermos subsídios de fixação para que esses médicos se fixem na Região. É essa a nossa aposta, é essa a forma que nós gostaríamos e pretendemos implementar para termos finalmente cobertura total por todos os médicos de família.

Unidades de saúde familiares, por que não os modelos de gestão: isso já foi debatido até com o próprio Sr. Deputado Luís Maurício, do PSD. O conceito das unidades familiares de saúde não precisa de ser implementado naquilo que é este conceito generalizado de unidade de saúde familiar privado, ou seja, para termos os mesmos benefícios de uma unidade de saúde familiar, do ponto de

vista funcional, não é obrigatório que tenha que haver uma contratualização privada dessa unidade de saúde familiar.

Aquilo que se propõe é ir buscar aquilo que esse modelo tem de bom e não aplicar aquilo que é o modelo de gestão privada dessas unidades de saúde familiares, porque em alguns locais, como se percebeu, em algumas situações como as EPE a nível do continente, a transformação daquilo que era um modelo de gestão pública para um modelo de gestão privada não trouxe benefícios do ponto de vista financeiro. No caso da maior parte dos hospitais do continente e aqui nos Açores também aumentou os custos dessa exploração.

Por isso, não faz sentido privatizar também os cuidados de saúde primários para que os custos aumentem, quando nós o que poderíamos fazer era ir buscar aquilo que são os bons exemplos na gestão dessas unidades de saúde familiares e aplicá-las ao nosso modelo público.

Deputado Luís Maurício (PSD): Tem que perguntar isso ao Prof. Correia de Campos!

O Orador: O Sr. Deputado Aníbal Pires acabou por levantar uma questão que me parece que no fundo resume um pouco aquilo que é a discussão técnica sobre este documento.

Devo dizer, corrija-me se estiver errado, mas tentando citá-lo, “que se deve manter serviços de proximidade mesmo que tecnicamente haja evidências de que esses serviços podem ser feitos de outra forma utilizando aquilo que são as novas tecnologias nesse aspeto”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não é para o serviço de proximidade!

O Orador: Isso vai bater exatamente naquilo que é a discussão e que deve ser o foco da discussão sobre esta matéria, ou seja, tecnicamente está comprovado que é possível fazer alguns serviços, não no modelo que temos atualmente de proximidade, mas num modelo, utilizando as novas tecnologias, de maior centralização.

É esse debate que deve ser tido aqui e a posição do Sr. Deputado Aníbal Pires é defensada e é uma posição que deve ser claramente explorada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não são serviços de proximidade!

O Orador: Mesmo tendo mecanismos que nos permitam fazer o tipo de medicina ou o tipo de saúde de forma mais centralizada, nós dizemos: “Não. Politicamente não é isso que queremos, politicamente o que nós queremos é manter um serviço de proximidade”.

É isso que deve ser discutido aquando da discussão deste documento.

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

Peço aos líderes e ao Sr. Vice-Presidente o favor de se aproximarem da Mesa.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, conforme acordado pelos líderes, vamos concluir este debate da parte da tarde. Um bom almoço para todos. Recomeçamos às 15 horas.

Eram 13 horas e 07 minutos.

Presidente: Antes de começarmos o debate, peço aos líderes e ao Sr. Vice-Presidente o favor de se aproximarem da Mesa.

Eram 15 horas e 11 minutos.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Estávamos no debate referente ao ponto 2 da nossa agenda e estava inscrito o Sr. Deputado Artur Lima.

Peço ao Sr. Secretário da Mesa o favor de relembrar os tempos.

Secretário: Governo Regional – 33 segundos;

PS – 17 minutos e 50 segundos;

CDS- 4 minutos e 40 segundos;

BE – 2 minutos e 30 segundos;

PPM- 30 segundos.

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

Agora sim tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente do Governo, efetivamente há aqui três ou quatro questões que têm que ser absolutamente esclarecidas.

Em primeiro lugar é preciso que se esclareça que a maior parte das medidas desse documento que os senhores têm aqui, entrariam em vigor no segundo semestre de 2013 e algumas delas já neste trimestre.

Portanto, é preciso saber se esse documento vai ser suspenso, se não vai ser suspenso? O que é que se vai fazer a estas medidas que estavam aqui previstas para entrarem em vigor, nomeadamente, o Centro de Oncologia dos Açores e não Centro Oncológico dos Açores, como é erradamente referido no documento?

Oitenta por cento deste documento entraria em vigor neste segundo semestre, segundo a calendarização que aqui está feita.

Portanto, isto era um documento que admitia alguma discussão pública, é verdade, mas era um documento fechado em muito dos seus aspetos. Fechado porque estava calendarizado para implementar diversas medidas. É só ir lá e ver.

Mas, Sr. Presidente faço-lhe um apelo: rapidamente, publicite nos jornais aquilo que foi uma proposta do CDS, porque o CDS quis debater esse documento, juntamente com V. Exa., juntamente com o Governo. Fizemos apelo à sociedade. Fizemos aqui uma proposta para que o documento fosse o mais amplamente debatido.

Se me permite Sr. Presidente eu acho que o Governo está a falhar nessa intensificação de publicitar o que é que está em discussão pública, publicitar nos jornais e ter um contacto mais rápido e célere com as assembleias de freguesia e assembleias municipais que se vão reunir este mês. Isto ainda não foi feito.

Portanto é preciso fazer rapidamente para haver a tal vontade de diálogo e de ouvir o mais possível.

Foi essa a proposta que aqui fizemos, como aliás fizemos ao contrário do terrorismo que quiseram fazer contra o CDS, do terrorismo político que andaram fazendo em comícios contra o CDS. Nós quisemos discutir esse documento e nós apresentamos propostas de alteração como o Sr. Presidente do Governo aqui reconheceu que tínhamos ido e apresentado propostas para esse documento, que não foram consideradas, mas isso não tinham que ser.

Agora, apresentamos propostas ao Sr. Presidente do Governo por escrito.

Sr. Presidente, vou fazer uma pergunta que alguém há-de responder-me. Isto é a “Carta de Saúde da Região Autónoma dos Açores”, documento encomendado a uma empresa de especialidade que custou uns milhares de euros que previa a reestruturação do SRS, está aqui fundamentada, classificava os centros de saúde, classificava os hospitais, as especialidades, etc.

Por que é que isto, sem nenhuma fundamentação política, técnica, científica vai contra isto?

Eu quero que alguém me explique. Aqui há especialidades que de nível 1 passaram a 3, e vice-versa.

Portanto, é preciso explicar isso muito bem explicado, o dinheirinho que se gastou aos açorianos nesta Carta de Saúde.

Por que é que não serviu de base a este documento, que a contraria em muitos dos seus aspetos?

A classificação dos centros de saúde da proposta é anacrónica, veio aos tempos marcelistas, de Marcelo Caetano. Aqui está bem classificado.

Sr. Presidente do Governo, é uma sugestão e nós continuamos abertos para discutir seriamente este documento, para dar contributos sérios para este documento, para discutir com seriedade este documento e para melhorar a saúde dos açorianos, aliás, como fizemos em 2010, quando pedimos uma audiência ao então Presidente do Governo Carlos César, onde manifestámos a nossa preocupação.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo. Apelo à sua capacidade de síntese.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Resposta à primeira questão: o Governo privilegia, como sempre privilegiou e privilegiará, o esforço de consenso em detrimento do calendário.

Resposta à segunda questão: o Governo nunca acusou o CDS-PP de fugir ao diálogo, bem pelo contrário, afirmei-o aqui que o Sr. Deputado Artur Lima havia proposto uma proposta que ampliava.

O Governo enviará às assembleias de freguesia, assembleias municipais e câmaras municipais, um alerta, digamos assim, a dizer onde está disponível o documento para que ele possa ser devidamente debatido.

Resposta à terceira questão: nós não entendemos que haja uma contradição entre os dois documentos, entendemos que pode haver um aperfeiçoamento da Carta de Saúde.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Agora sim não há mais inscrições.

Penso que podemos dar por encerrado este ponto da agenda da reunião.

Vamos então concluir o ponto 5 da nossa agenda.

Estávamos na votação na especialidade da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 7/X – “Estabelece o III Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada”**.

A Mesa recebeu um requerimento por parte da bancada do PS, no sentido de se poder repetir a votação da proposta de alteração apresentada pelo PCP ao art.º 4.º, nomeadamente ao aditamento do n.º 6, do art.º 4.º à Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Estamos a falar da proposta do PCP que se concretiza num aditamento, o n.º 6 ao art.º 4.º.

Portanto é a repetição dessa votação que proponho fazer de imediato.

Para uma interpelação à Mesa tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Era só para pedir o favor de informar a câmara, a pedido de que partido foi solicitado a repetição da votação?

Deputado Berto Messias (PS): Já foi dito e foi combinado com o seu líder parlamentar! Essa pergunta era escusada!

Presidente: Já informei. Foi o PS que fez o pedido.

Estamos então em condições de votar.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: O aditamento anunciado foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Obrigada Sra. Secretária.

Quando concluimos os trabalhos na terça-feira estávamos no debate na especialidade, referente à proposta de alteração do PSD ao artº. 24º.

A Mesa tinha ainda duas inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires, não sei se pretende manter a inscrição?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Prescindo.

Presidente: O Sr. Deputado Francisco Coelho também estava inscrito. Prescinde?

Deputado Francisco Coelho (PS): Prescindo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto o nosso debate sobre a proposta do Governo para o PROMEDIA III, foi interrompido anteontem e é retomado hoje, exatamente, na apreciação anterior à votação do seu artº. 24º.

Para este artigo o PSD primeiro, e o PCP depois, formalizaram propostas de alteração que visam tornar vinculativo, é bom recordar o que é que está aqui em causa, o parecer prévio da comissão de análise de candidaturas.

No debate subsequente percebeu-se facilmente que esta alteração merece o apoio de todos os demais partidos da oposição: o CDS-PP, o BE e o PPM.

Percebeu-se também que só o PS não quer atribuir dignidade vinculativa à comissão que foi criada pelo seu próprio Governo.

Ora, vincular o Governo ao parecer técnico de uma comissão independente, constituída por representantes dos jornais, das rádios, dos jornalistas e dos consumidores já seria natural e conveniente sempre e em qualquer circunstância, porque está em causa matéria tão sensível como a atribuição de apoios públicos à comunicação social privada.

Mas isso ganha uma pertinência ainda maior quando esta Assembleia, é bom recordar, é confrontada com a denúncia formal, pelo representante das rádios em sede de comissão parlamentar, de que o Governo passa por cima das dúvidas que lhe são suscitadas pela comissão de análise quando elas não lhe são convenientes.

Sobre esta matéria devo apenas acrescentar o seguinte: o PSD como lhe competia dirigiu prontamente um requerimento ao Governo, no dia 7 de junho, para apurar os factos e esclarecer as denúncias com que fomos todos confrontados.

O Governo respondeu em termo recorde, curiosamente no próprio dia do debate do PROMEDIA, ...

Deputado Francisco César (PS): Ou seja já tinha respondido anteontem!

Deputado Berto Messias (PS): Afinal já tinha respondido!

O Orador: ... com documentos que merecem uma análise cuidada e não precipitada, porque parecem aumentar ainda mais as dúvidas existentes.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: O PSD, como lhe compete, vai estudar responsabilmente este processo e se necessário for vai chamar o Governo ao Parlamento para esclarecer o que falta.

Estamos convencidos que o PS não se vai opor a isso, porque quem não deve, não teme.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É interesse dos açorianos, do Parlamento, do Governo e também certamente das próprias rádios envolvidas, confirmar se não foram cometidas irregularidades na atribuição de dinheiros públicos, independentemente do montante em questão. Não está aqui em causa se foram 250 ou 110, o que importa saber é se foram regularmente atribuídos e não foi a oposição que denunciou, foi a própria comunicação social que o fez.

O rigor e a transparência devem ser apanágio da atividade do Governo em todos os setores, mas de modo muito especial na sua relação com a comunicação social.

Em nome do rigor estamos cá para fiscalizar, em nome da transparência o PS deveria ser o primeiro a dar o exemplo, associando-se à vontade de todos os partidos da oposição que querem tornar vinculativo o parecer da comissão de análise das candidaturas ao PROMEDIA.

Também nesta matéria, Srs. Deputados do PS, quem não deve, não teme.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Andrade, não quero fazer nenhuma injustiça e portanto, penso que tem andado um pouco distraído.

Anteontem quando debatemos esta matéria, como compreenderá, eu vim aqui preparado para debater uma lei. Notei, a partir de determinada altura, que alguma oposição estava tão ou mais interessada em debater a lei, em debater alguns pormenores suscitados por uma parte e que tinham naturalmente esse valor.

V. Exa. disse então que não tinha conhecimento da resposta do Governo a este requerimento. Eu, naturalmente, não tenho nenhuma razão para não acreditar nisso e tenho a certeza que foi de boa-fé que o Sr. Deputado disse isso, embora

essa resposta no dia 18 de junho já estivesse disponível no site desta Assembleia.

Gostaria também de lembrar, Sr. Deputado, que se esqueceu de referir uma coisa.

Na manhã do dia seguinte a este debate eu recebi, na qualidade de Presidente da CAPAT, um *mail* de um senhor particular, naturalmente interessado (é bom esclarecê-lo de algum modo visado porque ligado ao grupo) de algum modo atacado pelo representante que ouvimos em Comissão, onde diz também uma série de coisas interessantes: que não reconhece àquele senhor legitimidade para representar as rádios; que aquele senhor estava a representar os seus interesses, que aquele senhor mentiu; que a rádio do senhor tem parcerias com outras rádios. Portanto, que há aqui interesses. A gente percebeu que há aqui interesses e que esses interesses são legítimos, o que aliás até me reforça a ideia e a convicção de que o PS tem razão quando assume com frontalidade que deve ser o Governo a ter a decisão para o bem e para o mal e a assumir democraticamente essas consequências.

Mas já agora também é importante referir, não apenas que o Governo respondeu, ainda que com o elogio venenoso que respondeu depressa, como se merecesse críticas agora o Governo, porque responde depressa a requerimentos, talvez seja útil, porque se citou, não inocentemente, a versão de uma pessoa interessada, dizer não apenas que o Governo respondeu, mas o que é que o Governo respondeu.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: O Governo respondeu designadamente, tal como uma ata que eu aqui citei anteontem, que num desses pareceres da Comissão técnica ele não é absolutamente negativo, nem substantivo no indeferimento.

É bom também saber que ao longo de todos esses anos esse grupo, que se insinua que terá sido beneficiado, vamos ser claros, recebeu apenas ao longo do PROMEDIA I e PROMEDIA II, 28% do montante global a que se candidatou e numa média anual de 27 mil euros.

Talvez seja bom, com toda a transparência referir, que foi dos grupos que menos recebeu.

Talvez seja bom lembrar que o *Grupo Açormedia*, por exemplo, recebeu uma média anual 5,6 vezes superior a esse grupo; ...

Deputado Berto Messias (PS): Afinal, afinal....

O Orador: ... que o grupo da *Gráfica Açoriana e Diário dos Açores*, recebeu uma média anual 2,3 vezes esse montante e que o *Diário Insular* recebeu uma verba anual 2,3 vezes esse montante.

Parece que afinal esse grupo não terá sido assim tão favorecido.

Deputado José Andrade (PSD): Não é isso que está em causa, Sr. Deputado!

O Orador: É isto que está em causa Sr. Deputado!

Deputado José Andrade (PSD): É a maneira como foi atribuído!

O Orador: O que está em causa também é que esse grupo viu indeferidas três candidaturas, no montante global de 190 mil euros, 254. Muito mais do que aquilo que recebeu, aquilo a que candidatou foi indeferido.

Portanto, temos que ter bem presentes todas estas realidades, assim como o facto de a maioria dos membros desta Comissão, cujos pareceres foram na sua esmagadora maioria acatados, também é preciso dizer, tem uma boa opinião do programa e do trabalho que aceitaram desenvolver.

Já agora também para que não restem dúvidas Sr. Deputado, é certo, o senhor fez questão de referir, que a respeito da natureza deliberativa desta Comissão parece que o PS está sozinho. Mas eu perguntava-lhe o seguinte: no tempo em que o Governo Regional tinha responsabilidades governativas também criou, é certo, apoios aos órgãos de comunicação social. Era uma comissão com poderes vinculativos que dava esses apoios?

Pergunto até mais para ser esclarecido: havia alguma comissão?

Já agora para ficarmos todos absolutamente esclarecidos, porque a verdade é fundamental e respeitando naturalmente o direito que todos têm de mudar, eu gostava de lembrar que o PROMEDIA é um programa que tem a sua coerência e o Governo tem mantido e respeitado essa coerência.

Esta comissão consultiva não é uma novidade. Esta comissão consultiva constava nos seus exatos termos no PROMEDIA II, aqui aprovado em 2009.

Eu gostava de lembrar que a respeito desta comissão, em 2009, a votação do então artº. 24º. que previa esta comissão foi a seguinte: “os artigos anunciados foram votados em conjunto, foram aprovados com 28 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 15 votos contra do PSD”.

Eu queria saudar, Sr. Deputado Artur Lima, os 5 votos a favor do CDS-PP, não tanto pela quantidade, mas por concordar com a qualidade do sentido de voto; também os 2 votos do BE, pela mesma razão; também o voto do PCP pela mesma razão.

Portanto, como representante humilde do povo se Vs. Exas. quisessem explicar-me a que se deve essa mudança de posição, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Essa agora!

O Orador: ... eu ficaria antecipadamente grato. Muito obrigado.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

(*) Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco Coelho, o que está em causa aqui, como certamente todos perceberam, não é se um órgão de comunicação social recebeu muito ou pouco apoio, ou muito menos se esse órgão de comunicação social recebeu mais ou menos que os outros. Não é isso que está em causa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O que está em causa aqui é apurar com responsabilidade se esse apoio, grande ou pequeno, maior ou menor, foi regularmente atribuído. É isso que nos propomos fazer em nome do rigor e da transparência.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Quanto à comissão e à consideração que cada um tem pela comissão em apreço, votaremos este artigo e depois cada qual tirará as suas conclusões.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco Coelho, é com toda a simpatia, com certeza, e consideração que lhe explico que na altura votamos favoravelmente consciente e deliberadamente.

Só que também aprendemos com o tempo e o tempo veio a ensinar-nos que afinal era preciso estreitar um pouquinho mais aquela latitude daquela comissão e tornar aquele parecer vinculativo para evitar abusos, como vieram a verificar-se. Foi isso que levou à alteração do sentido de voto, Sr. Deputado Francisco Coelho. Tão simples quanto isso.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Está devidamente explicado e plasmado no relatório.

Muito obrigado a V. Exa.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Bem respondido, Sr. Deputado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Limpinho, limpinho!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Julgo que nós estamos na terceira versão do PROMEDIA e penso que o objetivo, na versão dois e nesta que agora estamos a discutir, e que têm sido apresentadas pelo Governo, pretendem objetivamente o seu aperfeiçoamento. Será assim Sr. Deputado Francisco Coelho?

Então se é o aperfeiçoamento julgo que a proposta do Governo introduziu algumas alterações no sentido de melhorar este instrumento de apoio à comunicação social privada na RAA.

Portanto, aquilo que era a posição do PS e do Governo Regional em 2009, eventualmente, alterou-se nalguns aspetos e por isso mesmo apresentaram este diploma.

Se este motivo justifica a apresentação pelo Governo deste diploma, penso que relativamente àquilo que foi a posição da Representação Parlamentar em 2009, relativamente a um artigo, e aquela que é hoje a mesma, Sr. Deputado Francisco Coelho, é no sentido, na nossa opinião, de dar-mos contributos, até porque também há uma proposta do PCP nesse sentido, para que este importante instrumento de apoio à comunicação social seja melhorado.

Na vossa perspetiva, na perspetiva do PS, a opinião da comissão de acompanhamento não deve ser vinculativa, consideram que isso não é um melhoramento.

Na minha opinião eu considero-a.

Pronto Sr. Deputado Francisco Coelho, não vejo qual é a estranheza, porque Vs. Exas. entretanto também têm vindo a evoluir na vossa opinião.

Já agora Sr. Deputado Francisco Coelho, eu reconheço-lhe, como tenho dito e continuarei certamente a dizer, grande brilhantismo em termos parlamentares, mas vai perdoar-me, Sr. Deputado, este não foi o melhor argumento para tentar encostar às tábuas três partidos da oposição, até porque a parte do PCP é muito difícil encostar às tábuas.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo por agradecer a gentileza, embora também acho que seja um dever democrático, naturalmente que não põe em causa que qualquer pessoa ou organização tem o direito a mudar de opinião ou a evoluir. Agora também

penso que é justo e que é saudável, sobretudo quando se têm responsabilidades, que também se explique essa mudança e essa evolução.

Nessa medida agradeço-vos.

Gostei sobretudo da tirada final do Sr. Deputado Aníbal Pires, tenho a certeza que quando tivermos aqui um diploma acerca da tauromaquia o seu voto será ligeiramente diferente dos anteriores...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não vai Sr. Deputado!

O Orador: ... e também tem direito a isso, porque é evolução.

Sr. Deputado Artur Lima, é verdade que evoluímos e eu percebi perfeitamente a sua justificação, atrás de tempo, tempo vem e portanto, o Partido Popular, basicamente, mudou um pouco a sua opinião, quiçá, a sua confiança que tinha no Governo. Foi pelo menos o que eu me apercebi.

Também mudou o tempo e estamos num tempo verdadeiramente difícil. Ainda é cedo para esquecermos o resultado das eleições regionais. Já é tempo de nos lembrarmos da campanha das eleições autárquicas. Também é justo que todos sejamos sensíveis a este tempo difícil, real e desafiante que nos condiciona.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Não há mais inscrições, vamos então passar à votação da proposta de alteração, apresentada pelo PSD ao artº. 24º. da proposta.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Obrigada Sra. Secretária.

Presidente: Passemos agora à votação da proposta de alteração apresentada para este mesmo artº. 24º., pelo PCP.

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sim, fica prejudicada. Por ser de igual teor depreende-se que a votação será a mesma. Muito bem.

Vamos então votar o artº. 24º. da proposta.

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das diversas bancadas).

Presidente: Eu iria colocar à votação, inicialmente, a proposta do PCP, porque apesar de ser de igual teor é uma proposta diferente.

Deputado Francisco Coelho (PS): Como a anterior não foi aprovada, não fica prejudicada!

Presidente: Penso que não fica prejudicada.

Então farei da forma como tinha indicado inicialmente.

Vamos então votar a proposta de alteração apresentada pelo PCP ao artigo 24º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Obrigada Sra. Secretária.

Tendo sido rejeitadas as duas propostas de alteração apresentadas para este artigo vamos agora votar o artigo 24º. da proposta.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 19 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Obrigada Sra. Secretária.

Vamos agora votar a proposta de alteração apresentada pelo CDS ao artº. 25º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretária: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Obrigada Sra. Secretária.

Votemos então agora o artº. 25º. com a alteração que lhe foi introduzida.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada Sra. Secretária.

Aos restantes artigos não foram apresentadas propostas de alteração.

Pergunto se posso colocar em conjunto, se preferem que vote artigo a artigo?

Deputado José Andrade (PSD): Proponha que votássemos o artigo 27º. separadamente.

Presidente: Para o artigo 27º. ser votado isoladamente? É o único?

Sendo assim colocarei agora à votação o artº. 26º. da proposta.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos agora ao artº. 27º. da proposta.

Sr. Deputado José Andrade tem a palavra.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr.

Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria aproveitar a votação deste artigo 27º. para concluir que o Governo e o PS, parece que não sabem bem o que querem em matéria de comunicação social.

Tenhamos como exemplo exatamente este caso.

Primeiro, o Governo Regional do PS apresenta uma proposta; depois o PS apresenta uma proposta de alteração à proposta apresentada pelo Governo Regional do PS; agora o PS apresenta uma proposta de alteração à proposta de alteração que o PS apresentou à proposta apresentada pelo Governo Regional do PS.

Tive que escrever isto para não me perder.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Importa-se de repetir? Não percebi!

O Orador: O PS agora apresenta uma proposta de alteração à proposta de alteração que o PS apresentou, à proposta apresentada pelo Governo Regional do PS. Só mesmo escrito para não me perder.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O PS pode justificar o que quiser, mas isso só tem um nome, chama-se desorientação.

Deputado Berto Messias (PS): Olhe que essa intervenção vai fazer ricochete!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Era só para pedir um esclarecimento ao Grupo Parlamentar do PS que propôs, e é bom que se saiba o que é que estava aqui em causa, no artº. 27º. a alteração à alteração, a que o PS propunha que a fiscalização dos incentivos, além de serem fiscalizados normalmente pelo Governo pode o Governo Regional, imagine-se, recorrer à Inspeção Regional.

Era sobretudo essa explicação que eu queria do PS, Sr. Deputado Francisco Coelho.

Presidente: Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo naturalmente por agradecer esta solicitação democrática e pedagógica com que o Sr. Deputado Artur Lima me retribuiu e dizer que, naturalmente, estava pensando exatamente dar uma explicação, embora a explicação me pareça relativamente fácil de entender.

Desde logo, Sr. Deputado José Andrade, o senhor confundiu-se um bocadinho.

Deputado Luís Garcia (PSD): É mesmo para confundir!

O Orador: O que aconteceu foi uma proposta de alteração que foi retirada. É mais simples e percebe-se melhor dito assim.

V. Exa. ligou o complicómetro ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... e resolveu desenvolver mais esta parte do que as comissões que davam apoio, com poderes deliberativos nos tempos do Governo do PSD.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Sobre essa parte o senhor foi muito lesto.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Sinais do tempo!

O Orador: O que aconteceu aqui é absolutamente claro. O PS foi sensível ao que ouviu na Comissão e acha que é importante, embora isso possa ser feito de diversas maneiras, que haja um reforço de fiscalização dos apoios atribuídos e que esse reforço seja efetivo.

Sabemos que o Governo também tem essa preocupação e que esse reforço de fiscalização irá ser feito.

O que pensámos foi introduzir um órgão com alguma vocação de isenção administrativa nesta matéria.

Deputados Paulo Estêvão (PPM) e Artur Lima (CDS-PP): Ui!

O Orador: Eu não sei se o PSD diz isso por ter lá muitos militantes, não sei.

De qualquer maneira o que eu gostava de dizer é que em termos jurídicos ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Sr. Deputado está a pôr em causa a militância ou a atividade?

O Orador: O senhor tire as suas conclusões.

... pensamos que não faz sentido e não fazendo sentido em termos jurídicos, e sabendo nós que o Governo Regional também tem essa preocupação, voltámos à forma inicial.

Creio que ainda voltámos a tempo, antes de votar o artigo. Se se pode mudar o sentido de votação, por que é que não se pode retirar uma proposta?

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É a perseguição!

Presidente: Sr. Deputado José Andrade tem a palavra.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não quero deixar sem resposta a insistência do Sr. Deputado Francisco Coelho sobre a Comissão.

Para dizer uma coisa muito simples: é absolutamente lamentável que 17 anos depois o Governo Regional do PS e o PS do Governo Regional ainda tenham que recorrer ao bode expiatório da governação do PSD para desculpar as falhas da sua governação atual.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias (PS): O senhor é que está a falar em bode expiatório!

Deputado Jorge Macedo (PSD): É que a gente já não pode falar no Sócrates, porque já saiu há dois anos e meio!

Deputado Berto Messias (PS): Podem! Os senhores é que têm problemas de falar do vosso passado!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Nenhum!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Os senhores é que devem ter medo de falarmos no nosso passado!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Desde já quero felicitar a bancada do PS por ter retirado esta proposta, porque eu considero, de forma alguma, que os órgãos de comunicação social devem ficar submetidos à Inspeção Regional. De forma alguma isto pode vir a acontecer e nada tem de positivo para o sistema democrático, nada teria de positivo para a independência dos órgãos de comunicação social que viessem a ser tutelados, ou inspecionados, neste caso, pela Inspeção Regional.

Até porque, deixe-me que lhe diga S. Deputado, em relação à forma como estão a ser feitas as inspeções regionais e a forma como elas têm vindo a ser implementadas e têm vindo a ser selecionados os que são inspecionados pelas diversas inspeções, temos aqui um longa conversa para fazer noutra âmbito e de forma mais prolongada, porque em relação à Inspeção Regional (e da parte do

PPM nós vamos assumir, em devido tempo e no momento em que eu não venha a ser acusado de estar a tentar de alguma forma efetuar alguma intrusão em processos que estão a decorrer) aquilo que eu considero é que não está garantida a total independência do ponto de vista da ação política, da tutela política sobre as inspeções, não está assegurado neste momento, o funcionamento democrático, isento das Inspeções Regionais. De forma alguma! Isto não está assegurado.

Portanto, é necessário que este Parlamento venha a debater este assunto e o PPM o que vai fazer é trazer a debate esta questão assim que esteja em condições de não poder ser acusado de estar a deliberar sobre questões em que tem interesse próprio.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Andrade, não se trata de bode expiatório, ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Gato escondido!

O Orador: ... trata-se de reafirmar algo e de lembrar o que é absolutamente essencial, os açorianos terem presentes acerca deste PSD Açores. Este PSD-Açores tem graves dificuldades de orientação no espaço e no tempo. Basta ver o que faz em Lisboa e o que faz nos Açores; basta ver o que fazia quando estava no poder e aquilo que pretensamente exige desde que está na oposição.

Estas dificuldades são muito evidentes e são de conhecimento obrigatório e cívico dos açorianos.

Muito obrigado.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado José Andrade tem a palavra.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco Coelho é verdade que antes de 1996 o Sistema de Apoio Público à Comunicação Social Privada, não tinha propriamente uma

Comissão com essas características, mas também era verdade, e isso é que é importante escutar, que nunca nos 7 anos da vigência daquele sistema de apoio, houve qualquer denúncia por parte da comunicação social, nem qualquer suspeita por parte dos partidos da oposição de que alguns daqueles apoios pudessem ter sido irregularmente atribuídos. Isso é que está em causa! Isso é que importa reter!

Deputado Francisco Coelho (PS): Vou ler os meus artigos!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não me diga que quando o senhor estava na oposição dizia uma coisa diferente do que diz agora!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Agora sim não há mais inscrições.

Vamos então votar o artº. 27º. da proposta.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada Sra. Secretária.

Coloco então agora um conjunto de artigos, do 28º. ao 32º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Obrigada Sra. Secretária.

Passemos então à votação final global.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global o diploma foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP, uma abstenção do BE, uma abstenção do PCP e uma abstenção do PPM.

Presidente: Obrigada Sra. Secretária.

Presidente: Sr. Deputado José Andrade tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD veio bem-intencionado e bem fundamentado para o debate da proposta do Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada dos Açores.

Visitámos todas as rádios e todos os jornais de todas as ilhas; reunimos com todos os seus responsáveis; conhecemos as suas preocupações e compreendemos as suas expetativas.

Fomos, porque somos um partido responsável e proponente. Não nos limitamos a criticar o que está mal com base das próprias opiniões dos jornais e das rádios. Contribuímos para melhorar o que não está bem a partir das próprias sugestões dos jornais e das rádios.

Mas o PS acha que basta ter uma maioria para ter razão sozinho e num Governo onde todos parecem ser responsáveis pela pasta da comunicação social, menos o próprio, acha que sabe mais das dificuldades dos jornais e das rádios, no conforto dos seus gabinetes, do que aqueles que lutam todos os dias, no limiar da sobrevivência económica, para prestar um serviço público com um esforço privado.

Afirmámos na abertura do debate, e infelizmente reafirmamos no seu encerramento, era preciso introduzir o principal apoio à produção dos jornais, que consiste na comparticipação dos custos determinantes de consumo de papel e chapas de impressão, mas o PS chumbou.

Era preciso eliminar um novo requisito irrealista que obriga as entidades beneficiárias a assumirem contratualmente o compromisso de não alterarem os seus colaboradores até 31 de dezembro de 2016, mas o PS chumbou.

Era preciso facultar às empresas editoras dos jornais a possibilidade de optarem pelo pagamento governamental da expedição postal poder ser feito diretamente ao prestador do serviço, mas o PS chumbou.

Era preciso alargar os apoios da formação profissional a outras categorias, que não apenas jornalistas, e às empresas em geral, que não apenas os seus agentes individualmente, mas o PS chumbou.

Era preciso tornar vinculativo o parecer da comissão de análise das candidaturas ao PROMEDIA, mas o PS chumbou. Do alto da sua maioria o PS votou contra importantes soluções que permitiam minimizar as graves dificuldades enfrentadas hoje pela comunicação social dos Açores.

Votou a favor de uma proposta do Governo que ameaça mesmo a própria sobrevivência de algumas empresas.

Por exemplo: nesta crise económica, sem precedentes, que arrasa as receitas próprias de publicidade e assinaturas, os jornais não serão apoiados no seu principal fator de produção que é, naturalmente, o consumo de papel.

Mas o Governo tanto nega o apoio à sustentabilidade, como recusa a possibilidade das empresas se redimensionarem sob pena de perderem o pouco que recebem.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Ficamos perante um ciclo viciado que pode acabar mal, mas esta não é apenas uma preocupação do PSD, é principalmente uma preocupação da comunicação social açoriana.

Recomendamos por isso ao Governo a leitura atenta da crónica parlamentar da jornalista Helena Fagundes, publicada ontem, no *Diário Insular*, que passo a citar: “o PROMEDIA III é uma desilusão. O dia de ontem (neste caso anteontem) representou um verdadeiro ensaio sobre a cegueira. Cegueira do Governo Regional e da maioria socialista face aos argumentos de quem está no terreno. Para que serve desenhar um programa que não serve quem devia apoiar? Mas sobretudo um ensaio sobre a cegueira que se pode lentamente instalar na sociedade açoriana, ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ... porque os jornais e as rádios são os olhos que seguem a vida, as dificuldades e as frustrações das suas ilhas”. Fim de citação.

Sra. Presidente, Srs. Deputados:

Os jornais e as rádios dos Açores não têm razões para estarem satisfeitos com este PROMEDIA, com este PS e com este Governo. O PSD também não.

Resta esperar por um PROMEDIA IV, mas com outra maioria e com outro Governo.

Deputado Berto Messias (PS): Isto é uma grande maldade para os jornalistas!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): O senhor está a ameaçar os jornalistas!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD).

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A minha declaração de voto é feita em jeito de sugestão ao Governo Regional. É no sentido de que não haja qualquer tipo de mancha ou de suspeita, de subjugação em interesses, que possam vir a ser assacados ao Governo Regional e ao PS, uma vez que os mesmos não aceitaram que a deliberação da comissão de análise às candidaturas do PROMEDIA III fossem vinculativas. No mínimo que o Governo Regional se obrigue, a si próprio, a tornar públicas as deliberações desta comissão e a respetiva decisão do Governo Regional sobre a atribuição dos apoios.

Tornar público o parecer da comissão e a respetiva decisão do Governo Regional.

Pensamos que isso seria um contributo para a transparência, para a democracia e para o rigor e eu acredito que nem mesmo o Sr. Deputado Francisco Coelho, desta vez, discordará desta proposta.

Muito obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) Deputado Francisco Coelho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Acabámos de aprovar, creio que sem votos contra, o PROMEDIA III.

Trata-se de um programa coerente, com a filosofia que o Governo Regional dos Açores tem vindo a implementar nesta matéria e que tem merecido naturalmente o apoio deste Grupo Parlamentar.

Foi aqui sobejamente apresentado, quais as grandes linhas norteadoras e a filosofia deste tipo de apoio, no nosso entender, que não deve de modo algum privilegiar despesas correntes ou custos de produção, aliás, naquilo que entendemos ser o devido respeito pelas relações entre o público e o privado e pela própria independência da comunicação social, mas ao nível de investimentos estratégicos em inovação e tecnologia.

À semelhança do que o Governo fez depois de uma larga auscultação aos interessados, na própria Comissão fizemos um debate alargado quer por escrito, quer presencial e também aqui foram apresentadas um conjunto de propostas de alteração, incluindo por esta bancada e o Grupo Parlamentar do PS teve a possibilidade de apresentar alterações de quase todos os grupos parlamentares (em bom rigor a única exceção foi a Representação Parlamentar do PCP).

Mas, naturalmente, não nos podem pedir em consciência e em coerência que aprovássemos alterações que desvirtuam e contradizem aquilo que deve ser no nosso entendimento a filosofia correta do sistema e deste tipo de apoios.

Estas, naturalmente, não podíamos apoiar e votámos nessa medida, em consciência.

Sra. Deputada Zuraida Soares, gostava de lhe lembrar que pelo menos esta Assembleia recebe um relatório anual desta comissão de análise com os apoios que são concedidos e costuma ser disponibilizado no seu site.

Concordo que a transparência ao nível do conhecimento dessa informação é importante, até porque ele também nos confirmará que a regra é (e também é bom registá-lo) que o Governo siga em regra e acate as propostas desta comissão.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto este diploma até poderia ser um diploma que acabasse no final por ser um bom diploma e um bom diploma era ir de encontro àquilo que as empresas de comunicação social pediam, de alguma maneira, e que nós aqui poderíamos ter ido um pouco mais além e que os partidos da oposição, de uma maneira geral todos, fizeram propostas de alteração que iriam nesse sentido, beneficiar a comunicação social açoriana, beneficiar a comunicação social nos Açores.

Mas o PS não entendeu assim e pese embora a generosidade apregoada pelo PS de aprovar uma ou outra proposta, na substância não aprovou rigorosamente nada de substancial. Substancial era aprovar 25% do consumo de energia elétrica e era sobretudo no caso dos jornais aprovar um subsídio ao papel, às chapas e às tintas. Era sobretudo isso.

Apoiar fatores de produção, se o Governo apoia tantas e tantas empresas, por que é que não pode apoiar estas?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E apoia!

O Orador: Não apoia! Não apoia!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Apoia! E todos os outros programas também apoiavam essa!

O Orador: Fatores de produção para jornais de papel, tintas e chapas o Governo não apoia. Por que é que não apoia? Essa é que é a questão que é preciso saber para ter sempre um controlo e uma mão pesada sobre a comunicação social.

Agora, Sr. Vice-Presidente, concordará comigo: sem comunicação social não há democracia nos Açores (nos Açores nem qualquer parte do mundo)! Sem comunicação social rigorosa, isenta e independente não há democracia nos Açores!

É um contributo fundamental para a democracia. São empresas fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade, quer político, quer cultural, quer de cidadania.

Por isso mesmo se há empresas que mereciam ser apoiadas são exatamente essas empresas de comunicação social, que fazem às vezes verdadeiros milagres, um milagre hoje em dia que é de serviço público, um milagre hoje em dia que é em ilhas e em ilhas às vezes pequenas, porque no universo do mercado da comunicação social somos todos de Santa Maria ao Corvo muito pequeninos.

Por isso era preciso mais apoio e acarinhar mais e melhor estas empresas.

Infelizmente o resultado a que se chegou, foi o resultado que o PS quis que se chegasse. Não houve um voto contra estas oposições porque efetivamente mais vale pouco do que nada, mas não significa a provação no sentido que aqui o PS quis significar.

Muito obrigado.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Considero que esta matéria é uma matéria crucial para a democracia nos Açores. Apoiar a comunicação social é fundamental para a manutenção do pluralismo político, para termos uma população informada das questões mais relevantes do ponto de vista social, do ponto de vista económico, do ponto de vista desportivo, do ponto de vista político.

Enfim, é fundamental que estes parâmetros de apoio à comunicação social se modernizassem e fundamentalmente se direcionassem às maiores lacunas que estas empresas estão a ter.

Mas devo também referenciar que nós neste País temos um problema grave de centralismo e esquecimento total por parte dos órgãos de comunicação social de dimensão nacional em relação à cobertura da vida autonómica e da vida destas populações nos Açores. Somos totalmente esquecidos.

Os Açores, muitas vezes, nem uma nota de rodapé merecem no tratamento que é dado pelas televisões ou pelas rádios nacionais ou pelos jornais nacionais.

É muito difícil que os Açores tenham um tratamento relevante a não ser que aconteça aqui uma tragédia nos Açores. Quando cheira a este tipo de acontecimentos aí a comunicação social está presente.

Mas em relação a matérias relevantes para a vida comunitária dos Açores, nós a nível nacional é quase como se não existíssemos. Isto demonstra que este País continua imbuído, não só os órgãos políticos, mas também os próprios jornalistas e os próprios órgãos de comunicação social continuam imbuídos num espírito centralista que muito tem prejudicado a vida nacional ao longo destes anos.

É absolutamente intolerável que os Açores, tendo órgãos políticos próprios, representando para o País o que representa em termos de dimensão nacional, nomeadamente naquilo que significa em termos de área de jurisdição marítima, significando muito do futuro a que este País pode aspirar, seja tratado com uma nota de rodapé, ou muitas vezes nem isso.

É por isso que o apoio aos órgãos de comunicação social locais é absolutamente essencial.

Considero que o Governo Regional nesta matéria não foi tão longe como deveria ter ido, porque os órgãos de comunicação social sinalizaram bem quais eram as principais aspirações e quais eram as suas principais dificuldades. Em muitos casos não se foi de encontro a essa matéria.

Devo dizer, para terminar, que considero também que o recuo do PS em relação à fiscalização do artº. 27º. e também em relação ao artº. 4º., a alteração que tinha sido proposta pelo PCP ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Artigo 6º!

O Orador: Artigo 6º?

Deputado Francisco Coelho (PS): Artigo 6º/Artigo 4º!

O Orador: Exatamente artigo 4º.

... essa alteração foi fundamental, porque todos nós queremos salvar os empregos todos, todos nós queremos salvar os empregos todos na sociedade açoriana, mas temos que ter consciência que não é muitas vezes obrigando as

empresas, colocando as empresas contra a parede que nós conseguimos preservar todos os empregos.

É preciso que se tenha a consciência que as empresas dos órgãos de comunicação social têm tantas dificuldades como as outras empresas.

Portanto, não se pode exigir-lhes mais do que aquilo que se vai exigir às outras empresas regionais, porque estas empresas sofrem, evidentemente, dos mesmos males que afetam todas as outras na atual conjuntura económica, mas também devido às suas particularidades estas questões muitas vezes são potenciadas em relação às dificuldades por que estão a atravessar as empresas açorianas no âmbito da comunicação social.

Considero que esta alteração neste âmbito é absolutamente crucial. Era um erro trágico que este Parlamento iria cometer e o recuo nessa matéria foi também, na minha perspetiva, fundamental.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Agora sim, não há mais inscrições para declarações de voto.

Vamos avançar na nossa agenda.

A Conferência de Líderes decidiu que o ponto 19 da nossa agenda da reunião seria apresentado e debatido hoje.

Sendo assim darei a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires para **Apresentação do Projeto de Resolução n.º 39/X - Recomenda ao Governo Regional que desenvolva os estudos técnicos necessários com vista à criação de um sistema de proteção e incentivo à reutilização produtiva das zonas de currais de vinha dos Açores, bem como reforce os apoios à criação de atividades turísticas relacionadas com a produção de vinho e com a paisagem da vinha.**

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muitas vezes subo a esta bancada para denunciar as insuficiências da ação governativa, para criticar os erros da sua política. Esse é o nosso papel e o nosso dever. Para isso os açorianos nos mandataram e com orgulho o cumprimos.

Mas também sucede, como hoje, estarmos aqui de olhos postos no futuro, a apontar rumos para o progresso dos Açores, a colocar ideias para o nosso desenvolvimento, a agregar vontades e a erguer consensos para levar por diante um futuro sustentável para o nosso arquipélago. Também para isso recebemos o mandato dos açorianos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Escrevemos, no programa eleitoral da CDU para as eleições de 2012: *“É na terra e no mar que está a chave incontornável do progresso dos Açores. É no desenvolvimento do setor produtivo e das suas múltiplas atividades que se encontra a base de um modelo desenvolvimento sustentável e equilibrado.”* E, assim, no cumprimento desse compromisso, aqui está um contributo nessa direção.

O nosso Projeto de Resolução pretende contribuir para estimular o setor vinícola regional, favorecendo o ressurgimento de produtos tradicionais de elevada qualidade, associada à proteção paisagística e ambiental dos currais de vinha existentes na Região.

Conhecemos bem, nomeadamente da experiência colhida na ilha do Pico, o efeito multiplicador que a associação dos aspetos produtivos, ambientais, paisagísticos, culturais e turísticos conseguem criar, em termos de dinâmica económica.

É tempo de replicar e ampliar essa experiência, adaptando-a aos diferentes contextos e tradições, procurando o que é específico, o que é característico de cada local, valorizando a diversidade das produções, das paisagens e das culturas, para enriquecer a nossa oferta, quer em termos turísticos, quer de produtos agrícolas de elevada qualidade.

Sendo este o nosso objetivo de fundo, temos perfeita consciência que se trata de um projeto de grande dimensão e de grande ambição, que implicará avultados investimentos, não podem ser precipitados, nem levemente lançados. Assim, propomos que, aproveitando o grande potencial, experiência e valia técnica dos serviços da Região neste setor, se realizem, numa primeira fase, estudos

técnicos que delimitem as zonas de paisagem a proteger, que façam o levantamento das necessidades de intervenção para a recuperação das estruturas produtivas, que avaliem o potencial vinícola e quais as produções mais adequadas.

Esse conhecimento permitirá não apenas estabelecer um quadro jurídico regional para a proteção e para o incentivo à reutilização produtiva dos currais de vinha, como permitirá instruir candidaturas a mecanismos de financiamento, nacionais e europeus, nomeadamente no âmbito do próximo quadro comunitário de apoio. Este é o momento de começarmos a preparar esses processos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Reconhecemos, com tranquila humildade, que a nossa proposta se limita a apontar uma direção e que necessita, necessariamente, de aprofundamentos e de contributos de todas as bancadas desta Assembleia e da sociedade açoriana. Mas estou convicto de que se trata de uma boa ideia, no rumo certo para o desenvolvimento da Região.

Quero, por isso também, afirmar aqui, a nossa total disponibilidade para receber esses contributos e para os integrar na proposta que, assim, deixará de ser uma proposta do PCP, para passar a ser um desígnio estratégico dos Açores.

Assim desejamos que aconteça.

Disse.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Não havendo inscrições vamos fazer um intervalo de dez minutos e peço aos líderes que me acompanhem à sala da mesa para uma pequena reunião, assim como o Sr. Vice-Presidente.

Eram 16 horas e 29 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para podermos recomeçar os trabalhos.

Eram 16 horas e 51 minutos.

Sras. e Srs. Deputados concluímos o ponto 19 da agenda, conforme tinha indicado e vamos avançar para o ponto 6.

Queria apenas alertar a câmara que em Conferência de Líderes deliberámos apresentar a seguir ao ponto 6, o ponto 9 da Agenda da reunião.

Apenas para ficarem com esse alerta e seguirem em condições o desenrolar dos nossos trabalhos.

Para o ponto 6, **“Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 11/X – “Programa de auto emprego jovem ”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD foram definidos em Conferência de Líderes os respetivos tempos:

Para o proponente, (PSD) PS e Governo, temos 25 minutos;

Para o CDS, 15 minutos;

Para o BE, PCP e PPM, 10 minutos.

Para a apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como sabem o desemprego constitui um drama que afeta mais de 20 mil açorianos.

Neste momento na nossa Região o número de pessoas sem emprego é já superior ao da população da Ilha do Pico ou da Ilha do Faial. É equivalente à população conjunta das ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Flores e Corvo.

O desemprego jovem assume contornos de uma verdadeira tragédia geracional. 40% dos jovens açorianos que procuram emprego não conseguem encontrar trabalho. Dois em cada cinco jovens estão desempregados.

Muitos outros milhares frequentam programas de estágios que se encontram transfigurados em meros programas de ocupação.

São milhares de jovens que podem não estar nas estatísticas oficiais do desemprego, mas não encontram seguramente motivos para confiar no futuro.

Como temos dito e demonstrado o PSD-Açores entende que encontrar soluções implica o contributo de todos.

Nesse sentido o PSD-Açores apresentou no Parlamento Regional uma proposta para criação de um programa de AUTO EMPREGO JOVEM.

Trata-se de um programa que pretende dar mais uma resposta a todos os jovens que queiram criar o seu próprio emprego, assegurando-lhes o rendimento mensal, tal como já acontece, por exemplo, nos programas de ESTAGIAR L e T.

O programa destina-se a todos os jovens que pretendam promover auto emprego através da constituição de novas empresas, nomeadamente como empresários em nome individual, estabelecimentos individuais de responsabilidade Lda., sociedades unipessoais por quotas, ou pela sua participação nos vários tipos de sociedades comerciais previstas na lei.

É estabelecido que esse apoio terá a duração de 12 meses prorrogáveis por mais seis, mediante certas condições e porque fará todo o sentido prolongar o apoio a quem começa a crescer e a apresentar resultados.

O programa que apresentamos no Parlamento não implica qualquer juízo de valor em relação aos diferentes programas que têm vindo a ser lançados pelo Governo Regional.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Na verdade muitos deles são comuns às propostas eleitorais que apresentamos aos açorianos.

Para o PSD esta é uma medida inovadora que bem aplicada pode ser um excelente complemento aos referidos programas ESTAGIAR, ou por exemplo, o CPE-Premium, ou ao Empreende Jovem.

Desta forma o diploma em análise tem a preocupação de garantir rigor e seletividade nas candidaturas.

São os bons projetos que garantem o auto emprego e o crescimento das empresas e das atividades, de modo a gerar mais emprego jovem para os jovens e para os menos jovens.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Julgamos que a proposta que apresentamos tem todas as condições para se afirmar como um instrumento, mais um, de combate ao desemprego jovem e dinamização do tecido empresarial.

Esperamos poder contar com o apoio do PS, do CDS-PP, do BE, do PPM e do PCP, para que possamos ajudar todos a combater este flagelo que é o desemprego jovem.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: O PSD-Açores entende que é do trabalho de todos e com o trabalho de todos que a nossa Região vai conseguir vencer mais este desafio que é o desemprego jovem.

Cá estamos para trabalhar, juntamente convosco e com todos os açorianos.

Com a aprovação desta proposta desejamos que todos os partidos representados nesta Assembleia possam contribuir para que jovens açorianos encontrem um caminho ou consigam dar um rumo à sua vida pessoal, social e profissional.

Tenho dito.

Deputados João Bruto da Costa e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvi atentamente as palavras do Sr. Deputado, a abordagem da questão que fez e referiu que ela permitirá o apoio aos jovens na criação de novas empresas.

Gostaria de lhe fazer uma pergunta muito concreta: podia o Sr. Deputado explicar-me em que setores de atividade económica podem ser apoiadas as empresas que irão desenvolver a atividade, no âmbito deste programa? Ou seja,

este programa apoia a criação de emprego em empresas, em que setores de atividade concretamente?

Presidente: Obrigada Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto uma pergunta pertinente ...

Deputado Francisco César (PS): Muito pertinente!

O Orador: ... mas como é óbvio está patente no nosso diploma em que pode abordar vários setores.

Aliás, devo aproveitar para transmitir à câmara que o PSD apresentou uma proposta de alteração a três artigos ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Apresente exemplos reais!

O Orador: ... que estão presentes, nomeadamente o n.º 1 do art.º 2, é alterado com uma nova redação; eliminamos o n.º 3 do art.º 2.º; introduzimos dois novos números o 3.º e 4.º ao art.º 2.º...

Deputado Berto Messias (PS): Mas responda à pergunta!

Deputado Francisco César (PS): Em que áreas?

O Orador: Deixe-me terminar. Ainda não terminei a minha intervenção.

... introduzimos uma nova alínea f) no art.º 3.º e nomeadamente o n.º 1 do art.º 6.º. Alterado com uma nova redação.

Nós com isto fomos ao encontro de algumas propostas que foram entregues, alguns pareceres que foram dados, nomeadamente pelo Centro da Universidade dos Açores e pela Câmara de Comércio e Indústria dos Açores.

Precisamente em relação a este assunto faz-se com que haja aqui a oportunidade de criar empresas em vários ramos, com esta alteração que fizemos ao artigo.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E a pergunta?

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, responda à pergunta!

Deputado Francisco César (PS): Em que áreas apoia as empresas?

O Orador: Portanto, Sr. Secretário penso que respondi que há possibilidades de vários ramos poderem recorrer a este programa, ou seja, trata-se também aqui de um complemento ao Empreende Jovem e ao Microcrédito.

Deputado Berto Messias (PS): Mas quais ramos?

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou ser mais explícito na minha pergunta ainda: concretamente que classificação de atividades económicas, de acordo com o classificador oficial e obrigatório, esta proposta do PSD apoia? Que atividades económicas, em que setores, podem ser apoiadas por esta iniciativa do PSD?

Deputado Berto Messias (PS): Esta questão é central na discussão deste diploma!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(*) Deputado Cláudio Almeida (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Creio que o Sr. Vice-Presidente leu com certeza a nossa proposta de alteração.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mas eu não tenho capacidade suficiente para a interpretar!

O Orador: Passo a citar o n.º 2 do art.º 2.º, já com a alteração feita, em que refere o seguinte: “O PAEJ pode ser desenvolvido na área de produção de bens ou serviços transacionáveis, nomeadamente, entre outras, indústria, construção, energia, ambiente, logística, turismo, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Continua a não responder!

O Orador: ... informação e comunicação, educação, saúde, e apoio social com a classificação portuguesa das atividades económicas, regulada pela lei em vigor”.

Deputada Marta Couto (PS): Em que áreas, Sr. Deputado? Em que áreas?

O Orador: Penso que com isto respondo ao Sr. Vice-Presidente.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pois Sr. Deputado, o senhor não respondeu e chego à conclusão que o senhor não sabe a resposta, mas vou dar-lhe a resposta.

Vou ler o nº. 5 do mesmo artº. 2º.: “excetuam-se da aplicação deste programa o desenvolvimento de atividades já abrangidas por outro tipo de sistemas de apoio ou incentivos, alínea a), ou investimentos apoiados pelo FEADER (Fundo Europeu Agrícola e Desenvolvimento Rural)”.

Ora bem, o Sr. Deputado sabe o que é que isto quer dizer? Pelos vistos não sabe, mas eu digo-lhe.

Nós estamos a debater uma proposta do PSD que se anuncia que é uma medida fundamental e estrutural para apoiar o emprego, para apoiar os jovens, que tendo em conta o seu articulado, quer dizer o seguinte: “esta medida permitirá sem dúvida apoiar a criação de emprego e de empresas”.

Mas sabe em quê? Vou dizer-vos.

Extração de hulha e lenhito; extração de petróleo bruto e gás natural; extração e preparação de minérios metálicos; atividades de serviços relacionadas com indústrias extrativas...

Deputado Berto Messias (PS): Está a ouvir, Sr. Deputado João Bruto da Costa? Ouça!

O Orador: ... fabricação de coque, de produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis.

Esta proposta resume-se a apoiar atividades económicas e criação de emprego nos Açores (não é na Arábia), nestas áreas de atividade.

É isto que o PSD tem a propor aos açorianos em termos de emprego?

Portanto, sobre a capacidade desta proposta das duas, uma: ou o PSD sabe algo que nós não sabemos, que se descobriu petróleo nos Açores, ou esta proposta não serve para coisa nenhuma e permitam-me que vos diga é, inclusivamente, uma ofensa aos açorianos e para esta Assembleia estarmos aqui a debater este documento.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Presidente do Governo)

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Vice-Presidente pede a palavra novamente?

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Omiti uma parte em que esta proposta também permite o apoio e foi uma falha minha, peço desculpa pelo mesmo.

Permite também o apoio na fabricação de carvão e produtos associados.

Deputado Berto Messias (PS): Ah! Agora já percebemos!

Presidente: Obrigada Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra a Sra. Deputada Marta Couto.

Deputada Marta Couto (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Berto Messias (PS): Então o PSD não diz nada sobre esta intervenção?

Deputado Jorge Macedo (PSD): A Sra. Deputada Marta Couto está a usar da palavra!

A Oradora: O Partido Socialista concorda que o desemprego jovem é um problema e que necessita dos contributos de todos para ajudar a minimizá-lo o mais possível. Compreendemos o que o PSD pretenderia com este programa, e a preocupação que a ele é inerente. Contudo, há aspetos que não podemos deixar de analisar e que merecem a devida crítica.

Este programa, como tão claramente explana, reduz o risco inerente à abertura de um negócio. Ora, essa redução do risco é a primeira de muitas incongruências que nele encontramos.

Deputado Berto Messias (PS): Demagogia!

A Oradora: Dizer que se visa reduzir o risco e dizer que isto é um programa que visa o empreendedorismo é claramente incompatível, sendo o risco o fator essencial da natureza empreendedora.

Sejamos claros. Este é um programa que claramente favorece o pagamento de um rendimento mensal certo, não sendo, de longe, um programa que visa criar empreendedores. O programa transmite, a nível preambular, e de uma forma muito poética, que se permite aos jovens “tomar as rédeas do seu próprio destino e criar o seu próprio emprego”, (...) assegurando um rendimento mensal (...). Ora, se isto não é uma contradição, não sei o que será. Aqui apenas se prevê dar as rédeas do destino do jovem...a quem lhe paga o rendimento mensal.

Mais ainda, para além de prever o pagamento de um rendimento mensal certo por 12 meses, prevê ainda que este se possa prorrogar por mais 6 meses, só sendo necessária para essa prorrogação apresentar requerimento acompanhado de um relatório que sumarie os fundamentos do projeto desenvolvido durante os doze meses e descreva o estado atual em que o mesmo se encontra. Não comentando o conteúdo desta redação que me levanta sérias dúvidas, o que deste artigo 6.º, conjugado com os artigos 10.º e 12.º, consigo tirar é que, ao menos durante 12 meses, o promotor do projeto não é responsabilizado pela direção em que leva o seu negócio. Não há, em sítio nenhum, responsabilização do promotor pelo seu projeto. Este diploma está, claramente, mal feito ...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e apresenta um programa que é facilitador, ilusório. Não estamos aqui a minimizar a capacidade dos jovens para manterem o seu negócio, que fique bem claro. Os jovens açorianos são lutadores, resilientes e dinâmicos, a questão não é essa. Mas estamos na obrigação de advertir e clarificar que todo este facilitismo previsto por este programa pode colocar o

jovem, no fim, e em caso de incumprimento, numa situação muito mais fragilizada do que quando se candidatou a ele em caso de incumprimento. Aprovar este projeto seria irresponsável.

Sejamos sinceros. Este PAEJ é atrativo porque paga salários, descurando aspetos de suma importância, pondo-se em risco a sustentabilidade não só da empresa que o jovem constituir, mas também do tecido económico da Região e do próprio jovem. Há ainda a acrescentar que este programa não visa empresas que se posicionem em setores estratégicos para a Região, como previsto no Empreende Jovem, por exemplo. Mais digo que todos os setores que o são, já estão previstos nos diversos sistemas de incentivos previstos em legislação própria. Tal como diz o parecer do Centro de Empreendedorismo da Universidade dos Açores em relação a este projeto, não faz sentido apostar-se em atividades não estratégicas. E o que é que faz este Programa de Auto-Emprego Jovem? Diz, no seu artigo 2.º, n.º 5 (já contando com a alteração proposta), que se excluem do seu âmbito o desenvolvimento de atividades já abrangidas por outro tipo de sistemas de apoio ou incentivo, bem como os investimentos apoiáveis pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural. Ora, partindo do pressuposto que do Empreende Jovem apenas se excluem as atividades já aqui referidas pelo senhor Vice-Presidente, não percebemos que tipo de dinâmica o PSD pretende nem que tipo de empresas visa criar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Por isso é que temos o desemprego que temos!

A Oradora: Os senhores limitam a aplicação deste programa a estas áreas. Está escrito nesta proposta, na vossa proposta, não somos nós que estamos a dizer. Ora, como os Açores têm uma tradição enorme a nível da extração de minérios e somos um autêntico Texas a nível de poços de petróleo, não percebo que saída e que oportunidades é que estão a dar aos jovens açorianos com este programa.

Deputado António Ventura (PSD): Brincadeira de mau gosto!

Deputado Berto Messias (PS): Brincadeira de mau gosto foi o que fizeram!

Deputado António Ventura (PSD): O que é disseram em Comissão?

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Francisco César (PS): Há petróleo no Corvo ou não há? Carvão já sabemos que há!

O Orador: Era apenas para solicitar um intervalo regimental.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 17 horas e 30 minutos.

Eram 17 horas e 15 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 36 minutos.

Estava inscrito o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

Tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais registamos as palavras da Deputada Marta Couto, quer em Comissão, quer aqui em Plenário, onde afirmou que o PS considera a relevância do diploma no contexto económico atual, não obstante considera que existem neste diploma muitos aspetos discutíveis.

No entanto Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, devo dizer que de facto o n.º 5 do art.º 2.º que exclui aqui a questão das atividades já abrangidas por outro tipo de sistemas de apoio a incentivos, o objetivo aqui era evitar a duplicidade de apoios.

No entanto, admitimos que será demasiado restritivo ...

Deputado Francisco César (PS): Demasiado restritivo?

O Orador: ... este ponto n.º 5 do art.º 2.º.

Desta forma Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, estamos na disponibilidade de apresentar um requerimento que baixe novamente à Comissão...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Que vergonha! É isso que têm para o emprego?

Isto é uma brincadeira!

O Orador: ... por forma a alterar esta matéria.

Sr. Vice-Presidente, devo dizer que nós estamos aqui de boa-fé...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor não sabe o que está a dizer!

O Orador: ... e como estamos de boa-fé queremos contribuir para resolver o problema do desemprego jovem, que é de facto um flagelo que atinge inúmeros jovens na nossa Região.

Nós admitimos os nossos erros, não temos problema em admitir os nossos erros. Se os senhores muitas vezes admitissem os vossos erros, a Região não estava da maneira que está.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Aquilo que o Sr. Deputado Duarte Freitas disse sobre este diploma está aqui!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em nosso entender, de facto a redação neste aspeto não está correta e vamos apresentar, como já referi, um requerimento para baixar à Comissão.

Tenho dito.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Uma vez que a Mesa ainda não recebeu o requerimento pergunto se vão retirar a proposta?

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que se passou nesta câmara e no último Plenário é verdadeiramente lamentável.

Verdadeiramente lamentável porque o PSD anunciou nesta câmara que tinha propostas para o emprego, que o PS não queria ouvir e que vinham resolver parte dos problemas do desemprego nos Açores. A primeira coisa que nós percebemos é que a proposta de mais emprego para os Açores, de ajudar os jovens desempregados, era afinal a extração de petróleo, a extração de carvão, a extração de derivados do petróleo.

De facto a única solução que o PSD tem para os Açores é encontrar um poço de petróleo.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Em segundo lugar, o que é lamentável é a postura da direção da bancada parlamentar do PSD...

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Muito bem!

O Orador: ... uma direção que não responde, nem dá a cara pelo seu Deputado. Um Deputado que bem-intencionado veio a esta câmara apresentar um programa e quando se viu enrascado não foi sequer a sua direção que pediu um intervalo regimental para que pudessem modificar o seu diploma. É verdadeiramente lamentável a postura do PSD!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Quem tem uma postura dessas para o seu próprio Deputado, imagine-se só que postura tem para ajudar os açorianos.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é politiquice!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Cláudio Almeida vou depreender que o requerimento que fez, é um requerimento oral ao abrigo do artº. 87º.

Sendo assim vamos passar à votação do requerimento apresentado pelo PSD, para que o diploma ...

Sr. Deputado Jorge Macedo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Para um esclarecimento.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Então vamos continuar a discutir!

Deputado Berto Messias (PS): Se é votação imediata, não há esclarecimentos!

Presidente: Era isso que eu estava a dizer.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para uma interpelação à Mesa.

Considero que nós todos aqui temos que ser absolutamente corretos em relação à forma como estamos a trabalhar uns com os outros, sob pena disto se transformar numa discussão com uma deslealdade tremenda do ponto vista institucional.

O que aconteceu aqui foi que foi entregue um requerimento que deveria ter sido votado de imediato, sem declaração de voto.

Mas não foi isso que aconteceu. O que aconteceu foi que o Sr. Deputado Francisco César fez uma intervenção e agora não pretende que os outros partidos possam pronunciar-se sobre o que acabou de dizer.

Há uma coisa que é fundamental em democracia, o direito ao contraditório.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Eu penso que isto tem que ser garantido pela Mesa, Sra. Presidente.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, o Sr. Deputado Cláudio Almeida disse que era um requerimento oral!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, quero esclarecer que perguntei ao Sr. Deputado Cláudio Almeida se ia entregar o requerimento à Mesa. Ele disse que sim. Eu dei a palavra ao Sr. Deputado Francisco César. Depois perguntei ao Sr. Deputado Cláudio Almeida se queria fazer o requerimento de forma oral,

conforme previa o Regimento, ele anuiu. A pergunta que faço é: sendo um requerimento oral ao abrigo do artº. 87º., e foi admitido pela Mesa, é agora de imediato votado...

(Apartes inaudíveis dos Deputados das diversas bancadas)

... o requerimento do Sr. Deputado Cláudio Almeida no sentido que o diploma baixe à Comissão?

Sr. Deputado Jorge Macedo para uma interpelação à Mesa tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto o que devia ter acontecido era a partir do momento em que o meu colega, Deputado Cláudio Almeida, referiu que o PSD apresentaria um requerimento de baixa à Comissão, uma intenção formulada, este de imediato devia ter sido votado.

Deputado Francisco Coelho (PS): Mas os requerimentos têm que ser escritos!

O Orador: No entanto admito que na velocidade das inscrições o Sr. Deputado Francisco César pediu a palavra e fez um pedido de esclarecimento.

Eu gostaria de solicitar à Sra. Presidente, no seu entendimento e na interpretação do Regimento, se poderia eu fazer um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Francisco César?

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Por quê?

Presidente: Sr. Deputado Jorge Macedo, neste momento temos que votar o requerimento que foi feito pelo Sr. Deputado Cláudio Almeida de forma oral para que o Projeto de Decreto Legislativo Regional baixe à Comissão.

Penso que é isso que está em cima da mesa.

Sr. Deputado Humberto Melo para uma interpelação à Mesa tem a palavra.

(*) **Deputado Humberto Melo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O artº. 134º. do nosso Regimento prevê o que está aqui a acontecer.

Deputado José San-Bento (PS): Ou seja...

O Orador: Posso ler: “até ao termo do debate na generalidade (que é o que nós estávamos aqui a fazer sobre este diploma) a Assembleia pode deliberar a requerimento fundamentado, subscrito ...

Deputado Francisco César (PS): Sabe o que quer dizer subscrito, Sr. Vice-Presidente?

O Orador: ... por um Grupo Parlamentar, ou pelo menos por 5 Deputados, a baixa do Projeto ou Proposta do Decreto”. Por um Grupo Parlamentar, ou por 5 Deputados.

Deputado Francisco César (PS): Este vai ser por escrito!

Deputado Berto Messias (PS): Onde é que ele está?

Deputado Ricardo Cabral (PS): Peçam um intervalo para escrever o requerimento!

(Apartes inaudíveis entre os Deputados da bancada do PS e do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão para uma interpelação?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para uma intervenção.

Presidente: Intervenção?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sim.

Presidente: Peço desculpa, mas neste momento não lhe posso dar a palavra.

Sr. Deputado António Marinho pede a palavra para?

(Apartes inaudíveis entre os Deputados da bancada do PS e do PSD)

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado.

(Apartes inaudíveis entre os Deputados da bancada do PS e do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados um bocadinho de calma...

O Orador: Gostaria de esclarecer junto da Sra. Presidente se a Sra. Presidente considerou o requerimento de baixa à Comissão, em termos orais, formulado pelo meu colega Cláudio Almeida, ou se entende que, e depois do esclarecimento feito pelo Sr. Deputado Humberto Melo, é absolutamente necessário que esse requerimento seja feito por escrito?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O Sr. Deputado disse que era oral!

O Orador: Se assim for, solicito para fazer uma intervenção na sequência da intervenção do Sr. Deputado Francisco César.

Presidente: Eu peço aos líderes que se aproximem da Mesa se faz favor.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputado, tendo sido apresentado pelo PSD um requerimento oral para que o projeto que estamos aqui a debater baixe à Comissão vou colocá-lo de imediato à votação, sem direito a declaração de voto.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam ofavor de se manter como se encontram.

Secretária: O requerimento anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada Sra. Secretária.

Sras. e Srs. Deputados, vamos avançar nos nossos trabalhos.

Conforme indiquei no início da tarde, vamos passar de imediato para o ponto 9 da Agenda com a **Anteproposta de Lei n.º 2/X – “Lei da paridade: estabelece que as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as Autarquias Locais são compostas de modo a assegurar a representação mínima de 33% de cada um dos sexos”**, apresentada pela Representação Parlamentar do BE.

Alerto apenas para que (e já foi distribuído por todos) estamos perante um pedido de substituição integral da proposta inicialmente entregue.

Dou a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares para apresentação do diploma.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A luta pela igualdade de oportunidades e pela igualdade de direitos entre géneros é uma luta de séculos.

Em Portugal, só com o advento da Democracia, após a revolução de 25 de Abril de 1974, foi inscrito, em letra de forma, a igualdade de direitos e de deveres, entre homens e mulheres.

Mas, como a vida mostrou e mostra todos os dias, a igualdade, na lei, não foi e continua a não ser sinónimo de igualdade plenamente concretizada.

O avanço legislativo, não sendo condição suficiente para atacar tão magno problema foi, no entanto, condição necessária para estribar esta luta ancestral.

Na dialéctica deste processo, o peso da tradição negativa da cultura patriarcal - apesar de todos os reveses que têm sofrido -, mantém uma força poderosa, na infra-estrutura do pensamento colectivo da nossa sociedade actual.

É, pois, a luta pela igualdade - na vida e não só na lei -, um processo demorado, difícil e contraditório que tem avanços e recuos e o qual exige persistência e ousadia.

É, neste contexto, que a Lei da Paridade, aprovada na Assembleia da República, em 2006, não é uma lei contra ninguém, nem humilhante para alguém; é, tão só, um pequeno passo, que visa acelerar processos, mesmo por pouco que seja, nesta caminhada de aprofundamento da Democracia e de ganhos civilizacionais.

Nos Açores, apesar de todas as vicissitudes, também este caminho tem vindo a ser trilhado, nomeadamente, na representação política. O lento mas seguro crescimento de deputadas, nesta Casa - a que temos vindo a assistir, ao longo dos anos -, é sinal dessa evolução e, também, a prova de que os Partidos políticos sentem o pulsar desta evolução e traduzem isso mesmo, nas suas listas de candidatura à Assembleia Legislativa dos Açores.

O Bloco de Esquerda, ao tomar esta iniciativa e refiro-me à iniciativa de Anteposta de Lei que altera a Lei Orgânica nº. 3/2006 de 21 de agosto, a chamada Lei da paridade, a qual estabelece que as listas para a Assembleia da

República, para o Parlamento Europeu e para as Autarquias Locais são compostas de modo a assegurar a representação mínima de 33% de cada um dos sexos, esta iniciativa, dizia eu, visou, não só dar o seu contributo para estimular a evolução positiva, que a nossa Região tem empreendido, nesta matéria - e foi esse o nosso propósito determinante -, como também visou, com esta iniciativa, dar nota à sociedade (no seu todo) de que os Açores pugnam por esta caminhada civilizacional.

Hoje, aqui e agora, já não estamos a discutir a iniciativa do Bloco de Esquerda. Hoje, vamos aprovar um diploma que é da quase totalidade dos partidos representados neste Parlamento.

Para que este desiderato pudesse ser alcançado, quero realçar o contributo do PS na pessoa do Deputado Francisco Coelho, enquanto Presidente da Comissão de Ambiente, Trabalho e Assunto Parlamentares.

Como mulher - e pensando, sobretudo, neste momento nas mulheres açorianas – considero que este é um momento feliz para esta Casa e, permitam-me a confissão, para mim, também.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Judite Parreira.

Deputada Judite Parreira (PSD): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

“Excluir a mulher (...) só por ser mulher (...) é simplesmente absurdo e iníquo e em oposição com as próprias ideias de democracia e justiça...”. Acabei de citar o juiz João Baptista de Castro quando autorizou pela primeira vez o voto feminino, em 1911. No entanto, em 1913 a legislação volta a ser alterada e o direito ao voto fica de novo vedado às mulheres, só voltando a ser concedido, embora com limites, em 1931 e a ser alargado sem qualquer discriminação em função do sexo em 1968, em pleno Estado Novo.

No entanto, a participação das mulheres na política ativa em Portugal só acontece muito mais tarde, pós 25 de abril e, ainda assim, a percentagem de mulheres em cargos políticos continuou a ser muito baixa.

Em Portugal existia, então, um défice de participação política e cívica das mulheres, com um conseqüente empobrecimento da vida democrática.

Depois de décadas de esforços concertados, feitos no sentido de que as mulheres obtivessem o direito ao voto, foram encetados novos esforços no sentido de introduzir quotas que permitissem aumentar o número de representantes eleitas e de haver uma participação democrática que garantisse a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e que os interesses das mulheres estivessem representados, garantidos e com legitimidade social.

A Lei Orgânica nº 3/2006, de 21 de agosto, Lei da Paridade, traduz-se numa política de quotas para a participação das mulheres na política ativa e representa um marco importantíssimo na promoção da igualdade de direitos entre homens e mulheres em Portugal. A participação das mulheres na vida política e cívica, assume um papel importante e insubstituível no progresso e é essencial à realização plena da democracia.

Esta lei estabelece que as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as Autarquias Locais sejam compostas de modo a assegurar uma representação mínima de 33,3% para cada um dos sexos, não contemplando de igual forma as eleições para a Assembleia Legislativa Regional.

Estamos, portanto, perante uma omissão lesiva dos interesses das mulheres em particular e dos açorianos de um modo geral, pois não é de uma Guerra de Sexos que estamos a falar, mas sim de uma participação ativa e responsável dos indivíduos num assunto que a todos diz respeito, a vida política da sua região, sejam eles do sexo feminino ou masculino.

Por tudo isto, o Grupo Parlamentar do PSD após cuidadosa ponderação das exceções à regra da paridade constante do artigo 2º da Lei Orgânica nº3/2006, vota favoravelmente a Anteposta de Lei apresentada pelo Bloco de Esquerda e subscrita por todos os partidos, considerando a seu interesse do ponto de vista

democrático e a sua justiça e importância na igualdade de oportunidades e direitos de todos os cidadãos, independentemente do sexo.

Entendemos que esta é uma proposta relevante e que vem colocar a legislação da Região Autónoma dos Açores a par da legislação nacional e comunitária, dando à mulher uma presença mais forte em lugares de eleição política.

Esta proposta representa um progresso para a nossa região, ao permitir a participação de mais mulheres na vida política regional.

Deputados Cláudio Almeida e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes:

Como é do vosso conhecimento, a Representação Parlamentar do PCP não subscreveu a proposta de substituição e passo a explicar porquê.

Concordo com a forma, isto é, com a alteração que foi dada à forma da iniciativa, mas tenho algumas discordâncias relativamente à substância, até porque acho que, ao contrário daquilo que tem aqui vindo a ser afirmado, a introdução da chamada Lei da Paridade é um fator discriminatório e não pretende efetivamente conduzir à igualdade.

Aliás, gostaria de recordar aqui que o artº. 109º. da Constituição estabelece que não pode haver nenhuma discriminação na participação política por via do sexo, ou do género, como preferirem.

Portanto, estamos aqui a introduzir um fator discriminatório, para já, ao fixarmos uma percentagem, porque estamos a fixar uma percentagem quer para homens, quer para mulheres, no mínimo de 33%. Enfim, para deixarmos isto em igualdade, se calhar não seriam 33%, seriam 50%.

Mas o problema é, na minha opinião, muito mais vasto do que estarmos aqui a dar uma ajudazinha à democracia e à participação das mulheres na vida política.

O problema e a génese do problema têm a ver com o facto das mulheres continuarem a ser alvo de grande discriminação na sociedade portuguesa: é com

o desemprego, é com a pobreza, é com os horários inconciliáveis não só para a vida familiar, mas também para a participação política. Esse sim é o problema. Este problema não se resolve com a Lei da Paridade, este problema resolve-se com outro tipo de políticas que, de facto, fomentem a igualdade entre géneros, porque se efetivamente ele está vertido na lei fundamental da República, na verdade a prática demonstra que não é bem assim.

Relativamente a estas questões da paridade, importa ainda dizer o seguinte: de facto, a Lei Eleitoral na RAA não obriga à paridade, mas a verdade é que se analisarmos as listas candidatas nas últimas eleições, em 2013, julgo que, se não todos, pelo menos a generalidade dos partidos em diferentes círculos eleitorais foi cumprindo a Lei da Paridade ainda que ela não fosse obrigatória, isto é, não havia uma imposição legal, mas os partidos políticos tiveram o cuidado – decorreu naturalmente das candidaturas e da composição das candidaturas – de procurar esse equilíbrio do género. Outros equilíbrios certamente foram procurados pelas diferentes candidaturas, mas também foi procurado a este nível.

Aliás, relativamente às candidaturas da CDU, em 2012, há um círculo eleitoral onde isso não foi possível fazer, foi Santa Maria, mas em todos os outros círculos eleitorais, se forem verificar, foi cumprido muito mais do que estes 33% que agora se quer impor.

Portanto, quando nós procuramos dar aqui estas ajudinhas à democracia com a introdução, ou imposição, neste caso, da Lei da Paridade, ou noutros casos, com a limitação de mandatos, seja para que organismo for, agora vai aparecer aí uma outra coisa da limitação de mandatos aos conselhos executivos das escolas. Isto são ajudas à democracia.

Mas afinal de contas Vs. Exas. acreditam na democracia, ou não acreditam na democracia e estão a fornecer-nos estas pequenas ajudas?

Isto é fugir ao problema real e à situação profundamente discriminatória que apesar da Constituição da República garantir a igualdade às mulheres e o Código Civil garantir-lhes essa igualdade, a verdade é que as mulheres continuam a ser discriminadas neste País e nesta Região e continuam a ser

discriminadas mas não tem a ver com Leis Eleitorais, tem a ver com outras políticas: tem a ver com políticas de emprego, tem a ver com as questões do trabalho e com a disponibilidade que não resta às mulheres para participarem na vida política.

Isso é que é preciso alterar, não é propriamente a Lei Eleitoral.

Isto são ajudas à democracia e reflete uma coisa: Vs. Exas. não acreditam na democracia.

Muito obrigado.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): O PCP acredita na democracia?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O PCP acredita?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(*) **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Também muito sucintamente para refletir a posição do PS, relativamente a esta questão.

Em fevereiro deste ano, efetivamente o BE apresentou uma iniciativa legislativa, no sentido de colmatar, de obviar uma questão que se levanta e que se levantava na chamada Lei da Paridade, que tinha a ver com a não extensão da representatividade dos 33,3% às Assembleias Legislativas, quer dos Açores, quer da Madeira. Ou seja, a lei era aplicável no caso do Parlamento Europeu, Autarquias Locais e Assembleia da República, deixando de fora a questão das Assembleias Legislativas.

Esta iniciativa teve o mérito de trazer, ao contrário do que diz o Deputado Aníbal Pires, essa questão à discussão e se efetivamente não soluciona por completo, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): É uma ajudinha!

A Oradora: ... porque nestas questões, como bem sabemos, as soluções nunca são completas, nem são perfeitas, é um primeiro passo, é uma ajuda a esta solução, ...

Deputado Aníbal Piros (PCP): Uma ajudinha!

A Oradora: ... porque efetivamente a paridade real, a paridade substantiva seria uma paridade 50, 50, não seria de um terço.

Deputado Aníbal Piros (PCP): Ah! Então estamos de acordo!

A Oradora: Aqui estamos a falar dos 33,3% da representatividade, mas como digo é um passo significativo neste sentido.

Julgo que a solução encontrada pela maioria dos Grupos e Representações Parlamentares, no sentido de resolver essa questão, é uma boa solução e é uma boa solução porque efetivamente, do ponto de vista material, coloca a questão ao nível de uma Lei Eleitoral e não de uma Lei da Paridade que poderia depois não ter o entendimento ...

Deputado Aníbal Piros (PCP): Nisso estou de acordo!

A Oradora: ... até por parte da Assembleia da República, que todos queremos que tenha, e coloca a questão na esfera da Lei Eleitoral e na esfera da nossa competência própria para tal.

Portanto, penso que a solução, não sendo a perfeita, porque legislativamente nunca há soluções perfeitas, é uma boa solução nesse contexto.

Mas também é verdade, como disse a Deputada Zuraída Soares, que foi feito um longo caminho mesmo sem esta alteração. Neste longo caminho que tem vindo a ser feito, tive oportunidade de ver, e gostaria de partilhar convosco, um estudo que foi feito sobre a aplicação da Lei da Paridade e faz um apanhado do que foi o percurso em democracia e mostra efetivamente que houve uma melhoria, um aumento, embora lento, desses resultados.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Embora lento!

Deputada Zuraída Soares (BE): Mesmo assim!

A Oradora: Diz, por exemplo, o estudo que, e julgo que isso é interessante porque refere particularmente os Açores, “fazendo uma análise – estou a citar – em conjunto da proporção de candidatas por distrito e por partido e recorrendo

aos resultados apurados nas análises parcelares, é possível perceber que existem alguns círculos eleitorais que ficam sistematicamente acima da média de candidatas, por partido, e outros que ficam sistematicamente abaixo.

Alguns dos círculos têm em todos os partidos percentagens de candidatas acima da média”. E que círculos é que eles dão com percentagens de candidatas acima da média?

Precisamente Setúbal, Beja e os Açores.

Efetivamente, nós temos também ao nível da República uma dependência de aumento da proporção do número de mulheres e diz, por exemplo: “desde 1976 e reforçando com dados de 2011 (portanto muito recentes), de 45 candidatas presentes nas listas dos partidos com representação parlamentar em 76, passa-se para 635 em 2011, já incluindo o BE que em 76 não existia.

Portanto, no mais recente momento eleitoral, a proporção de mulheres nas listas candidatas situa-se nos 39,7%”, o que significa que há aqui um caminho que foi feito ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sem a Lei da Paridade!

A Oradora: ... e portanto o que é importante é que isto se mantenha, que isto tome forma de lei e efetivamente todos sabemos que a própria sociedade, por vezes, cria ou mantém dificuldades a que essa paridade e essa igualdade se concretize, efetivamente.

Mas aquilo que foi iniciativa do BE e esta proposta de substituição que agora a vem substituir, ataca um problema que existe, que é real e para o qual não vale fingirmos que ele não acontece.

Portanto, julgo que foi uma solução bem encontrada, é uma boa solução que marca efetivamente uma opção desta Casa na sua maioria.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PPM associa-se claramente a esta iniciativa das forças progressistas que temos em presença nesta câmara.

Deputado Francisco Coelho (PS): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Nesta matéria nós consideramos que é um dever de civilização, uma evolução do ponto de vista sociológico, uma evolução do ponto de vista democrático, uma evolução do ponto de vista dos direitos humanos, permitir, com alterações legislativas (porque é um dos elementos que os sistemas democráticos podem evidentemente iniciar, e neste caso tomar iniciativa, isso é muito importante ter em conta) é preciso não esquecer que até há cerca de 4 décadas as mulheres não tinham os mesmos direitos do ponto de vista democrático e, por exemplo, na primeira República Portuguesa ainda não podiam votar.

Portanto, para muitos da geração atual a menoridade da mulher nos sistemas democráticos, tive oportunidade de explicar isso aos meus alunos porque eles não têm verdadeiramente consciência do que foi preciso fazer e das lutas que se iniciaram ao longo dos séculos, é verdade, mas com maior intensidade a partir do final do século XIX, para que as mulheres adquirissem direitos políticos que lhes estavam vedados. Os republicanos de 1910 diziam que a mulher não conseguia raciocinar sem ser subjugada pela emoção.

Por isso, meus senhores, este é um logo caminho que a sociedade portuguesa e a generalidade das sociedades ocidentais têm vindo a percorrer.

No mundo ocidental estão finalmente a quebrar-se barreiras, ainda não chegámos à situação ideal. É preciso verificar que em muitos dos países do mundo a mulher está muito longe de ter as condições para participar em igualdade de circunstâncias nos sistemas democráticos. Isto é um problema do mundo atual, não é um problema ultrapassado. Podemos pensar “a escravatura já foi ultrapassada”. Sim, do ponto de vista formal, na esmagadora maioria do planeta,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mentira! Não foi!

O Orador: ... mas esta questão da desigualdade das mulheres no âmbito dos sistemas democráticos não foi ultrapassada ainda numa parte muito significativa do nosso planeta, numa parte muito significativa dos nossos países.

Por isso, tomar essa iniciativa que de facto fomenta a participação das mulheres, que lhes dá outras condições para o funcionamento...

Evidente que há aqui por vezes problemas práticos. As mulheres, porque continuam a acumular vários papéis sociais na nossa sociedade, é mais difícil que elas possam triunfar nas estruturas partidárias. É verdade! É muito mais difícil, porque têm menos disponibilidade para participar, porque têm um conjunto enorme de tarefas que a sociedade ainda lhes impõe.

Não é no meu caso particular,...

(Risos do Deputado Aníbal Pires)

... em que eu colaboro e tento participar em tudo aquilo que é exigível e em tudo aquilo que se exige na nossa sociedade a um bom funcionamento de um lar e que desempenho e tento desempenhar, a minha parte, em igualdade de circunstâncias com a minha mulher. Ela é testemunha disso.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Veja lá se a sua esposa está a ouvi-lo e desmente-o publicamente!

O Orador: Mas não é isso que sucede em todos os lares açorianos, infelizmente, e elas têm menos disponibilidade.

Mesmo assim, como vemos aqui na presidência desta Casa, conseguem triunfar. Portanto, nesse sentido, penso que este é um bom contributo, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sem quotas! Sem nada!

O Orador: ... um contributo corajoso das forças progressistas dos Açores que aqui tomaram esta decisão e que, de facto, é mais uma etapa civilizacional, é mais um avanço no sistema democrático, é mais um avanço da participação das mulheres e está o Parlamento dos Açores de parabéns em relação a esta iniciativa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estas duas intervenções, a da Deputada Cláudia Cardoso e a do Deputado Paulo Estêvão, foram esclarecedoras e foram antagónicas, embora o sentido de voto do PS e do PPM seja exatamente o mesmo.

Já agora, eu há pouco não anunciei o meu sentido de voto, eu vou abster-me.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah!

O Orador: Qual é o seu problema, Sr. Deputado?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pensei que ia votar contra!

O Orador: Qual é o seu problema?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nenhum!

O Orador: Aliás, pelas palavras do Deputado Paulo Estêvão, percebe-se perfeitamente aquela força progressista, ou melhor, a ideia que aquela força progressista tem sobre a condição feminina. Perfeitamente!

Aliás, é lamentável que neste hemiciclo haja quem pense assim sobre as mulheres e se isto é ser progressista eu não quero ser progressista. Quero lutar lado a lado com as mulheres pela emancipação das mulheres e dos homens. Lado a lado com as mulheres.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Lado a lado!

O Orador: Sim, lado a lado, não é nem atrás nem à frente. É lado a lado com as mulheres.

(Aparte inaudível do Deputado Artur Lima).

O Orador: Oh, Sr. Deputado é melhor abster-se de mais alguma intervenção.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor é que vai abster-se!

O Orador: A Deputada Cláudia Cardoso colocou as questões como elas são e a verdade é esta: da intervenção da Deputada Cláudia Cardoso e também daquilo que presenciamos aqui neste hemiciclo, nos Açores nunca foi necessária a Lei

da Paridade para que as mulheres viessem paulatinamente a ganhar um lugar na vida política.

Não sei mesmo se estes cerca de 40% do estudo que a Deputada Cláudia Cardoso anunciou aqui não virão a ser prejudicados com esta Lei da Paridade. Não sei. A verdade é esta!

Aliás, em relação aos Açores, quando se olha para os Açores ainda se olha como uma região, enfim, com algum conservadorismo, mas afinal de contas estamos na linha da frente do País, onde as mulheres já participam na vida política a um nível, digamos, aceitável, perto dos tais 50%.

Com a introdução da Lei da Paridade podemos estar a estragar este percurso que, naturalmente, estava a ser feito.

Portanto, esta coisa das forças progressistas tem muito pouco a ver com aquilo que o Deputado Paulo Estêvão fez.

O Deputado Paulo Estêvão traz a mulher atrás dele, eu trago as mulheres ao meu lado.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, o Sr. Deputado Francisco Coelho inscreveu-se em primeiro lugar.

Presidente: O Sr. Deputado Francisco Coelho tinha-se inscrito?

Deputado Francisco Coelho (PS): E mantenho.

Presidente: Então tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, naturalmente e na sequência, aliás, do que já muito bem fez a minha colega Cláudia Cardoso, para saudar a iniciativa, na sua substância e nos seus propósitos.

Como muito bem referiu o Sr. Deputado Paulo Estêvão, trata-se efetivamente de um caso de civilização.

Trata-se de um caso de civilização que genética e historicamente começou por conciliar largas franjas da esquerda, deixando, é certo, sempre de fora uma parte dessa esquerda...

(Risos do Deputado João Bruto da Costa)

... e que foi paulatinamente conquistando a unanimidade e o consenso da sociedade. Isso é de saudar e é de louvar, porque mais importante aqui que os direitos de autor, ou de propriedade, é efetivamente esse consenso e quanto maior for esse consenso e quanto menores forem as autorias, mais satisfeitos todos, naturalmente, ficamos.

Nessa medida, naturalmente, para além de saudar a iniciativa do BE, saúdo também com prazer e com sinceridade que o PSD, o CDS-PP e o PPM se juntem de forma perfeitamente convicta, pacífica a esta questão.

Trata-se de uma questão importante.

Como aqui foi dito, Sr. Deputado Aníbal Pires, não devemos ter preconceitos, a democracia às vezes precisa mesmo de ajudas e precisa de alguns artificialismos e são os resultados que nos interessam e os resultados aqui também são conhecidos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Temos bons resultados!

O Orador: Se for preciso ajudar com algumas regras e alguns artificialismos, devemos fazê-lo sem problemas e sem preconceito.

Portanto, eu acho que se trata, também pela quase unanimidade, de uma matéria extremamente importante. O consenso, a maturidade democrática e cívica, aqui reveladas são naturalmente de saudar e acho que este é singelamente um momento importante na história desta Casa.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não contava fazer mais nenhuma intervenção, mas depois da intervenção do Sr. Deputado Aníbal Pires, quero dizer-lhe o seguinte.

Evidentemente cada força política tem a total liberdade de se posicionar em relação a esta questão.

Devo dizer-lhe que essa mesma liberdade também nos assiste no facto de eu lhe poder dizer, Sr. Deputado, que lamento que o PCP não tenha permitido a unanimidade desta câmara em relação a esta matéria.

Lamento que o PCP, nesta matéria, esteja ainda dominado por conceitos extremamente conservadores. Extremamente conservadores.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: Por isso é que eu tracei uma linha, uma linha vermelha entre as forças progressistas nesta matéria e as outras forças, neste caso a outra força política que nesta matéria não quis avançar neste sentido, não quis avançar no sentido civilizacional correto.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Hoje não há jantar!

O Orador: Sr. Deputado, como bem disse o Sr. Deputado Francisco Coelho, a democracia precisa de ajudas. Precisa de ajuda todos os dias. Todos os dias temos que adequar as nossas leis, a nossa vontade política, a nossa iniciativa, no sentido de conseguirmos e obtermos a perfeita igualdade entre todas as pessoas e a igualdade de géneros na sociedade açoriana.

Por isso termino a minha intervenção, não é nada pessoal como bem sabe, mas não podia deixar de lhe dizer, de lhe transmitir que, de facto, a posição do PCP nesta matéria é legítima, é democrática, mas na minha perspectiva, errada.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É evidente que o Sr. Deputado tem toda a legitimidade para adjetivar a minha posição como muito bem entender, mas há aqui uma questão que é fundamental.

A Presidente desta Assembleia não precisou da Lei da Paridade para ser eleita, nem como Deputada, nem como Presidente da Assembleia, nem nenhuma destas Deputadas.

Estas deputadas, as deputadas que estão aqui nas diferentes bancadas que têm elementos femininos, foram eleitas por mérito próprio,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Será que as da Assembleia da República não são?

O Orador: ... porque não havia Lei da Paridade.

Portanto, meu caro amigo, colega Deputado Paulo Estêvão, veja bem e depois vá ler o diário das sessões e veja qual é que é a posição conservadora, se é a minha, se é a de V. Exa., que diminuiu as mulheres aqui nesta discussão.

Sr. Deputado, depois irá ler o diário das sessões e faça a análise àquilo que proferiu e àquilo que eu disse.

Sr. Deputado, sabe com o que é que eu estou preocupado? Estou preocupado não é tanto com a Lei da Paridade, que como já se percebeu na RAA não foi preciso termos Lei da Paridade para garantir nas candidaturas um número superior àquele que agora é proposto, o que eu estou preocupado é com as mulheres que quando engravidam são despedidas ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não!

O Orador: Ah não? Ah não?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está a chutar para o lado!

O Orador: Eu não estou a chutar para o lado. Há aqui muita gente com responsabilidade nisso.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Está a chutar para trás!

O Orador: ... ou então quando não acedem a emprego pela sua condição feminina.

Portanto, isso é que me preocupa...

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: Termino já Sra. Presidente.

... mas a V. Exa. isso não preocupa, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Preocupa, preocupa!

O Orador: ... porque V. Exa. quer continuar a esmolar as mulheres, a esmolá-las dizendo que têm aqui uma quotazinha de 33% e não lhes reconhece os mesmos direitos que aos homens na vida pública.

A grande questão e a grande diferença é essa, Sr. Deputado.

V. Exa aqui pode colocar-se em “bicos de pés” para se considerar uma força progressista ou uma personalidade progressista relativamente a esta matéria.

Presidente: Sr. Deputado tem mesmo que terminar.

O Orador: Vou já terminar Sra. Presidente.

Volto a repetir. Relativamente a esta luta pela igualdade de género, eu não estou nem à frente, nem atrás das mulheres.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está ao lado!

O Orador: Estou exatamente ao lado, ao lado das mulheres.

Há aqui muitas mulheres neste hemiciclo que concordam comigo, garantidamente, Sr. Deputado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, o senhor incorre sistematicamente no seguinte erro: há uma discordância política deste partido, do PPM, em relação ao seu partido. Não é uma questão pessoal e o senhor cada vez que é confrontado com uma discordância perde as estribeiras e começa a adjectivar as posições dos outros adversários de forma absolutamente lamentável.

A adjectivação que utilizou é algo que ficará registado para sempre neste parlamento, para sempre nos diários das sessões.

Penso que irá manchar esta discussão, absolutamente a despropósito, porque o debate decorreu com elevação. O Sr. Deputado não gostou de ser confrontado com uma questão, que é o seu posicionamento, a sua tomada de posição, a

tomada de posição do PCP nesta matéria, que é uma posição conservadora, não é posição progressista, é uma posição que não avança no sentido da plena igualdade das mulheres no exercício da política e dos direitos democráticos.

Por isso, Sr. Deputado, quem entrança essa fronteira entre as forças progressistas e as forças conservadoras, neste caso, é o PCP, que ficou isolado nesta câmara e nesta discussão.

O Sr. Deputado não me leva deste registo. O meu posicionamento é político.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Talvez se engane, Sr. Deputado!

O Orador: É evidente que o Sr. Deputado tem liberdade de tomar as posições que bem entender. O PCP, sobre esta matéria, a posição que toma é retrógrada, é uma posição que não permite o avanço civilizacional, que não permite o sentido da plena igualdade de participação das mulheres.

Sr. Deputado, não meta a “cabeça na areia” e não diga que atingimos um plano de igualdade do ponto de vista político. Não atingimos! Olhe para esta câmara e tenha a percepção que, de facto, estamos muito longe, muito longe de ter criado as condições para que as mulheres tenham a plena igualdade no âmbito da participação do sistema político. Tenho que lhe dizer isto. Eu sei que lhe custa ouvir que esta posição do PCP tenha sido destapada desta forma, mas, Sr. Deputado não é nada pessoal, tem tudo a ver com o posicionamento político que V. Exa. decidiu adotar.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

O Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para um protesto.

Presidente: Oh, Sr. Deputado um protesto a quê?

O Sr. Deputado vai protestar a quê?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vou protestar pela forma como o Deputado Paulo Estêvão se dirigiu a mim.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é uma lata!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sobre o conteúdo vá lá, agora sobre a forma

Presidente: Não. Oh, Sr. Deputado ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Oh, Sra. Presidente, pelo amor de Deus!

O Sr. Deputado Paulo Estêvão dirigiu-se a mim de uma forma, designadamente na parte inicial da intervenção, com algumas conjeturas que não correspondem à verdade.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não! Não!

O Orador: A classificação que faz que o PCP é progressista, é conservadora...

Presidente: Oh, Sr. Deputado...

O Orador: ... relativamente a esta matéria, para mim não me importa.

Presidente: Sr. Deputado ...

O Orador: Agora, o Deputado Paulo Estêvão, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Respeite a Sra. Presidente!

O Orador: ... sabendo que eu não tinha tempo, utilizou na sua intervenção...

Presidente: Sr. Deputado ...

O Orador: ... uma linguagem sobre a qual eu julgo que devo protestar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Qual foi a expressão?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Toda a gente ouviu!

O Orador: Se V. Exa. entender que eu não devo protestar, eu não protesto.

Presidente: Sr. Deputado, eu entendo que o Sr. Deputado não deve protestar.

O Orador: Eu não protesto, Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado, Paulo Borges é para intervir?

Tenho inscrito primeiro o Sr. Deputado Artur Lima. Já o inscrevo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Borges, além da paridade, ainda há a prioridade aqui dentro.

(Risos dos Deputados)

Em primeiro lugar, queria felicitar por esta iniciativa. Parece absolutamente justa e adequada aos tempos modernos e desenvolvidos, são questões civilizacionais que nós temos todos que acompanhar e quem não acompanha não fica ao lado, fica atrás, naturalmente. Fica atrás da democracia, fica atrás da evolução ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputado, não se esqueça que eu não tenho tempo!

O Orador: ... e é isso que todos nós temos que ver.

Sabemos, como muito bem dizia o Sr. Deputado Francisco Coelho, ai da democracia se não fosse de vez em quando umas ajudinhas!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: Ai da nossa democracia se de vez em quando não tivesse levado um empurrãozinho! Ai da nossa democracia se de vez em quando não tivesse tido um amparozinho ou outro! Estaríamos ainda nos tempos severianos, naturalmente.

Felizmente temos evoluído num caminho constante, com evoluções e, em termos de princípios e em termos da inteligência, não são nem mais nem menos capazes do que os homens. São tão capazes em questões de género e inteligência, de capacidade de trabalho, aliás muitas vezes até mais capazes.

Agora, nos Açores, Sr. Deputado, como em qualquer sítio, paridade o Sr. Deputado não percebeu bem o que é que quer dizer, é que também não pode ter 3 mulheres seguidas, tem que ter um homem.

Deputado Francisco Coelho (PS): É verdade!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Por isso é discriminatório também para os homens!

(Risos dos Deputados das diversas bancadas)

O Orador: É isso que quer dizer paridade.

Portanto, o Sr. Deputado Aníbal Pires além de não saber, não percebe o conceito de paridade e isso eu não lhe posso explicar. Se é discriminatório também para os homens ...

(Risos do Deputado Artur Lima).

Oh, Sr. Deputado Aníbal Pires, já não sei que lhe diga.

Deputado Aníbal Pires (PCP): 50%!

O Orador: O senhor conseguiu, de facto, com essa sua observação, pôr toda a gente a rir, não podia ser de outra maneira. Esta realmente não lembrava nem ao Brezhnev, mas pronto, nem ao Kim II Sung, mas pronto.

Sr. Deputado Aníbal Pires, a paridade naturalmente existe, deve existir, enganou-se na paridade.

Agora é preciso proteger o género macho nessa questão de não levarem três fêmeas seguidas. Isso é um perigo. O Sr. Deputado entende que isso é uma discriminação ao contrário.

Portanto, eu acho que a lei é razoável, ela é razoável em todos os atos eleitorais, para o Parlamento Europeu, para a Assembleia da República, para as autarquias.

Não devia haver razão para haver exceção para a Assembleia Legislativa Regional. Isso é que não fazia nenhum sentido.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Portanto, por isso mesmo é que a nossa Assembleia Legislativa Regional tem que estar a par de todas as outras eleições que existem no País e ao nível da paridade, com certeza, também tem que estar.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Mas já estamos, o PS!

O Orador: É tão simples perceber isto, Sr. Deputado Aníbal Pires. Acho que o senhor ainda vai mudar o seu sentido para voto favorável, sobretudo quando afirma que se vai prejudicar os homens, que se vai discriminar os homens.

Portanto, o senhor vai refletir sobre o conceito de paridade e vamos aqui votar e ter uma posição de unanimidade do Parlamento dos Açores. Vá lá. Se for preciso, eu peço um intervalozinho para o senhor refletir.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não, não é necessário!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Borges.

(*) **Deputado Paulo Borges (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Há um aspeto a considerar nesta discussão que tem a ver com o facto de haver um grande desequilíbrio nas várias sociedades do nosso planeta, em termos da forma como se entende a paridade.

Por exemplo, na Suécia, atualmente, 45% da composição do Parlamento Sueco são mulheres e 55% homens.

Isso só foi possível devido a avanços sociais importantes que sem dúvida implicaram mudanças na própria sociedade.

É evidente que quem promove esses avanços na sociedade são os líderes dessa sociedade e parte dessa liderança na sociedade açoriana está neste Parlamento e é este Parlamento que está a dar um sinal à sociedade açoriana, para que essa sociedade se mova num determinado sentido.

Se nós não dermos esse sinal, é evidente que vai demorar mais tempo para que as coisas aconteçam de forma a que haja essa paridade.

Felizmente, haverá um dia em que não será necessário aprovar uma lei desse tipo, mas hoje é essencial que nós possamos dar esse sinal à sociedade açoriana e esperemos que os homens também tomem mais responsabilidades na parte da educação dos filhos, fiquem com os filhos durante certo tempo, nas fases iniciais de formação das crianças.

Portanto, há uma série de sinais que nós temos que dar e espero que o Sr. Deputado Aníbal Pires reconsidere a sua intenção de voto e alie-se a todos nós nessa intenção societal, de melhoria da sociedade açoriana.

Obrigado.

Deputados Paulo Estêvão (PPM) e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A mesa não tem mais inscrições.

Vamos então passar à votação na generalidade deste Anteprojeto de Lei.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que discorda faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: Na generalidade, a Anteproposta apresentada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e uma abstenção do PCP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Na especialidade, este Anteprojeto de Lei é composto por 3 artigos.

Penso que posso colocá-los à votação em conjunto.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que discorda faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e uma abstenção do PCP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Agora sim, passemos à votação final global.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que discorda faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A Anteproposta 2/X “Lei da Paridade” foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e uma abstenção do PCP.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS, do PSD, do CDS, do BE, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Duas breves palavras.

Quando eu era pequenina a minha avó disse-me muitas vezes que as más palavras, as más ações e os maus pensamentos ficavam com quem os praticava. Por isso “Viva a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”!

Muito obrigada.

Deputados Paulo Estêvão (PPM) e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Batam palmas!

Presidente: Sra. Deputada Cláudia Cardoso, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve declaração de voto também para espelhar o que aconteceu aqui. Julgo que assistimos a um momento importante.

Hoje trata-se, efetivamente, de uma minoria, ou seja, o sexo minoritário são as mulheres, mais tarde poderá não ser esse o sexo minoritário.

Portanto, o que fizemos hoje aqui foi permitir, dar um passo no sentido do desenvolvimento de um avanço civilizacional e de permitir, exigir que essa presença seja mais assídua e mais conforme com a própria representação que a sociedade tem.

A sociedade, efetivamente, tem um número de mulheres muito significativo que não está espelhado na vida política.

Portanto, demos um contributo e uma ajuda verdadeiramente democrática, porque todos queremos que a democracia seja melhor, mais segura, mais madura e foi isso que fizemos.

Felizmente, a maioria do Parlamento caminhou nesse sentido. Quem assim não o quis fazer, pois assumirá as suas responsabilidades.

Pela parte do PS, julgo que vivenciámos hoje aqui um dia significativo para a democracia também da Assembleia Legislativa Regional.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Catarina Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para informar a mesa que eu, um conjunto de Deputados e Deputadas faremos chegar uma declaração por escrito.

(Aplausos do Deputado Aníbal Pires)

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estou a aplaudir a Deputada Catarina. Não posso?

Presidente: Pode, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, concluimos assim o ponto 9 da nossa agenda.

Sr. Deputado Berto Messias, pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 19 horas e 15 minutos.

Eram 18 horas e 48 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 19 horas e 29 minutos.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 8 da nossa agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 9/X – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2011/A, de 16 de junho, que regula o exercício da atividade dos profissionais de informação turística na Região Autónoma dos Açores”**.

Para apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** (*Vítor Fraga*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional dos Açores apresenta esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, que consubstancia a primeira alteração do Decreto Legislativo Regional n.º. 19/2011/A, de 16 de junho, que regula o exercício da atividade dos profissionais de informação turística da RAA.

Esta alteração surge na sequência da aprovação do Decreto-Lei n.º. 92 de 2011, que transpõe a Diretiva Comunitária 2005/36/CE, de 7 de novembro de 2005, e que veio no fundo desregulamentar o exercício de determinadas profissões como a de guia intérprete.

Face à desarmonização de regimes existentes entre o Decreto-lei referido e o Decreto Legislativo Regional, a Comissão Europeia questionou o Governo dos Açores sobre esta matéria e esta proposta de alteração vem nessa sequência, ou seja, com vista a harmonizarmos os regimes jurídicos que estão aqui em causa para regular a atividade destes profissionais.

Este foi um processo que foi iniciado ainda na anterior Legislatura, foi aprovado em Conselho de Governo e apresentado à Assembleia Legislativa Regional, no entanto o mesmo não baixou à Comissão porque terminou a Legislatura.

Portanto, esta proposta tem como principais objetivos a harmonização de regimes, por um lado; a eliminação da obrigatoriedade da carteira profissional; regular a prestação de serviços de acompanhamento a grupos de turistas provenientes de outros estados membros da comunidade europeia; simplificar o acesso à profissão de guia intérprete, possibilitando assim a abertura a mais

interessados poderem integrar esta profissão, que no fundo também vem permitir-nos combater o défice existente de profissionais nesta área, nomeadamente, durante os períodos de época alta.

Tentamos também e introduzimos aqui a possibilidade de manter fatores que permitam dentro do quadro vigente e do enquadramento quer ao nível comunitário, quer ao nível nacional, possuir profissionais qualificados que possibilitem elevados padrões de qualidade na prestação do serviço na Região, tentando assim também que aqueles que cá vivem e aqueles que prestam este tipo de serviço o possam fazer com todas as qualificações necessárias e com toda a atividade que é necessária ter neste tipo de ação porque são eles que refletem em muito a qualidade do destino e a qualidade do serviço que podemos prestar.

Obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedroso.

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O turismo constitui uma atividade essencial para que a Região possa começar a sair da maior crise financeira, económica e social da Autonomia.

Após inúmeros pedidos pelos profissionais do sector para que a atividade de guia turístico fosse regulada, o governo acedeu, mas a sua legislação durou pouco, uma vez que não respeitou as normas comunitárias que já se encontravam em vigor.

Ao fim de dois anos, e sob ameaça de uma iminente coima da Comunidade Europeia, o documento que o governo aqui apresenta mais parece remendado à pressa somente com o objetivo de evitar uma multa da Comunidade Europeia.

O governo podia e devia ter aproveitado esta oportunidade para fazer um decreto-lei de raiz, claro, conciso e facilitador.

Numa Região em que há tantos jovens à procura de emprego, em que se tem criado cursos de turismo nas escolas profissionais, depois os mesmos jovens

não conseguem que lhe seja feita a certificação de competências, ficando na incerteza da legalidade do exercício desta atividade.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Agora vão ficar, esperamos nós, após um processo burocrático complexo, certificados mas, vão continuar no desemprego porque o decreto que regula a sua profissão além de não os proteger, vai abrir as portas a concorrência estrangeira na sua maioria sem formação nem certificação específica.

As boas intenções que o governo diz ter para proteger os guias regionais vão esbarrar, seguramente, no eterno problema da falta de fiscalização. Como noutros casos nos nossos Açores, de nada serve ter boa legislação se essa legislação não tem depois continuidade no dia-a-dia.

Mais uma vez, este governo ainda não entendeu que o turismo nos Açores não pode ser tratado de forma desarticulada ou sem haver uma correlação entre as diversas atividades, nomeadamente os operadores de turismo.

Os guias só terão trabalho se houver turistas nos Açores, e só há turistas se os operadores os enviarem para cá, e se as agências de viagens, empresas de animação turística organizarem tours. Quanto mais burocrático for a legislação menos apelativa se torna este destino.

O PSD Açores entende que esta alteração imposta para cumprir uma normativa comunitária, foi um remendo, ficando este decreto-lei desfasado de parte do seu objetivo inicial que era proteger os nossos guias. Este decreto não é facilitador de condições apelativas aos nossos profissionais de informação turística, aumenta a burocracia, não protege os profissionais de informação turística e pouco contribui para um eficaz desenvolvimento do turismo na Região.

O que o PSD/Açores gostaria era que os nossos guias turísticos regionais pudessem mostrar as nossas belezas aos turistas.

Que pudessem, por exemplo, mostra-lhes como são bonitas e funcionais as nossas termas.

Mas infelizmente isso não é possível.

As termas dos Açores funcionaram durante a ditadura, sem portos ou aeroportos. Sem guias turísticos.

Deputado Francisco César (PS): As termas?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): As termas? Estão fechadas, não estão?

O Orador: As termas dos Açores funcionaram durante os governos do PSD/Açores, quando se começaram a construir portos e aeroportos e quando os primeiros guias turísticos começaram a aparecer.

As termas dos Açores funcionaram até durante o governo velho do Partido Socialista, quando o turismo conheceu momentos de crescimento e a atividade de guia turístico se começou a expandir.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, este diploma é sobre turismo, não é sobre termas!

O Orador: Hoje, com o novo governo do Partido Socialista não há termas a funcionar nos Açores. Elas estão fechadas. Uma nunca abriram, como o Varadouro ou as Furnas, e outras mesmo reconstruídas há pouco mais de dois anos estão já a precisar de nova reconstrução.

E as termas da Ferraria só oferecem tratamentos em banho-maria, à temperatura de 40 graus.

(Risos de alguns Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e do PPM)

Deputado Lizuarte Machado (PS): Não tem nada a ver com o decreto. Isso é sobre o turismo!

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que se centre na discussão do debate sobre a matéria.

O Orador: Tal como as termas, esta legislação sobre os profissionais de informação turística é bonita por fora. Dá para alguns bons discursos, mas para pouco mais.

Disse!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Marta Couto.

Deputada Marta Couto (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O direito de exercer atividades económicas noutro Estado-Membro é um direito fundamental dos cidadãos consagrado no Tratado CE. Todavia, dentro dos limites impostos pelas regras do mercado interno, cada Estado-Membro continuava, antes da entrada em vigor da Diretiva 2005/36/CE, ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E as termas, Sr. Deputado?

A Oradora: Sr. Deputado seja sério!

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, inscreva-se!

Podemos falar de petróleo!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E as termas? Estão fechadas!

Presidente: Srs. Deputados...

A Oradora: Dão-me licença que acabe ou não?

...a poder subordinar juridicamente o acesso a determinada profissão à posse de uma qualificação profissional específica que corresponde, tradicionalmente, à qualificação profissional conferida no território nacional. Esta situação constitui um obstáculo à livre circulação dos profissionais na União Europeia.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei 92/2011, de 27 de Julho, que deu execução às orientações da Diretiva Comunitária 2005/36/CE, ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mais devagarinho! Não conseguimos percebê-la a essa velocidade!

A Oradora: Eu consigo. O Sr. Deputado não consegue. É pena!

... surge-nos agora a necessidade de alterar a legislação regional existente. O Sistema de Regulação de Acesso a Profissões previsto no já mencionado Decreto-Lei 92/2011, de 27 de Julho, indica claramente no seu artigo 2.º, que integra a simplificação e eliminação de barreiras no acesso a profissões e atividades profissionais, incluindo as profissões de profissionais de informação turística, guias-intérpretes e correios de turismo, entre muitas outras. Com a

publicação deste Decreto-Lei e a criação deste Sistema de Regulação, foi revogada a legislação relativa à emissão de Carteiras Profissionais. Esta medida tornou livre o acesso a diversas profissões e atividades profissionais cujo exercício estava condicionado à posse de um título.

Deste modo, e conformando a legislação regional à legislação nacional e, conseqüentemente à legislação comunitária, torna-se necessário reformular as disposições legais regionais, o que se faz pela presente proposta. O alargamento das atividades previstas aos cidadãos dos restantes Estados Membros é um decorrência natural de se fazer parte da União Europeia, onde a circulação de pessoas, bens e serviços é um princípio basilar. Não se trata de remendar nada, trata-se de cumprir a lei.

Não obstante a abertura a profissionais dos restantes Estados-Membros, continua prevista a fiscalização da atividade, sendo essencial para que continue a evitar situações de clandestinidade e para assegurar um serviço de qualidade aos turistas que nos visitam.

Tendo-lhe sido pedido parecer sobre esta alteração à legislação regional, a Associação de Guias-Intérpretes Regionais dos Açores não manifestou qualquer oposição e até formulou votos para que esta legislação e a sua regulamentação entrassem em vigor o mais rapidamente possível, e que sobre a atividade fosse exercida a indispensável fiscalização. Surpreende-me que o PSD venha dizer que este é um mau diploma quando os próprios guias turísticos a nada se opuseram.

Não tendo sofrido qualquer censura por parte dos principais visados, sendo uma exigência a nível legal, bem como uma decorrência natural de se ser parte da União Europeia, o Partido Socialista irá votar favoravelmente a proposta de alteração.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sobre esta iniciativa que estamos a analisar e sobre o sentido de voto da Representação Parlamentar do PCP ele será em princípio favorável, porque eu não tive oportunidade de participar na Comissão de Economia e entretanto quando li o relatório verifiquei que há aqui a determinada altura, e eu gostaria que isto me fosse esclarecido por quem fez a afirmação, porque se isto de facto se verifica não é admissível.

O Deputado António Pedroso, do PSD, a determinada altura diz o seguinte: “não se trata de violar a lei comunitária, porque somos sempre violados e a levar na cabeça”. Conclui o Sr. Deputado António Pedroso.

Há uma coisa que eu não posso admitir. Se isto permite que nós sejamos violados e apanhemos na cabeça, eu não concordo com o Sr. Deputado.

Eu queria uma explicação sobre isto, se fosse possível, porque eu em princípio não tinha nenhuma dúvida relativamente a isto, mas depois quando li ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não olhe para mim, porque não sou o autor!

O Orador: Eu não posso perguntar?

Se isto é verdade, eu quero ser esclarecido e não apoiarei de maneira nenhuma esta iniciativa.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E as termas, Sr. Secretário?

O Orador: Em relação a este diploma e à discussão que aqui foi trazida gostaria de referir o parecer da Associação de Guias Intérpretes Regionais dos Açores, em que diz claramente: “esta Associação, AGIRA, analisou a proposta de alteração ao decreto mencionado em epígrafe, nada tendo a opor.

Foram formulados votos de que aquela legislação, bem como a sua regulamentação, venham a entrar em vigor o mais breve possível e que sobre a mesma seja exercida a indispensável fiscalização”.

Julgo que isto dito pelos profissionais do setor que estão diariamente no terreno a exercer a atividade, fala por si da qualidade da proposta aqui apresentada.

Sr. Deputado António Pedroso, o Decreto Legislativo Regional e esta alteração não é por incumprir a Diretiva Comunitária. Ele ficou foi desarmonizado quando entrou em vigor o Decreto-lei nacional, porque até aí ele estava regulamentado, a legislação nacional era condicente com aquilo que nós tínhamos na Região.

Mas o Sr. Deputado António Pedroso já nos habituou a uma narrativa em jeito de crónica, muito focada na ficção, e que demonstra bem que este PSD está totalmente desfasado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Nosso PSD!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Só num filme de ficção, fazer termas sem água!

A realidade é termas sem água, é o turismo termal!

O Orador: O que demonstrou aqui, claramente, que não está em sintonia com aquilo que é a realidade da sociedade açoriana e neste caso dos profissionais do setor.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, eu sei que já referenciou esta questão, mas gostava que a referenciasse mais pormenorizadamente. O que me preocupa aqui é a formação dos profissionais do setor.

De que forma é que o Governo nos pode garantir que essa formação é amplamente realizada no âmbito da RAA e também que nós vamos ter a capacidade para que esses profissionais possam desempenhar as suas funções, não só nos grandes centros urbanos, mas em todas as ilhas?

O que lhe peço é uma descrição mais pormenorizada e que garantias é que nós temos em relação a essa matéria?

Que ações pensa desenvolver o governo Regional, apoiar, promover, em relação à formação dos profissionais desse setor?

É absolutamente fundamental para que o PPM venha a tomar uma posição definitiva sobre esta iniciativa, tendo em conta que nós consideramos que têm que estar criadas todas as condições para que não venha a existir, digamos assim, um estrangulamento burocrático que impeça que o potencial turístico da Região, que é enorme como se sabe, venha a sofrer de alguma forma alguns atrasos, algumas indefinições por não termos os profissionais com formação devida.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedroso.

(*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação à Associação de Guias dos Açores ter aprovado ou não ter qualquer objeção a este diploma eu compreendo perfeitamente. Uma Associação que espera há anos sem fim, que lhe seja regulada a situação, até já tinha perdido a esperança que alguma vez na vida visse a sua situação resolvida.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, neste momento não questionaram qualquer alteração, certamente com receio que ainda não seja desta que a sua situação fique regulada.

Em relação ao Sr. Aníbal Pires que está ocupado na conversa eu tenho a dizer o seguinte: estão preocupados com a regularização dos guias turísticos não pelo futuro da profissão nos Açores, não pelo futuro do desenvolvimento dos Açores. Estão preocupados porque se não regulam levam uma coima.

A realidade é que não se preocuparam nos últimos anos em que fomos violados como o Sr. Deputado Rogério Veiros disse na Comissão. É verdade, fomos sim senhor. Ele está muito preocupado em violar as leis comunitárias, mas não está preocupado com os nossos profissionais que vêm passar a sua concorrência na sua maioria ilegal, em frente às nossas paisagens açorianas, enquanto que os

nossos guias turísticos estão no desemprego. Isso não lhe preocupa. Estão preocupados com a violação da norma comunitária.

Eu preocupo-me certamente com os nossos profissionais, com os açorianos, com os jovens que estão desempregados e com a classe de guias turísticos nos Açores que nunca mereceu a mínima consideração por este Governo.

Portanto, agora vem resolver por uma ameaça de uma coima comunitária. Acho muito bem que se resolva. Acho muito bem que se clarifique e regule esta situação.

Muito obrigado.

Deputados Cláudio Almeida e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Penso que percebi, Sr. Deputado António Pedroso, mas perdoe-me, só para confirmar.

Portanto, a questão da violação a que estavam a ser sujeitos os guias turísticos e “o apanhar na cabeça”, perdoe-me a expressão mas é o que está lá, isso está então ultrapassado. Foi isso que eu percebi.

O diploma ultrapassa essas questões.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ultrapassa!

O Orador: Ultrapassa essas questões Sr. Deputado.

Posso votar a favor?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O diploma não é dele!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação às questões colocadas e levantadas pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, a qualidade assenta muito na formação das pessoas e este diploma prevê que haja formação específica para que os nossos guias, os guias

residentes, tenham essa formação. É uma competência do Governo criar essas condições para que se façam.

Este Governo tem demonstrado bem a sua capacidade de fazer acontecer e aquilo que lhe posso garantir é que o que está neste diploma vai ser implementado e a formação vai ser a formação adequada para que tenhamos um serviço de qualidade prestado pelos profissionais do setor para dignificar o destino e contribuir ativamente para a promoção do destino, porque quem melhor pode promover o destino é quem cá nos visita, transmitindo para os outros aquilo que de bom encontram cá dentro.

Ao contrário do que disse o Sr. Deputado António Pedroso, não é verdade que estes profissionais não tenham tido a atenção do Governo dos Açores e tanto assim não é que a proposta que está aqui em discussão é precisamente a alteração ao regime que foi criado em 2011, não foi agora, foi em 2011, para regular a atividade.

Portanto, não é à pressa, não é por causa de multas, é sim para regularizar uma situação que o Governo dos Açores a seu tempo entendeu que era necessária regulamentar, que é a atividade destes profissionais.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo vamos então passar à votação desta Proposta de Decreto Legislativo Regional, na generalidade.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Na generalidade a Proposta de DLR foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 16 abstenções do PSD.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

A Proposta de Decreto Legislativo Regional não tem propostas de alteração. Tem seis artigos. Pergunto se posso colocar em conjunto à votação.

Portanto, vamos votar em conjunto os seis artigos da proposta.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Passemos então à votação final global.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global a Proposta de DLR foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Obrigada Sra. Secretária.

Considerando o nosso horário vou encerrar os nossos trabalhos por hoje.

Uma boa noite a todos. Bom jantar. Regressamos amanhã às 10 horas.

Eram 19 horas e 56 minutos.

Deputado que entrou durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

António Oldemiro das Neves Pedroso

Deputado que faltou à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Cláudio José Gomes Lopes

DECLARAÇÃO DE VOTO

Vimos por este meio deixar registada a nossa declaração de voto relativamente à [Anteproposta de Lei n.º 2/X – “Lei da paridade: estabelece que as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as Autarquias Locais são compostas de modo a assegurar a representação mínima de 33% de cada um dos sexos”](#), apresentada pela [Representação Parlamentar do BE](#), aprovada na sessão plenária do dia 20 de junho.

Votámos, sem hesitação, a favor da referida iniciativa legislativa, entendendo no entanto ser conveniente deixar um registo escrito da nossa posição.

Considerando que somos deputadas e deputados, eleitos pelo Partido Socialista/Açores, para esta Assembleia Legislativa;

Considerando que o PS/A tem a prática de elaborar as suas listas a esta Assembleia Legislativa de acordo com a regra de integrar, no mínimo, 33% de mulheres, mesmo antes de ter sido aprovada na Assembleia da República a Lei da Paridade;

Considerando a existência de forças partidárias, na Região Autónoma dos Açores, que não praticam a norma agora aprovada e que, por esse motivo, a proposta apresentada só podia merecer a nossa aprovação, de modo a que todos os partidos venham ao encontro do já praticado pelo PS/A há várias legislaturas;

Assim, o entendimento dos subscritores é de que, no atual contexto, o voto expresso não poderia deixar de ser favorável, sem prejuízo de se considerar que o caminho para uma sociedade socialmente mais coesa e justa pode ser alcançado por uma lei eleitoral que garanta a representatividade de géneros, de uma forma mais paritária, nas listas dos candidatos a qualquer órgão representativo.

Horta, 20 de junho de 2013

Os deputados regionais, Catarina Moniz Furtado, Renata Correia Botelho, Manuel Alberto da Silva Pereira, Benilde Oliveira, Bárbara Chaves, Duarte Moreira, Iasalde Nunes, Carlos Mendonça, Paulo Borges, Graça Silva e Ricardo Cabral

P'la Redatora: *Noélia Escobar*